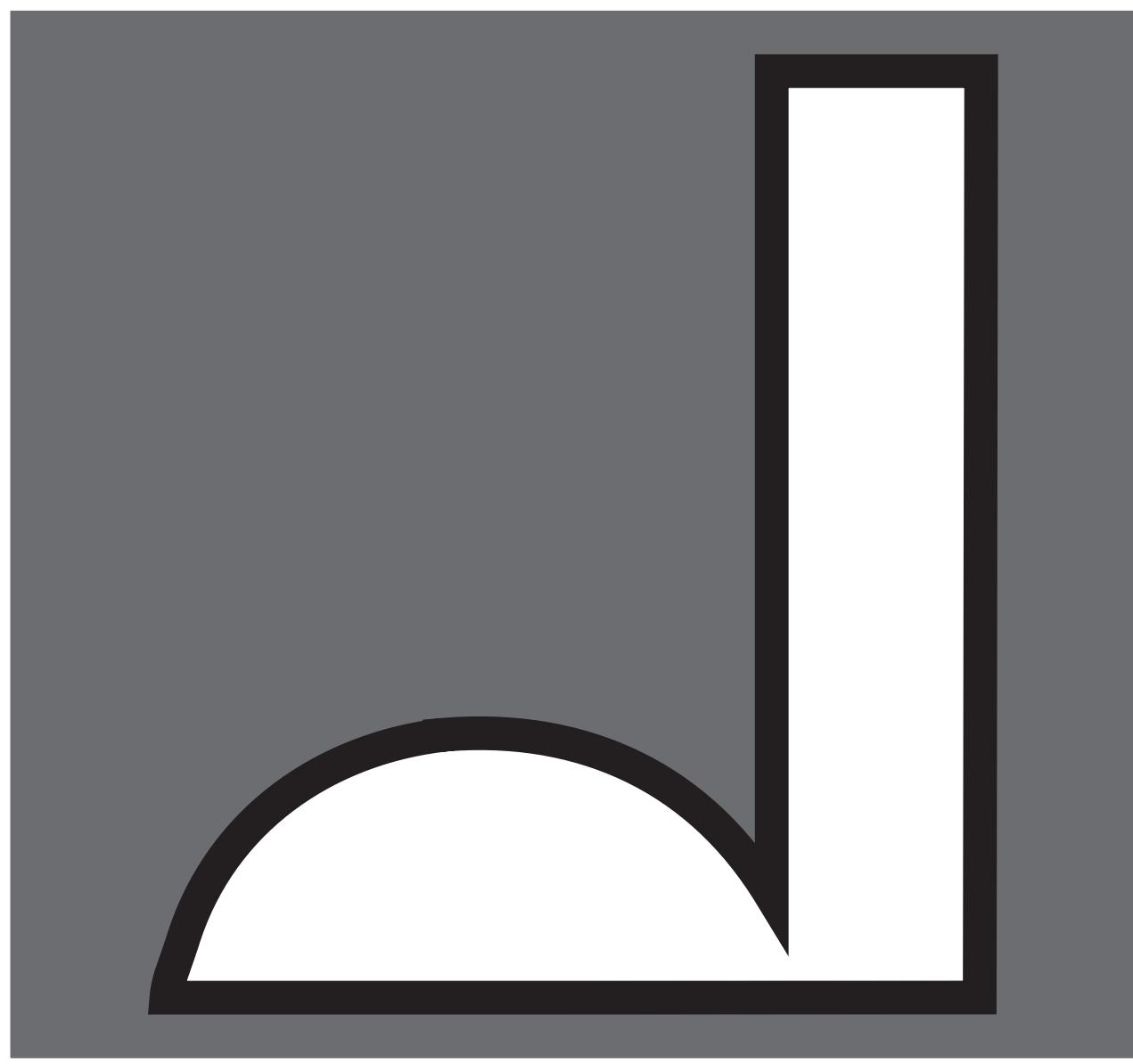




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI – N° 45 – QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1^ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2^º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1^º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2^º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)

3^º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4^º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1^º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2^º - João Durval - (PDT-BA)
3^ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4^a - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 5 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p> <p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1</p> <p>Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM N° 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.

Expediente

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 38ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE MARÇO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para reverenciar a memória do ex-Senador Mário Covas no transcurso do décimo aniversário de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 221, de 2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano, do Senador Aécio Neves e de outros Srs. Senadores.

08654

1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)

1.2.4 – Oradores

Senadora Marisa Serrano.....

08655

Senador Aécio Neves

08656

Senador Luiz Henrique

08660

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Comunicando o falecimento do ex-Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar.

08661

1.2.6 – Oradores (continuação)

Deputado Sérgio Guerra (Presidente Nacional do PSDB).....

08661

Senador José Agripino.....

08663

Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno)

08664

Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno)

08665

Senador Cyro Miranda (art. 203, do Regimento Interno)

08666

Senador Pedro Simon (art. 203, do Regimento Interno)

08666

1.2.7 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.2.8 – Suspensa às 15 horas e 27 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 40 minutos

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 280, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009.

08669

Nº 281, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007.

08669

Nº 282, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007.

08669

Nº 283, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, solicitando voto de aplauso à Ministra Delaíde Miranda Arantes.

08669

Nº 284, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Guáíra FM.

08669

Nº 285, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010.

08670

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem a Mário Covas, no transcurso do décimo aniversário de seu falecimento, e ao ex-Vice Presidente da República José Alencar, falecido hoje.

08670

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Apelo ao Ministro de Estado da Defesa para que empenhe as providências necessárias a sanar com celeridade os problemas que levaram à interdição do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA.

08670

SENADOR PEDRO SIMON – Registro de discurso em homenagem a Mário Covas, no transcurso de dez anos do seu falecimento, e manifestação de pesar pelo falecimento, hoje, do ex-Vice-Presidente da República José Alencar.

08675

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar; e outro assunto...

08676

SENADOR WELLINGTON DIAS – Tristeza pelo falecimento, hoje, do ex-Vice-Presidente da República José Alencar.

08677

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Homenagem à memória do ex-Vice-Presidente da República José Alencar, falecido hoje.....	08679
SENADOR EDUARDO BRAGA – Homenagem ao ex-Vice-Presidente da República José Alencar, falecido hoje e ao ex-Governador Mário Covas, no transcurso de dez anos do seu falecimento; e outro assunto.....	08681
1.2.11 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 40/2011, de 29 do corrente). Designação do Senador Rodrigo Rollemberg, como titular, para compor a referida comissão.....	08683
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, encaminhando a nova composição do Partido na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 90/2011, de 29 do corrente). Designação dos Deputados Ademir Camilo e João Dado, como titulares, e da Deputada Sueli Vidigal, como suplente, para comporem a referida comissão.....	08683
Das Lideranças do PT e do Bloco de Apoio ao Governo; do PSDB; e do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária destinada a realizar visita <i>in loco</i> à Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear) (Ofícios nºs 39, 73 e 96/2011, de 29 do corrente, respectivamente). Designação de membros para comporem, como titulares e suplentes, a referida comissão.....	08684
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (Ofício nº 94/2011, de 29 de fevereiro último).....	08684
Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar programa Senado Jovem Brasileiro (Ofício nº 72/2011, de 28 do corrente). Designação do Senador Gim Argello para compor o referido programa.....	08685
Da Liderança do PP no Senado Federal, de indicação de membro para integrar, em vaga cedida pelo PTB (Ofício nº 70/2011, de 24 do corrente), a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 21/2011, de 29 do corrente). Designação do Senador Ciro Nogueira, como suplente, para compor a referida comissão.....	08685
Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de informação da composição da Mesa Diretora, para 2011, da referida comissão, eleita e empossada nesta data. (Ofício nº 3/2011, de 29 do corrente)	08685
1.2.12 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que dispõe sobre o impedimento de repasses de verbas federais a Municípios que deixarem de respeitar a legislação pertinente aos servidores públicos municipais	

no tocante a pagamento de vencimentos e demais títulos de natureza salarial.	08686
Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que acrescenta o inciso VII ao art. 1º, altera a redação do art. 4º, bem como a da alínea "b" do inciso V do art. 5º, todos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir entre as finalidades da ação civil pública a proteção do patrimônio público e social.	08689
Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais.	08695
Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.	08704
Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que dispõe sobre exercício da atividade de investigação criminal.	08706
Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera o Código Penal para aumentar a pena para os crimes de roubo e receptação de cargas.	08707
Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que estabelece normas para as eleições, em 7 de outubro de 2012, de parlamentares do Mercosul.	08709
Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.....	08713
Projeto de Resolução nº 11, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que acrescenta o § 8º ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a ausência do Senador em razão de falecimento de familiares.	08716
1.2.13 – Comunicação da Presidência	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 11, de 2011, lido anteriormente..	08720
1.2.14 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 58, de 2011 (nº 83/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.	08720

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 25 de março de 2011 e publicação, em 28 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 528, de 2011, que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....

08734

1.2.16 – Pareceres

Nº 52, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 55, de 2011.

08735

Nº 53, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 56, de 2011..

08740

1.2.17 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Comunicação de que amanhã não haverá sessões no Senado Federal, em virtude do falecimento do ex-Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar; e transformação da presente sessão em homenagem.....

08744

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – NÃO FOI REALIZADA A ORDEM DO DIA

1.4 – HOMENAGENS

1.4.1 – Observação de um minuto de silêncio em homenagem ao ex-Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar.

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 286, de 2011, de autoria dos Senadores Mário Couto e outros Srs. Senadores, solicitando o levantamento da sessão e apresentação de condolências à família do ex-Vice-Presidente da República José Alencar, falecido hoje. **Aprovado**.....

08745

Nº 287, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. **Aprovado**.....

08745

Nº 288, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. **Aprovado**.....

08745

Nº 289, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. **Aprovado**.
Aprovado.....

08745

Nº 290, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. **Aprovado**....

08746

1.4.3 – Comunicação da Presidência

Designação da Bancada de Minas Gerais e de todos os Líderes de Partidos para integrarem a comissão que representará o Senado Federal nos funerais do ex-Vice-Presidente da República José Alencar.

08746

1.4.4 – Pronunciamentos de homenagem ao ex-Vice-Presidente da República, José Alencar

Senador Itamar Franco

08747

1.4.5 – Requerimento

Nº 291, de 2011, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando licença dos trabalhos da Casa por 121 dias. **Aprovado**.....

08747

1.4.6 – Pronunciamentos de homenagem ao ex-Vice-Presidente da República, José Alencar (continuação)

Senador Romero Jucá	08747
Senador Humberto Costa	08748
Senador Inácio Arruda	08749
Senador Valdir Raupp	08752
Senador Benedito de Lira	08752
Senador Clésio Andrade	08753
Senador Waldemir Moka	08753
Senador Randolfe Rodrigues	08754
Senador Lindbergh Farias	08755
Senador Casildo Maldaner	08756
Senador Aníbal Diniz	08756
Senador Demóstenes Torres	08757
Senadora Marta Suplicy	08758
Senador Cristovam Buarque	08758
Senadora Gleisi Hoffmann	08759
Senador Armando Monteiro	08759
Senador José Pimentel	08760
Senador Delcídio do Amaral	08760
Senador Marcelo Crivella	08761
Senador Renan Calheiros	08762
Senador Antonio Carlos Valadares	08763
Senador Flexa Ribeiro	08763
Senador Walter Pinheiro	08764
Senadora Ana Amélia	08765
Senador Paulo Paim	08766
Senador Sérgio Petecão	08767
Senador Jorge Viana	08767
Senador Rodrigo Rollemberg	08769
Senador Acir Gurgacz	08769
1.4.7 – Leitura de requerimentos	
Nº 292, de 2011, de autoria do Senador Aníbal Diniz e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004....	08771
Nº 293, de 2011, de autoria do Senador Aníbal Diniz e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004..	08774
Nº 294, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Srs. Senadores, solicitando a continuidade da tramitação dos Projetos de Lei do Senado nº 376, de 2005; 317, de 2009; e da Proposta de Emenda de Constituição nº 73, de 2003.	08777
Nº 295, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2005.	08780
Nº 296, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento e continuidade da tramitação de diversas matérias.....	08782
Nº 297, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda e outros Srs. Senadores, solicitando a reali-	

zação de Sessão Especial para comemoração do Dia do Administrador, em 15 de setembro próximo.....	08785
Nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011.....	08786
Nº 299, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011.	08786
Nº 300, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento e continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004.....	08786
Nº 301, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. Aprovado	08788
Nº 302, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. Aprovado ...	08789
Nº 303, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente José Alencar. Aprovado . .	08790
1.4.8 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR CIRO NOGUEIRA – Questionamentos sobre o cumprimento, por parte das empresas, da Lei nº 8.213, de 1991, conhecida como lei das cotas para deficientes.	08790
SENADOR WILSON SANTIAGO – Homenagem à memória do ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, falecido hoje.	08791
1.4.9 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária na próxima quinta-feira, dia 31, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	08792
1.5 – ENCERRAMENTO	
2 – ATAS	
2.1 – Mesa do Senado Federal	
– Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de fevereiro de 2011.....	08794
– Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de março de 2011.....	08798
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29.3.2011	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
 CAS – Comissão de Assuntos Sociais
 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
 CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e
 Fiscalização e Controle
 CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
 CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
 CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
 CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
 CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
 CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)
 Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
 Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
 Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
 Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)
 Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)
 Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)
 Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
 Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
 Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
 Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
 Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 38ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 29 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Wilson Santiago
e Ciro Nogueira e da Sra. Marisa Serrano*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos, e encerra-se às 20 horas e 7 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

38ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDNÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/3/2011 06:58:38 até 29/3/2011 20:30:56

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES		X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PP	RS	ANA AMÉLIA		X
PT	ES	ANA RITA		X
PT	RR	ANGELA PORTELA		X
PT	AC	ANIBAL DINIZ		X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO		X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA		X
PR	MT	BLAIRO MAGGI		X
PMDB	SC	CASILDO MOLDANER		X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA		X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE		X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque		X
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA		X
PT	MS	DELcíDIO AMARAL		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM		X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA		X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN		X
PT	PE	HUMBERTO COSTA		X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X
PPS	MG	ITAMAR FRANCO		X
PP	RO	IVO CASSOL		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO		X
PT	AC	JORGE VIANA		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO		X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
DEM	TO	KATIA ABREU		X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS		X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE		X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
P-SOL	PA	MARINOR BRITO		X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
PT	SP	MARTA SUPLICY		X
PSDB	SC	PAULO BAUER		X
PV	RN	PAULO DAVIM		X
PT	RS	PAULO FAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PDT	MT	PEDRO TAQUES		X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PMDB	ES	RICARDO FERRÃO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO		X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN		X
PR	TO	VICENTINHO ALVES		X
PMDB	PB	VITAL DO REGO		X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA		X
PT	BA	WALTER PINHEIRO		X
PT	PI	WELLINGTON DIAS		X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO		X

Compareceram: 73 Senadores

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão deliberativa ordinária do Senado Federal destina-se a reverenciar a memória do ex-Senador Mário Covas pelo transcurso do décimo aniversário do seu falecimento, nos termos do **Requerimento nº 221, de 2011**, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Aécio Neves e de outros Srs. Senadores.

Chamo para fazer parte da Mesa o ilustríssimo Governador do Estado de São Paulo, Sr. Geraldo Alckmin; os primeiros signatários da presente sessão, Senadora Marisa Serrano e Senador Aécio Neves; o Deputado Estadual e Secretário da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, neto do Senador Mário Covas, representando a família, Sr. Bruno Covas; o Deputado Federal e Presidente Nacional do PSDB, Sr. Sérgio Guerra; e o ex-Governador do Estado de São Paulo, Sr. José Serra. (Palmas.)

Quero registrar também a presença do Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo e ex-Secretário de Segurança Pública no Governo Mário Covas, Sr. Marco Petreluzzi; e do Deputado Federal, jovem membro da Fundação Mário Covas, Vinicius Silva Caruso.

Cumprimento ainda as Sr^{as}s e os Srs. Parlamentares, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Convido todos a, de pé, acompanhamos o Hino Nacional brasileiro, que será cantado pelo Coral do Senado.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, todos que se fazem presentes nesta cerimônia, quero abrir esta sessão solene, fazendo um breve histórico da vida política de Mário Covas, um dos políticos mais influentes de seu tempo e homem de coerência exemplar.

Covas nasceu na cidade de Santos e lá fez seus estudos básicos, somente tendo deixado a cidade natal para cursar Engenharia, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), na qual se formou engenheiro civil, em 1955. Nessa época, na política estudantil, já demonstrou qual seria sua verdadeira vocação, tendo chegado a Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (Une).

Em 1961, ficou em segundo lugar na disputa pela Prefeitura de Santos, mas, em 1962, foi eleito Deputado Federal.

Democrata que era, em 1964, discordou da eleição indireta do Marechal Castello Branco e votou, em sinal de protesto, no Marechal Juarez Távora, que nem sequer concorria.

Em 1965, após o Ato Institucional nº 2, que extinguia o pluripartidarismo, Covas filiou-se ao Partido de Oposição, o MDB. Reeleito em 1966, foi destituído, em 1969, do cargo de Deputado Federal, como decorrência do Ato Institucional nº 5, e, consequentemente, teve os direitos políticos suspensos por dez anos, tendo passado dez dias preso em um quartel da Aeronáutica, em São Paulo.

Com a volta do pluripartidarismo, em 1979, filiou-se ao PMDB e, em 1982, conseguiu expressiva votação, para a época, de mais de 300 mil votos como Deputado Federal.

Assumiu a Prefeitura da cidade de São Paulo, em 1983, por indicação do então Governador Montoro, tendo permanecido, até 1985, nesse cargo.

Em 1986, candidato a Senador, foi eleito com 7,7 milhões de votos. Nessa época, a capacidade para o diálogo e as articulações para a busca do consenso fizeram de Mário Covas o Líder do seu Partido na Assembleia Constituinte.

Na Constituinte, o PMDB, sucessor do MDB, que tinha lutado incisivamente pela redemocratização do País, acabou por mostrar divergências inconciliáveis entre seus líderes. Como resultado, alguns deles, entre os quais Mário Covas, fundaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em junho de 1988. Alguns meses depois, Covas foi eleito Presidente Nacional do PSDB.

Em 1989, foi candidato do novo Partido à Presidência da República, mas ficou em quarto lugar na disputa. Em 1990, concorreu ao Governo do Estado de São Paulo e ficou em terceiro lugar.

Em 1994, em eleição que disputamos, foi eleito Governador de São Paulo com 8,6 milhões de votos e, em 1998, reeleito com 9,9 milhões de votos.

Por toda essa trajetória, acredito que as divergências partidárias não poderiam jamais servir para diminuir o homem por trás da liderança política. E é por essa razão também que, na minha eleição para a Prefeitura de São Paulo, em 2000, tive a honra de contar com o apoio desse grande brasileiro no segundo turno, que, já doente, postergou sua internação para aquele dia – e isso nunca esquecerei –, para poder ir ao Sindicato dos Jornalistas e dar apoio à nossa eleição, apoio esse, quero dizer aqui, que foi fundamental para que ganhássemos a Prefeitura de São Paulo.

Era um candidato e, às vezes, adversário coerente e leal. Eu gostava muito dele.

Era esse meu depoimento.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, subscritora do Requerimento.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento a nossa Presidente, 1^a Vice-Presidente do Senado Federal, Senadora Marta Suplicy; o Governador do Estado de São Paulo, Sr. Geraldo Alckmin; o Senador Aécio Neves, que comigo assina o pedido de realização desta sessão; o Sr. Deputado Bruno Covas, que representa aqui a família de Mário Covas e que, hoje, é Secretário da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – quero dizer que é um prazer recebê-lo –; e o Sr. José Serra, ex-Governador do Estado de São Paulo – é um prazer tê-lo aqui.

Eu queria cumprimentar também, com carinho especialíssimo, meu Líder, Senador Alvaro Dias.

Em nome do Líder, na Câmara, Duarte Nogueira, cumprimento ainda todos os Deputados presentes. Cumprimento os amigos que vieram aqui, as Senadoras e os Senadores aqui presentes.

Sr^a Presidente, senhoras e senhores, Mário Covas continua a ser uma das mais importantes referências éticas no Brasil após dez anos de sua morte. Olhamos para o passado e não conseguimos encontrar saídas para o futuro sem o exemplo de políticos como Mário Covas. Suas qualidades de homem público paradigmático ainda são um porto seguro para quem deseja fazer política com decência, com honradez e com compromisso efetivo com a sociedade democrática.

Márcio Covas morreu, mas seu legado está mais vivo do que nunca! Moralidade, correção, franqueza, força, firmeza de caráter, essas são algumas características do engenheiro, político e estrategista Mário Covas, um homem que foi e sempre será modelo para a classe política.

No dia 6 de março de 2001, o Brasil perdia um dos maiores homens públicos da história contemporânea, mas, felizmente, para muitos brasileiros, suas ideias estão vivas e vigorosas e estão na ordem do dia.

Não vou aqui enumerar pontos da biografia do nosso homenageado de hoje. O que quero é ressaltar sua dedicação à vida pública e sua integridade pessoal.

Sem sombra de dúvida, Covas foi um estadista e, como tal, colocou em primeiro plano a transparência e a honestidade. Deixou a marca da coragem, da determinação e da lucidez em suas ações, mas, especialmente, demonstrou como é possível pautar a vida pública pela ética.

Destaco agora, Sr^a Presidente, um trecho de um discurso proferido por Mário Covas no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 24 de outubro de 2000.

A ética na política exige exatamente um comportamento permanente a esse respeito. Exige uma crença nos valores que a ética cultiva, uma crença no povo, uma crença na democracia, uma crença na seriedade. E, quando eu falo em seriedade, não falo em honestidade. Vou mais longe do que isso. Falo em integridade, falo na capacidade que cada um tem de se conduzir de forma adequada em cada circunstância, em cada momento, fazendo com que a política seja colocada num plano superior a cada um dos políticos. Ao fazermos isso, nós, certamente, estamos contribuindo para a ética na política.

Era exatamente acreditando e defendendo os valores, a seriedade e a integridade que Mário Covas conduziu sua vida pública e construiu sua história.

Há dez anos, vivemos sua ausência, mas sua presença é sempre forte: com seu semblante sério, com sua teimosia, com sua voz pausada, rouca e grossa, Mário Covas reunia franqueza, coerência e perseverança.

Sem sombra de dúvida, sua maior luta foi contra o câncer, mas, mesmo doente, manteve seus compromissos políticos à frente do Governo de São Paulo. E foi corajoso ao expor para toda Nação o grave problema de saúde pelo qual passava. Ele não sabia agir senão com a verdade.

Famoso pelo jeito explosivo e, às vezes, até mal humorado, ele era transparente, não aceitava ofensas pessoais e, algumas vezes, indispôs-se com manifestantes que protestavam contra seu Governo. Isso fazia parte do seu estilo.

Compreendia a revolta do funcionalismo. No entanto, por mais que, às vezes, ele tivesse de tomar decisões impopulares, sempre preferiu manter-se fiel às suas convicções a curvar-se às preferências do momento, ao populismo demagógico, à irresponsabilidade fiscal.

Nunca jogou para a plateia, jamais fez concessões aos grandes vícios e maneirismos da política tradicional, jamais transigiu com facilidades, nem permitiu que atos difíceis de serem adotados ultrapassassem os limites de sua coerência histórica.

Covas foi orador apaixonado como parlamentar de oposição e como administrador austero, como Prefeito e Governador de São Paulo. Soube, como ninguém, encontrar o equilíbrio entre a retórica e a ação no Executivo, entre o palanque e o gabinete. Equilíbrio, sobriedade e espírito democrático eram suas características à frente do Governo.

Defensor contumaz da democracia, Mário repudiou o AI-5, teve seu mandato de Deputado Federal cassado e os direitos políticos suspensos.

No processo de redemocratização do País foi um dos principais artífices da anistia, do retorno às liberdades democráticas, do restabelecimento da liberdade sindical e da campanha das Diretas Já.

Não posso deixar de destacar sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte. Então no PMDB, ele liderou o bloco progressista formado por uma aliança de centro-esquerda com a esquerda, aliança essa que garantiu os inúmeros avanços da Constituição de 1988.

Empenhado em formar uma agremiação que não fosse social-democrata apenas no nome, Mário Covas foi um dos fundadores do meu Partido, o PSDB. Saiu candidato à Presidência da República na primeira eleição direta para o cargo depois de mais de vinte anos de ditadura militar.

Defendeu sua candidatura em discurso neste Senado, no dia 28 de junho de 1989, dizendo:

A moral determina e o momento acentua a exigência, que se concilie a política com a verdade. Meu compromisso permanente, de que é evidência minha própria vida, é com a verdade, e sobre ela hei de ancorar minha campanha. Jamais fiz, não faço e não farei nenhum tipo de concessão de natureza eleitoral.

Não me submeterei a um esforço artificial de criação de atos ou fatos, a qualquer jogo de aparência ou a truques de persuasão publicitária. Apresento-me ao povo brasileiro sem maquiagem, frente a frente, como sempre fiz, para poder olhar e ser olhado nos olhos. A verdade será sempre a minha arma política. Minha candidatura não está colocada como produto para capturar emoções fabricadas no mercado, mas, sim, como uma proposta de reforma radical do Estado e da sociedade, dirigida à consciência e à razão dos brasileiros.

Mário Covas era assim: extremamente comprometido com a verdade, jamais ultrapassou as fronteiras da decência, fazia política com paixão. E é também por isso que seu legado, passados dez anos de sua morte, não foi e não pode ser esquecido.

Viva, portanto, Mário Covas! Que suas ideias e sua história continuem nos iluminando! Fique em paz, em nome de Deus e de todos os brasileiros!

Muito obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Transfiro a Presidência desta sessão solene

em homenagem a Mário Covas à Senadora Marisa Serrano, subscritora do requerimento.

Antes, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves, subscritor do requerimento.

Comunico que o Senador Eduardo Suplicy, que é o próximo inscrito, encontra-se desempenhando missão oficial da Casa e, por isso, presta suas homenagens, mas não estará presente aqui, neste momento.

Com a palavra, o Senador Aécio Neves, subscritor do requerimento.

A Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marisa Serrano.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Senadora Marisa Serrano, agora Presidente desta sessão, subscritora dessa homenagem à qual aderi, com muita honra, de pronto; ilustre companheiro e Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; caríssimo Bruno Covas, Deputado e Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, aqui representando a família de Mário Covas, de quem é neto; caríssimo amigo e ex-Governador de São Paulo, José Serra; Sr^s e Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados aqui presentes; senhoras e senhores convidados desta cerimônia, eu peço licença a todos para começar esta homenagem cometendo, Presidente Marisa, desde já, uma confidência.

Nos anos em que governei Minas Gerais – que se iniciaram em 2003 –, e tive oportunidade de governar o meu Estado por dois mandatos, muitos dos que estão aqui tiveram oportunidade de me visitar, em especial no Palácio das Mangabeiras, e se lembrarão de que eu tinha, na minha biblioteca, durante esses oito anos, uma foto do Governador Mário Covas. Lembro-me de que esse registro, meu caro Bruno, muitas vezes chamava a atenção das pessoas que me visitavam, não porque estranhasssem o abraço afetuoso entre dois companheiros de jornada, mas porque o colocava, com aquele sorriso largo e generoso, em um espaço geralmente guardado para familiares.

Eu posso dizer que Covas frequentou, por todos esses anos, minha intimidade, no meu dia a dia, bem ao lado de uma foto do meu avô Tancredo, como inspiração permanente não apenas a um modesto governador, mas ao homem público e a cada uma de suas convicções.

Em muitos momentos aflitivos, no processo de governança em Minas, recorri a eles. Eu imaginava, muitas vezes, o que fariam se tivessem pela frente problemas grandiosos como os que enfrentamos, especialmente nos primeiros anos de meu mandato.

Eu olhava aquelas fotografias, algumas já amareladas pelo tempo, e garantilhes, senhoras e senhores, que jamais me frustrei. Quase sempre encontrava, na história viva de cada um, respostas seguras para as decisões difíceis que precisava tomar.

Acredito que, assim como Tancredo, os exemplos de Covas – caro Bruno, mais uma vez a você e aos seus familiares me dirijo em especial – continuam a influenciar a formação de novos políticos e de novos administradores Brasil afora. Cada um a seu tempo, foram homens admiráveis.

Covas foi um dos mais importantes artífices do processo social-democrata no Brasil, do nosso projeto de governo, do nosso projeto de partido e, a partir daí, construiu, ao lado de alguns outros poucos abnegados, a história do PSDB.

Incomodava-se, entre os históricos do PMDB, com as contradições de militar em uma frente tão ampla, heterogênea e tantas vezes contraditória, e não em uma legenda capaz de posicionar-se firmemente frente aos desafios nacionais e defender um programa.

Lembro-me bem do seu entusiasmo com o novo partido, no turbilhão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, chão fértil onde foram plantadas as primeiras sementes e os primeiros valores do PSDB.

“Um partido tem de ter posição”, dizia Covas.

“Não pode ser condescendente com a corrupção”, advertia.

“Tem de ter propostas e responsabilidade ao fazê-las, ou corre o risco de pregar ao vento, no vazio”, alertava.

Sonhava com um partido que refletisse, na sua postura, a indignação da população cansada da corrupção e da incompetência do Estado nacional.

Sua presença entre nós foi sempre estimuladora, quando não crítica, dos nossos próprios passos coletivos e sobre a direção que tomávamos.

Sou um subversivo dentro do meu partido [proclamava, de peito aberto]. [...] tento ser uma pessoa que contribui. Se não concordo com o Presidente da República, eu digo. Até porque acho que a tarefa é essa. O partido não é um grupo de autômatos, que obedecem.

Ele acreditava profundamente no debate das idéias e no contraditório como exercício para buscar as melhores saídas e soluções para os problemas e os impasses. Debatia com profundidade e à exaustão, com o calor próprio das palavras.

Como político, Covas participou de todas as mais importantes articulações do Brasil contemporâneo. Ficou marcada na nossa história, por exemplo, a rejeição, pelo Congresso, da licença para processar o

então Deputado Márcio Moreira Alves, que fizera um discurso considerado ofensivo pelas Forças Armadas, em 1968. A licença para processar Márcio Moreira Alves foi negada, mas a reação do regime foi violentíssima: o Ato Institucional nº 5, um dos mais poderosos instrumentos de arbítrio que o nosso País já conheceu, que fechou o Congresso e cassou mandatos.

Covas foi um dos parlamentares cassados, no dia 16 de janeiro de 1969, um mês e três dias depois de editado o AI-5. Ficou uma década no ostracismo, com os direitos políticos suspensos, até o seu retorno, em 1979.

Lutou pela redemocratização plena, e, desse patamar, habilitou-se a voltar às ruas, em 1989, como nosso candidato à Presidência, após 20 longos anos de abstinência, na primeira grande campanha presidencial da redemocratização brasileira. Não foi eleito, mas fez uma campanha memorável. Clara. Aberta. Limpa. Entusiasmada. Densa em questionamentos. Rica em propostas inovadoras e corajosas. Ousou propor um projeto de país, como passo seguinte à grande reforma constitucional, levada a cabo pela Constituinte de 1988.

Acredito que esse sopro inicial, com a força de sua marca, com sua coragem, com sua inteligência, com o seu patriotismo, foi fundamental para dar corpo e alma à causa da social democracia brasileira e nos tornar um dos mais importantes partidos da história brasileira.

As propostas assinadas por Covas, naquele tempo, são ainda incrivelmente atuais, em sua grande maioria.

Daqui mesmo onde estou hoje, desta tribuna do Senado Federal, posicionou-se nos instantes iniciais de sua candidatura, pregando a necessidade de vencermos problemas estruturais que nos aprisionavam irremediavelmente no subdesenvolvimento.

Para ele, os potenciais do Brasil real eram contraditórios com a imobilidade e o desânimo que nos cercavam.

Temos [dizia Covas] um dos maiores parque industriais do mundo; uma infraestrutura considerável; tecnologia de ponta; uma agricultura em rápida expansão, rasgando novas fronteiras; terras abundantes e grandes reservas minerais. Temos uma força de trabalho imensa e competente, um empresariado dinâmico e ousado.

O País é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado [dizia Covas], por crescente degradação da infraestrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado; e, de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a eco-

nomia, concentra sempre mais a renda, premia a especulação, deprime salários reais e a receita pública.

Nada mais atual. E ainda alertava:

No mundo contemporâneo, que avança por grandes saltos tecnológicos e organizacionais, cada década representa um século a ser ganho ou a ser perdido.

Na sua visão, estava nas mãos dessa geração promover esse salto: “ou faremos logo”, alertava ele, “ou retrocederemos irremediavelmente. Proponho ganharmos juntos, na próxima década, um século de prosperidade com justiça social”.

Ele sabia que, para isso, era preciso ter claro o rumo, e nos permitirmos segui-lo com coragem e coletivamente.

Covas nos ensinou, Srs e Srs. Parlamentares, com a sua trajetória, que governar é exercer a autoridade sem autoritarismo, com base na legitimidade conferida pelo voto popular, com a credibilidade dos que conhecem o valor da palavra pública e o sagrado compromisso que ela envolve.

Ele confiava no País e em nossa capacidade de decisão.

Ser nacionalista, para Covas, era defender uma autêntica e legítima política nacional de desenvolvimento. Propunha reformas – praticamente as mesmas que propomos hoje – para tirar o Brasil das crises cíclicas, reformulando as funções e o papel do Estado.

Dizia ele:

Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidades comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. O Brasil [dizia Covas, e os senhores se lembrarão] não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, principalmente, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios.

Mais uma vez, nada mais atual.

Já naquele tempo, Mário Covas alertava para a necessidade da profissionalização do serviço público e da direção das estatais, com o estabelecimento de rigoroso código de conduta.

E insistia, de forma obsessiva, na defesa permanente da educação. Não podemos permitir – nos dizia – que o futuro seja a grande vítima do presente. E, desse patamar, defendia a mobilização do Estado

para realizar, finalmente, a revolução educacional que o Brasil necessitava.

No olhar de Covas, os gastos com o ensino não podiam ser considerados “custeio”, mas investimento e investimento vital para o crescimento econômico como qualquer outro investimento produtivo.

Covas tinha um aguçado senso federalista e republicano. Para ele, um governo moderno exigia descentralização da administração, distribuindo melhor as responsabilidades ao lado de mais recursos aos Estados e aos Municípios e que se apoiasse nas formas institucionalizadas de participação popular.

Considerava um escândalo a enorme concentração de renda existente no País e apontava o seu mais alto custo: que a democracia não fosse ainda entre nós um valor consensual e intocável da nossa sociedade.

Covas temia que os indicadores sociais negativos e as perdas de poder real de compra dos salários permitissem outros retrocessos, como, por exemplo, o fantasma dos demagogos e do autoritarismo.

Na sua visão, não existia economia moderna capaz de competir internacionalmente, sem um mercado interno também forte, sem consumidores plenos e sem um povo educado, reivindicante e capaz de ser ele o fator primordial do processo tecnológico.

Desigualdade, na sua visão, não se corrige com estagnação. Corrigir-se distribuindo a renda e crescendo ao mesmo tempo.

Faço apenas esse retorno à História, a algumas das palavras proferidas por Covas para mostrar o quanto elas são atuais.

Como administrador, tinha a visão própria do engenheiro que era. Citava, de memória, uma infinidade de números relativos às ações do seu governo. Mas o político revelava-se em plenitude na capacidade de antever fatos por puro instinto.

No Brasil do nosso tempo foi um governante corajoso, um governante exemplar. Adotou medidas duras para ajustar as contas de São Paulo, que lhe causaram momento de forte impopularidade. Mas jamais recuou na sua obstinada decisão de fazer o que precisou ser feito.

Covas sempre provocou incômodos nos setores mais conservadores, que o viam como perigoso, estatizante, nacionalista. Era temido, mas ao mesmo tempo era respeitado e admirado.

Perdeu e ganhou eleições. Reeleito governador, logo no seu discurso de posse anunciou em alto e bom som: “Não me venham falar em adversidade. A vida me ensinou que, diante dela, só há três atitudes possíveis: enfrentar, combater e vencer”.

Só foi definitivamente derrotado pela doença.

Ao receber um aparte do Senador Jarbas Passarinho, naquele memorável discurso proferido aqui, desta tribuna do Senado, aquele ao qual me referi anteriormente, o Covas democrata definiu, de forma brilhante, o tratamento que deveria prevalecer nas relações políticas.

Disse ele:

Sei que existem outras verdades e que elas são tão sustentáveis quanto as minhas, e que a única razão pela qual um homem, um democrata, passa a ter o direito de defender a sua verdade é exatamente o respeito que ele manifesta pela verdade alheia. Por isso, meu primeiro compromisso com a verdade começa por reconhecer a dimensão e a prerrogativa da verdade alheia.

Mais um belo ensinamento.

Covas não gostava, senhoras e senhores, de fazer proselitismo com a questão da ética na política, que, para ele, era princípio natural da atividade que exercemos. Nessa matéria, ele dizia: "O ideal é nem precisar defender. Ética deve revelar-se na conduta de cada um sem maiores questionamentos". Questionamentos que, aliás, ele jamais sofrera e disso muito se orgulhava.

A esse respeito é dele a frase mais definitiva: "Asseguro sem vacilação que é possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança".

Permitam-me, antes de encerrar, Sr's e Srs. Parlamentares, relembrar um momento da minha relação com Mário Covas absolutamente marcante na minha vida pessoal, mas também na minha trajetória política.

Fui lançado candidato à Presidência da Câmara dos Deputados no final do ano de 2000, uma candidatura que para muitos era uma aventura, mas acabou sendo o momento de afirmação do PSDB e das suas propostas na nossa Casa irmã. Naquele momento, uma candidatura que nascia nas bases do partido enfrentava – e era natural ainda – alguns questionamentos de lideranças que a consideravam um risco à aliança existente com os nossos parceiros.

Saúdo a presença e a chegada do Presidente José Sarney.

A minha candidatura corria o risco de não se sustentar. Lembro que fui a São Paulo. Covas, já sofrendo os primeiros reflexos da dura doença que acabou por abatê-lo, recebeu-me no seu gabinete, perguntou quais as reais condições dessa minha candidatura, que ainda era questionada por algumas lideranças importantes do meu partido – isso foi numa terça-feira e não me esquecerei jamais dessa data –, e disse: "Aguarde-me quarta-feira em Brasília". O Líder José Aníbal vai se

lembra disso, ele que sempre foi o grande apoiador desse projeto. Ele chegou à nossa liderança, ainda tímida liderança, a mesma que ocupamos na Câmara dos Deputados. A imprensa aguardava-o naquele instante, vários Deputados estavam lá para recebê-lo. Ele talvez não tenha ficado, Governador Geraldo Alckmin, 30 minutos em Brasília nesse dia. Ele chegou à nossa liderança e, questionado por alguns jornalistas sobre como caminharia a candidatura de Aécio Neves à Presidência da Câmara dos Deputados, simplesmente disse: "Somos o maior bloco, por isso temos direito regimental de concorrer à Presidência da Casa. E chega de o PSDB ceder sempre. O nosso candidato é Aécio e vamos ganhar as eleições". Virou as costas, voltou para o aeroporto, retornou para São Paulo. Os questionamentos acabaram, a nossa campanha foi vitoriosa e busquei, naqueles dois anos, honrar, obviamente, a história e os preceitos do PSDB que nascia, mas, em especial, a confiança do Governador Mário Covas.

Portanto, senhoras e senhores, a onipresença de Mário Covas entre nós é uma salvaguarda aos ideais originais que fundaram o PSDB e que nos trouxeram aqui hoje. A celebração de sua memória, mais do que uma justa e amorosa homenagem ao líder, ao estadista, ao homem público, ao companheiro leal e afetuoso, é também uma grande oportunidade neste tempo em que, como partido, procuramos olhar para nós mesmos e nos dispomos a realizar a tão necessária autocrítica sobre a trajetória desses últimos anos e as mudanças que nos exigem o Brasil de hoje. É hora de lembrarmos a epígrafe escrita no manifesto que fundou o Partido da Social Democracia Brasileira como rumo a ser seguido em direção ao futuro, porque – e Covas reiteradamente dizia isto, inspirador que foi dessa epígrafe – "longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas".

O PSDB – estou absolutamente seguro, Presidente Sérgio Guerra – poderá revitalizar-se e tomar nas mãos o seu próprio destino. Covas e seus múltiplos significados sinalizam esse destino.

Mais do que homenageá-lo, meu caro Bruno, caríssima Marisa, a quem cumprimento mais uma vez pela iniciativa, mais do que homenageá-lo, por tudo que representa na nossa História, espero que possamos todos honrá-lo e dignificar o seu legado.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Aécio Neves, a Sra. Marisa Serrano, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Convidado a participar da Mesa o Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB. (*Palmas.*)

Antes de dar a palavra ao Senador Luiz Henrique, peço desculpas a todos pelo meu atraso, porque eu estava numa solenidade da Confederação Nacional da Indústria, que se prolongou além do que prevíamos.

Com a palavra o nosso Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador e ex-Presidente da República, José Sarney; Exmº Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin; caros colegas Senadores Aécio Neves e Marisa Serrano; primeiros signatários do requerimento que originou a presente sessão; nobre Deputado Estadual, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Bruno Covas, neto do nosso querido e inesquecível Zuza; nobre Deputado Federal Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB; ex-Governador do Estado de São Paulo e ex-Ministro José Serra; caro Deputado Aníbal, que liderou a Bancada do PSDB, demais autoridades, senhoras e senhores, recordo bem aquela manhã, uma manhã de fevereiro de 1987. Eu era líder da bancada do MDB na Câmara dos Deputados, eleito num pleito em que tive como adversário o ex-Ministro da Agricultura no governo João Goulart, Oswaldo Lima Filho.

Na condição de líder do partido na Câmara, entendia-se que, ao se instalar a Constituinte, deveria continuar acumulando as duas lideranças. Mário Covas, Senador que obteve uma votação extraordinária, veio no entanto com a tese correta: a tese de que a liderança da Constituinte deveria ser uma liderança autônoma. E fomos à disputa. Perdi por poucos votos, numa eleição em que nem ele nem eu obtivemos 50% dos votos. O Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, iria convocar para a manhã do dia seguinte o segundo turno. Eu tinha condições de vencer no segundo turno, porque 14 Deputados que haviam assumido o compromisso de votar em mim não haviam chegado naquela manhã e certamente estariam no dia seguinte. O que fiz eu? Disse ao Presidente Ulysses Guimarães: o Mário ganhou e vou sacramentar isso. E antes que ele me seduzisse a não fazê-lo, levantei o braço de Mário Covas e aclamei-o como Líder na Constituinte.

Aquela foto frequentou as manchetes de todos os jornais do dia seguinte. Por que levantei o braço de Mário Covas? Por que o aclamei eleito no primeiro turno, quando poderia ganhar no segundo? Porque o seu discurso claro, cristalino, forte, coerente, inter-

pretava a vontade da maioria da bancada do Partido na Constituinte.

Aquele discurso era, ao mesmo tempo, de resurreição do Partido, de condução do Partido para a sua linha histórica, era também um discurso indicativo de um caminho para a construção de uma Constituição democrática perene.

E por que Mário Covas sensibilizou a bancada do PMDB na Constituinte? Porque ele tinha uma trajetória, uma trajetória de coerência, uma trajetória de sacrifício, uma trajetória de fidelidade às suas convicções, porque ele havia pago com a cassação do seu mandato pela defesa dessas suas convicções.

O que fez Mário Covas no dia 12 de dezembro de 1968? Defendeu seu colega Márcio Moreira Alves? Entrou no mérito das palavras proferidas por seu colega? Não. O que Mário Covas fez foi, talvez, protagonizar o episódio mais importante da afirmação deste Poder. O que ele fez foi defender a Instituição. E a Instituição tem como fundamento a liberdade de expressão na sua tribuna; a Instituição tem como fundamento a imunidade parlamentar – imunidade por palavras, por pensamentos expressos da tribuna das duas Casas do Congresso.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Governadores que acorrem a esta sessão, ler algumas frases daquele discurso memorável:

Acusa-se um deputado de pretenso crime político. Não vejo como, moralmente, se possa sustentar a concessão [no caso, era a concessão da licença para processá-lo] sem que a Câmara incida numa mesquinha exibição de intolerância e incoerência, desnudando-se, em vista dos precedentes, num farisaísmo abominável.”

Não permitais [dizia ele a seus colegas] que um ‘delito impossível’ possa transformar-se no funeral da democracia, no aniquilamento de um poder e no cântico lúgubre das liberdades perdidas.

Dizia mais, Mário Covas, a seus colegas:

Ou o Congresso rejeitava o pedido e se afirmava como um poder, ou abria mão de uma prerrogativa sem a qual não poderia viver.

Essa trajetória de Mário Covas levou-o à Liderança da Assembleia Nacional Constituinte.

Mário Covas era intransigente na defesa da soberania. Vi-o, repetidas vezes, falar sobre esse tema, numa defesa intransigente da soberania nacional.

A soberania [dizia ele] é como liberdade: não se discute; não se escreve no regimento.

Ou se a possui e se a exercita, ou realmente não se a possui."

"Só existe soberania quando há uma população com condições para sobreviver com dignidade.

Mário Covas era um brilhante parlamentar. Era extraordinário na coerência com que articulava as palavras. Mas não era apenas alguém de falar e não fazer; era alguém de fazer o que falava.

Leio aqui uma apreciação publicada no *Valor Econômico*, no dia 7 de março, a respeito do Mário Covas gestor público:

Mas se há um aspecto da vida pública de Covas que o distinguiu particularmente dos seus colegas e que merece destaque foi sua atuação como administrador do Estado. (...) um gestor firme, que se empenhou com vigor na recuperação das finanças públicas. Por mais que pusessem em risco sua popularidade, ele nunca deixou de tomar medidas duras para "colocar a casa em ordem [como aliás já salientou o Senador e ex-Governador Aécio Neves].

Em apenas seis anos, (...) Covas conseguiu transformar um déficit que representava 21,7% do Orçamento paulista num superávit primário de R\$1,5 bilhão e deixa ao seu sucessor para 2001 a previsão de superávit de R\$3 bilhões.

Esse era Mário Covas. Grande orador, grande tribuno, grande articulador, grande líder político, mas também grande, extraordinário, correto, íntegro administrador.

O poeta dizia que há pessoas que não morrem; encantam. Eu espero que o Brasil todo continue encantado com a figura política desse extraordinário cidadão de Santos, cuja primeira pretensão era ser Presidente do Santos Futebol Clube; posteriormente, era ser Presidente da República, sonho interrompido, que ele o teria realizado.

Mário Covas, que Deus consagre o teu exemplo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de dar a palavra ao Senador Sérgio Guerra, eu queria, com emoção e tristeza, comunicar à Casa que acaba de falecer o ex-Presidente José Alencar, um grande brasileiro, que prestou grandes serviços à nossa Pátria.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que a Mesa registrasse o pedido do meu Partido para realizarmos uma sessão solene em homenagem a ele, Presidente de Honra e fundador do PRB, para que possamos aqui prestar, de maneira apropriada, o tributo da nossa dor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa aguarda a formalização do seu requerimento e comunica que, depois desta homenagem, teremos sessão ordinária da Casa, na qual certamente apreciaremos esse pedido de pesar, a que quero me associar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney; Governadores Geraldo Alckmin, José Serra; Senador Aécio Neves; minha companheira, amiga, Vice-Presidente do PSDB, Marisa Serrano; Bruno Covas, que representa aqui a família do Governador Mário Covas; meus senhores e minhas senhoras, primeiro, quero, em nome do PSDB, subscrever, apoiar e falar da solidariedade nossa a todos, à família, aos companheiros e amigos do Vice-Presidente José Alencar e da nossa afirmação de profundo pesar pelo seu falecimento. Brasileiro dos melhores, homem honrado, um grande homem público que hoje nos deixa e que, seguramente, vai-nos fazer muita falta.

Meus senhores e minhas senhoras, ouvi com atenção alguns discursos que foram pronunciados, hoje, sobre a vida de Mário Covas. Nossa assessoria também havia estruturado uma série de argumentos que fossem suficientes para que eu desenvolvesse a nossa palavra de hoje, palavra que é minha, do PSDB e também do Líder Alvaro Dias.

Mas sou tentado a afastar-me desses argumentos, cujo conteúdo essencialmente era técnico-administrativo, gerencial, para me prender a outros argumentos, a outra forma de abordagem.

Covas, rigorosamente, foi construtor de uma grande obra administrativa, governamental. Como já foi dito aqui, produziu um forte arrocho, um forte ajuste fiscal. Como foi dito tantas vezes, Prefeito, olhou para os mais pobres, lançou programas que revolucionaram a periferia de São Paulo, sempre com a participação, sempre com a mobilização, sempre com a democracia.

Mas fui um brasileiro que o acompanhou, não necessariamente no PSDB. E, aí, um primeiro depoimento: Covas era e foi, para a minha geração, um político limpo, um político que honrava a palavra, um político que fazia o discurso e que, no Governo, cumpria

o discurso que fazia. Nunca se dobrou às pressões, nem aos modismos, nem a conveniências conjunturais; sempre foi estrutural, firme, reto.

Sua marca sempre foi o exemplo, e o exemplo é, para uma democracia nova e para as democracias de uma maneira geral, muito importante. Dar o exemplo, cumprir a palavra empenhada, afirmar-se e ser democrata, saber vencer, saber perder, saber reagir, saber enfrentar, não se curvar, não se dobrar, não dobrar a espinha. Nossa história tem uma sucessão de líderes que foram incapazes de manter a sua espinha erguida, o seu pescoço afirmado e sua cabeça com absoluta firmeza, decidida a cumprir os objetivos que traçou e que são objetivos desenvolvidos num ambiente de democracia.

É deplorável a história brasileira dos últimos anos, muita contradição, muita incoerência, que produzem um ambiente parecido com esse que temos hoje: partidos que se quebram, partidos que se dobram, partidos que não se afirmam, como se, em qualquer projeto social, valesse a mudança de um partido, a mudança de um rumo, um compromisso assumido. Tudo se justifica, tudo é permitido, e as instituições vão-se quebrando, desautorizando-se, desfazendo-se. Não é essa lição que Mário Covas nos deu, mas a lição de firmeza que muitos compreenderam e que o PSDB compreende. É claro que, como em qualquer partido, temos dúvidas, contradições, mas é óbvio que temos a mesma linha.

Quando fazemos uma campanha e assumimos um governo, a nossa campanha tem muito a ver com o governo que fazemos, e o nosso governo tem muito a ver com a campanha que fizemos. Não seria ainda apropriado dizer que a ação do PSDB é uma só, que é homogênea, que há uma forma de os tucanos ou de os socialdemocratas do PSDB governarem. Precisamos chegar a isso. Mas há uma estranha e importante coerência no nosso Partido.

Olhemos agora as últimas eleições. Ganhamos eleições em vários Estados e, em vários deles, recuperamos o Governo, recuperamos o Governo, porque governamos antes, de uma determinada forma, que agora foi reconhecida. E aqueles que ganharam antes voltaram a ganhar agora, não porque tivessem o vento do poder ou o favorecimento de qualquer outro elemento exógeno, mas por conta do que fizeram nos seus Estados, da coerência que representaram. Está aí, para quem quiser ver, o desempenho do PSDB em São Paulo, de Covas, de Serra, de Geraldo, de Montoro. Já são muitos anos de governo, que representam uma continuidade num compromisso que não foi quebrado.

O nosso centro, o nosso foco deve ser manter o nosso compromisso, a nossa espinha erguida, en-

frentar as dificuldades com tranquilidade, enfrentá-las com firmeza, com determinação, não cedermos às pressões eventuais, a conveniências elementares, mas mantermos o nosso rumo, a nossa linha, a nossa determinação.

Nenhum outro, entre tantos que representaram e que representam o PSDB de hoje, teve uma coerência tão firme, tão explícita quanto Mário Covas no Palácio e na rua, na rua e na imprensa, no Congresso e na administração, no PSDB e na democracia. Seguramente, isso nos inspira, e nos inspira muito, e essa é a força que nos mantém vivos contra muitas pressões, muitas usurpações.

Eu tenho uma breve vida junto a Mário Covas. Há aqui outros que têm uma vida muito mais larga junto a ele, a exemplo de José Aníbal e de Geraldo Alckmin, que cita Covas todas as vezes em que fala da democracia no Brasil e de governos sérios. São homens que marcaram, com nitidez, essa posição, e muitos outros que estão aqui, que governaram com Covas e que continuam Parlamentares membros do PSDB.

O Covas foi um homem que serviu à democracia do Brasil e que está no núcleo, no centro da nossa resistência. Os tucanos podem dizer, com toda a satisfação e com todo orgulho, que são o partido que Mário Covas ajudou a construir, que são o partido que valorizou, que valoriza e que valorizará sempre Mário Covas. Ele nos une integralmente. As campanhas que fazemos têm sempre a inspiração dele, e as campanhas que fizemos deverão ter essa mesma inspiração, porque ela é conveniente ao Brasil de hoje, é conveniente ao Brasil de sempre.

É a inspiração dos homens firmes, dos homens que olham para frente, dos homens que têm capacidade de combate, que não cedem, que não se acomodam, não se ajustam ou reajustam e têm, sim, clareza de propósitos, capacidade de resistência, unidade – é o nosso desafio. Dar força à democracia com o nosso exemplo de democratas, porque muitos exemplos se somam a cada dia para enfraquecer a democracia. Trabalhar com os companheiros, respeitar os aliados, unir todos e caminhar juntos. Covas vai nos inspirar seguramente agora, como nos inspirou no passado e nos inspirará no futuro.

A nossa responsabilidade é imensa, muito grande. Cumprimos o nosso papel. Temos orgulho do que fizemos e do que somos. Continuaremos a ser orgulhosos dessa nossa posição com lealdade, com transparência e com a firmeza que sempre demonstramos. Não cedemos. Fizemos ontem uma grande campanha; quase ganhamos. Quatro anos atrás fizemos outra campanha; tivemos grandes vitórias. Vamos ter vitórias maiores se seguirmos o exemplo de Mário Covas, da

coragem, da firmeza. O exemplo que falta, em grande parte, na prática brasileira de homens que honram a palavra e cumprem no governo o que prometem nas campanhas.

Quero parabenizá-los a todos, ao PSDB de maneira especial, a democracia do Brasil, a família Covas e a você, Bruno, pela grande participação, pela grande importância que Mário Covas tem, teve e terá na vida dos brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

S. Ex^a. não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

S. Ex^a. não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

S. Ex^a. não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

S. Ex^a. não está presente.

Terminada a lista de oradores, com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sarney; Governador Geraldo Alckmin; ex-Governador José Serra; proponentes desta sessão: Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente do partido; Senador Aécio Neves; meu sempre caro Senador Presidente do PSDB, Sérgio Guerra; Bruno Covas, que aqui representa a família; Srs. Deputados, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores; Bruno Covas, eu aqui falo em meu nome e em nome do meu partido. Eu fiz carreira para chegar. Fizemos um seminário, hoje pela manhã, que terminou às duas da tarde, sobre reforma política, reunindo a opinião dos meus companheiros de partido, sobre o que é preciso fazer para mudar a política do Brasil. Mas, enfim, consegui chegar a tempo para trazer a minha palavra e a palavra do meu partido de homenagem a um brasileiro com quem convivi.

Sou meio antigo nesta Casa. A exemplo do Senador Sarney, sou veterano e peguei Covas, Senador. Ele sentava mais ou menos onde estava o Deputado José Aníbal. Eu ficava atrás, onde está o Senador Paulo Davim. Àquela época, eu era meio calouro nesta Casa e ele já era meio veterano. E eu prestava muita atenção aos discursos de Covas, que era, como eu, engenheiro. Normalmente, políticos são médicos, advogados, às vezes economistas; engenheiros, poucos. Covas era

daqueles que enobrecem a profissão. Era engenheiro dos bons e era político dos bons, o que não é fácil.

Eu prestava muita atenção ao pragmatismo, uma característica muito própria dos engenheiros. Eu prestava muita atenção ao pragmatismo dos discursos de Covas, à objetividade. Ele não arrodeava os assuntos, ia direto ao ponto. E fui, à distância, discípulo dele; e fiz com ele uma amizade à distância.

Lembro-me como se fosse hoje. Nunca esqueci, Governador Geraldo Alckmin. Ele, num dado momento, não me lembro se foi à época em que um grupo de brasileiros do PMDB resolveu fundar o PSDB, ou se foi no exercício da Liderança. Ele era um homem de gestos fortes aqui, como foi no Governo. E porque era homem de gestos fortes exerceu liderança. E caminhava no corredor, no rumo de onde hoje é a Liderança do Governo – não sei à época o que era –, acompanhado de uma coisa que era inusitada. Naquela época – e isso faz mais de quinze anos –, a imprensa não era tão apetrechada como é hoje, as tevês não tinham tantas câmeras, tantos repórteres, que hoje fazem com que um evento de importância seja acompanhado por uma multidão de repórteres e por um clarão que faz o dia nesses corredores. Lembro-me de que Covas passou por esse corredor acompanhado por um inusitado batalhão de repórteres. E passei ao lado dele, à esquerda dele, e ele, modesto, porque ele era modesto à sua maneira, olhou de soslaio para mim e disse: “É para eu pensar que sou importante”. Aquilo era Mário Covas: um homem que era importante e que brincava com a importância de ser importante.

Importante por quê? Porque era vaidoso? Não; porque era um homem de atitudes, era um homem firme, era um homem de convicções, era um homem preparado, era um bom executivo e um bom político. Foi bom arregimentador. Tanto foi que criou um partido político que honra hoje a política do Brasil, que é o PSDB. Talvez tenha sido ele a mola mestra da fundação desse partido. Depois foi Governador, um homem de coragem cívica e pessoal – referências.

Eu não esqueço aquela cena das grades do Palácio Bandeirantes: uma multidão enfurecida querendo derrubar, e ele, pessoalmente, indo e, com aquele gesto, abortando o movimento de reação.

Não que ele fosse um afobado. Ele era um homem de convicções pessoais, de coragem cívica e coragem pessoal. Ele foi o Governador que recuperou – eu me lembro – as faladas finanças de São Paulo em processo pré-falimentar. Ele, Governador, um calvário de meses, de anos até recuperar, pelo equilíbrio fiscal que impôs, com sacrifício político, as finanças de São Paulo e fazer o grande governo que fez.

Por essa razão, o seu avô Mário Covas, está hoje merecendo a homenagem que o Senado da República lhe presta. Quantos Senadores, quantos Governadores passaram por esta Casa ou pelo Palácio dos Bandeirantes e não merecem a homenagem nem têm a memória reverenciada como tem Mário Covas? É porque ele foi uma referência; ele foi uma figura singular, um modelo de homem público de competência, de probidade, de seriedade e de caráter.

Por essa razão, fiz carreira para vir aqui, para chegar a tempo e prestar a homenagem do meu partido e a minha homenagem pessoal ao PSDB, do Senador Sérgio Guerra, de Geraldo Alckmin, de Aécio Neves, de José Serra, de Marisa Serrano, de tantos companheiros de um partido irmão, que é o meu partido, mas, acima de tudo, reverenciar a memória de uma figura singular da República do Brasil, que foi o seu avô Mário Covas.

Quero, terminando as minhas palavras, manifestar aqui a minha tristeza pelo falecimento, hoje, agora há pouco, de um outro grande amigo, de um outro grande brasileiro: José Alencar. Quando eu era Governador do meu Estado, do Rio Grande do Norte, S. Ex^a foi ao meu Estado, várias vezes, como empresário, e deixou lá fundados milhares de empregos. Eu, como Senador, como político e como potiguar, homenageio a figura exemplar de José Alencar, ex-Vice-Presidente da República do Brasil.

E, de minha parte, da parte do meu partido, o aplauso à homenagem e o reconhecimento à memória e ao símbolo que significou para a política do Brasil a figura de Mário Covas.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma disposta no art. 203.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na ocasião em que lembramos os 10 anos do falecimento de Mário Covas, acredito ser importante refletirmos sobre os elementos centrais de sua trajetória política. Nela encontraremos razões de sobra para que a memória de seus atos se torne peregrina e inspiradora de vocações cívicas.

Marcou sua caminhada a defesa firme do ideal democrático e da liberdade de expressão. Por essa razão, são memoráveis os períodos de presença de Mário Covas no Parlamento, como Deputado Federal e Senador.

O jovem Deputado paulista, eleito pelo antigo Partido Social Trabalhista, assistiu de perto ao recrudescimento do regime instaurado sob tutela militar em 1964. Extinto seu partido na instalação forçada do bipartidarismo, cerrou fileiras na oposição, auxiliando na fundação do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

Campeão na defesa das prerrogativas do Congresso articulou a negativa de licença para processo contra o Deputado Márcio Moreira Alves, cujo único delito tinha sido expressar de maneira jocosa sua opinião sobre o regime militar, cuja face autoritária desde cedo se revelava.

Como resultado da liderança que exercia, foi dos primeiros atingidos pelo Ato Institucional nº 5, que buscou calar de vez as vozes descontentes presentes no Parlamento. Os dez anos de mordaça política, entretanto, não alteraram sua disposição pela defesa do que achava correto.

O comemorado retorno de seus direitos permitiu que ocupasse a presidência do MDB e a retomada da luta pela redemocratização do País, coroada por sua recondução ao Parlamento, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. Destacou-se, sobretudo, na Assembléia Nacional Constituinte, que nos legou a Constituição Cidadã de 1988.

Sua atuação no poder executivo também é digna de nota, sendo o único prefeito indicado de capitais brasileiras sobre quem não recaiu a pecha de “biônico”. Sua atuação no Senado terminou por conduzi-lo ao governo de seu Estado de São Paulo, já no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A Covas nunca lhe faltou coragem e coerência. Ele fazia questão de agir às claras, como as inúmeras vezes em que veio a público prestar contas de sua administração. “A obrigação de quem governa é essa”, dizia, “dar uma satisfação mesmo para não agradar”.

Na posse de seu segundo mandato de Governador, afirmou: “Não é da índole deste Governo não discutir, não conversar. Mas é da índole deste Governo tomar as atitudes quando alguém comprova que ele está errado e que o certo é outro caminho. Já não me faz muita diferença aquilo que se chama de prestígio eleitoral. Mas me faz diferença cada noite poder deitar, dormir e saber que se procurou fazer da melhor maneira possível.”

Com a mesma coragem, enfrentava seus adversários, reafirmando seus princípios, como quando asseverou na frustrada campanha presidencial de 1989: “Eu acho que tenho só uma cara, mas se eu tivesse várias, certamente todas elas teriam vergonha.”

Colocava a ética na política como um comportamento permanente, muito além da simples honesti-

tidade. Era necessário colocar a política, dizia, num plano superior a cada um dos políticos, conduzindo-se adequadamente em todo o momento.

Acreditava, sobretudo, na capacidade do povo brasileiro e em sua criatividade inigualável e bom humor, material essencial para construção de uma nação destinada a projetar-se, de forma original, em nível internacional.

Encerro esta breve fala, Sr. Presidente, até para evitar o que nosso homenageado considerava falta grave na política: "furar fila, interromper jogo de futebol e atrasar almoço".

Minhas homenagens à família de um brasileiro, com "B" maiúsculo: Mario Covas, o homem que, durante toda a sua vida, fez política, também com "P" maiúsculo. Será sempre um exemplo de caráter, de retidão, de coerência, de ética e de respeito às instituições democráticas. Que aprendam com ele as gerações futuras.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há dez anos, no alvorecer do dia 6 de março de 2001, nos despedimos de Mário Covas Júnior. O Brasil perdia, com sua morte, um dos maiores políticos de sua história – um daqueles homens públicos cuja trajetória e cuja visão de Estado nunca se desviaram dos melhores princípios éticos, morais e democráticos.

Como todo grande vulto histórico, Mário Covas foi, ao longo de toda a vida, o homem certo no momento certo. A marca que deixou na retomada da democracia no Brasil é indelével, e seu legado na administração do governo do Estado de São Paulo até hoje gera frutos para seus sucessores.

Homem de princípios firmes e de uma moral inatacável, Covas teve sua trajetória política guiada pela mais límpida coerência. Abraçou, desde cedo, a defesa da liberdade e da democracia como seus princípios cardeais, e não mais os abandonou. Desde a primeira eleição que venceu, para deputado federal em 1962, até a última, quando foi reeleito para o Governo de São Paulo em 1998, Mário Covas imprimiu a seus mandatos um misto de profissionalismo, responsabilidade, representatividade e trabalho duro, como poucas vezes se viu na política brasileira.

Da mesma forma, poucos são os homens públicos que conseguiram unificar, em si, uma profunda identidade partidária com o respeito genuíno de seus oponentes políticos.

Covas era outro exemplo dessa linhagem de homens públicos. Foi Covas, juntamente com Fernando Henrique Cardoso e outros nomes históricos da nossa

política, um dos co-fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira. Covas, naquela ocasião, era a quintessência de todos os princípios que defendíamos – tanto que, logo após a fundação do partido, foi escolhido nosso primeiro presidente nacional.

Ao mesmo tempo, porém, em que era um verdadeiro ícone da nossa legenda, Covas exercitava um diálogo com os líderes das demais legendas que superava quaisquer antagonismos partidários que pudessem existir no papel e na prática diária da atividade política. É claro que tal fato não se devia, exclusivamente, ao cavalheirismo, ao carisma e à simpatia de Covas. Esse respeito que ele inspirava nos amigos, mas também, e principalmente, nos adversários, decorria, a meu ver, do amálgama de ideias e fundamentos morais que Covas defendia e simbolizava. Colocar-se em posição radicalmente contrária a Mário Covas era posicionar-se contra a liberdade e a democracia. Foi essa uma de suas lutas. Uma luta que gerou frutos e que nos possibilita viver na democracia que estamos hoje.

Em 1988, foi candidato a Presidente da República, tendo como Vice o Ex-Governador do Pará Almir Gabriel, e para o governo do Estado de São Paulo. As duas últimas eleições que disputou foram exitosas: em 1994 e 1998, foi eleito e reeleito governador de seu Estado, cargo que exerceu até seu falecimento.

Dia desses, pela internet, um dos nossos seguidores do Twitter perguntou-me: 'Em quem você se inspira politicamente? Qual é seu exemplo de homem público?'. Até este momento não havia parado para me perguntar. Pensei um pouco e respondi exatamente isso: 'Mário Covas'.

Sim, é um exemplo que busco seguir. Covas ficou conhecido por suas posições firmes e coerentes. Pela sua garra, honradez e o exemplo de homem de fibra, determinado e ao mesmo tempo correto em suas ações.

Em Belém temos a Rodovia Mário Covas, que liga nossa capital ao município de Ananindeua, dentro da região Metropolitana. É uma pequena homenagem que os paraenses tem por um brasileiro que ajudou a construir nosso país, nossa democracia, nossa história.

Sei que existem tantas outras rodovias, avenidas e ruas por este país que levam o nome de Covas. Simbolicamente, elas ajudam a preservar na nossa memória um homem público sério, correto e íntegro.

Que seu legado de honestidade, fidelidade, honradez, coerência e amor pelo trabalho guie nossa classe política, tanto nos tempos de tranquilidade quanto nos períodos de adversidade.

Obrigado, Mário Covas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Quando um país perde um homem público da estirpe de Mário Covas, não perde apenas o líder, a experiência, a sagacidade de quem conheceu a história porque viveu cada minuto, cada instante da reconstrução da democracia no

Brasil.

Quando um país perde um homem público ético como Mário Covas, perde também o molde, capaz de oferecer às futuras gerações os contornos da vida republicana e os traços do Estado Democrático de Direito.

A trajetória de Mário Covas não se baseou em suas próprias aspirações, nos desejos e vaidades que tantas vezes enganam a alma na luta pelo poder, na disputa pelos cargos políticos. Mário Covas se desprendia do eu em favor da vontade coletiva, do interesse público em que fundava seus discursos e suas ações.

Todos sabem das convicções estatizantes do velho bastião da esquerda, favorável à presença forte do Estado. Mas todos sabem, também, que Covas não se fechava em suas próprias idéias e verdades.

Por isso, Governador eleito de São Paulo, empreendeu uma reforma administrativa exemplar e transferiu ao setor privado diversas companhias, porque sabia da incapacidade financeira do Estado para fazer frente aos investimentos necessários a atender adequadamente as demandas da população.

Era, decerto, um defensor arguto das convicções contra a Ditadura e em favor de recondução do Brasil a democracia.

E Mário Covas não foi apenas mais uma voz nessa luta, mas o símbolo maior em defesa da inviolabilidade dos mandatos parlamentares.

É pela palavra desse democrata convicto que o Parlamento brasileiro se colocou de pé para defender o Deputado Márcio Moreira Alves contra o arbítrio da ditadura militar.

É pela palavra desse corajoso homem público que o Congresso se colocou de pé em favor da democracia na histórica sessão da Câmara em 12 de dezembro de 1968, que antecedeu a lamentável edição do AI-5.

Preferiu Mário Covas enfrentar a cassação e o exílio a ficar calado, conquanto, ao contrário de outros companheiros não tenha optado pela luta armada.

Para nós do PSDB, Senhor Presidente, Mário Covas,

juntamente com Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso, constitui a base sobre a qual se

construíram e se perenizam os valores da social democracia brasileira.

Covas é decerto fonte inesgotável de inspiração para esta nova geração do PSDB que traz, nas figuras do Governador de Goiás e Ex-Senador Marconi Perillo e do Senador e Ex-Governador de Minas Gerais Aécio Neves, exemplos da moderna condução do Estado, centrada em metas para promover o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, valores tão caros ao bem estar social e ao Estado Democrático de Direito.

Como nos lembrou o Senador Marconi Perillo em discurso proferido nesta Tribuna nem mesmo a doença fez Mário Covas parar.

Embora Covas admitisse que fatos recentes o fizeram perceber que somos frágeis, quando pensamos ser fortes, dizia “Que nada, eu vou trabalhar, pois trabalhar não mata ninguém. Só hoje tenho cinco reuniões agendadas”.

Creio, Senhoras e Senhores Senadores, que poucas pessoas foram tão francas e diretas na defesa de convicções como sempre nos pareceu Mário Covas.

Mas a franqueza desse homem de bem – e do bem – jamais se traduzia em intransigência ou arrogância. Por quê? Porque um dos traços que mais lhe marcava o caráter era a humildade.

Exatamente por isso, permitimo-nos aqui, ao encerrar este breve pronunciamento, rememorar uma das maravilhosas reflexões de Mário Covas, fonte de profundo ensinamento:

“E para que me credencie a defender a minha verdade, começo por manifestar a humildade de saber que

existem outras verdades e que elas são tão sustentáveis quanto as minhas e que a única razão pela qual um homem, um democrata passa a ter o direito de defender a sua verdade é exatamente o respeito que ele manifesta pela alheia.”

Muito obrigado!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, poucos na história política brasileira têm o seu nome lembrado tanto quanto Mário Covas. Eu procurei investigar os depoimentos sobre ele, nestes dez anos passados de sua partida.

Ele prova que a unanimidade, nem sempre, é burra, como já disse alguém, tem tom afirmativo. Não encontrei exceções. Todos são enaltecedores de sua história. É assim que acontece com todos aqueles que pautam a vida pela coerência. A morte não modifica o que pensamos deles.

Honestidade, verdade, interesse público, ética. São essas as palavras mais usadas por todos aqueles que conviveram com ele durante a sua vida públi-

ca. Mas, tem uma palavra, ou uma característica, que o diferenciava: a coragem. Ele era o contraponto de quem ainda imagina que a política é a arte do engano. Então, juntando o que mais se falou dele, eu diria que ele tinha coragem para defender a honestidade, a verdade, o interesse público e a ética. É essa a falta que ele nos faz hoje. Porque a honestidade, a verdade, o interesse público e a ética nunca se mostraram tão indefesos, como agora.

Eu acho que, por mais singela que possa parecer, a melhor definição sobre o Covas foi dada pelo então tenente da Polícia Militar José Roberto de Oliveira, segurança do então governador de São Paulo que o acompanhou até a morte e que se manteve no seu posto até a viagem final, pelas ruas de São Paulo: "ele não era parente, mas a gente viveu como se fosse". Acho que não teríamos mais nada a acrescentar sobre o ser humano Mário Covas: Ele não era parente, mas a gente conviveu com ele como se fosse.

Poucos foram os que passaram por aqui e deixaram tamanha lembrança, como o Mário. A sua voz grave ainda faz eco por esses corredores. Cobrando-nos. Ele tinha uma personalidade tão forte, para o bem, que ele próprio não se faz esquecer. E, ao lembrá-lo, principalmente nos tempos de turbulência política, maior ainda a nossa saudade. O quanto ele nos faz falta.

Eu não participei da Assembléia Constituinte, porque fui, à época, Governador do Rio Grande do Sul, mas lembro-me do que me diziam, quando alguém perguntava qual seria o resultado das votações sobre assuntos dos mais importantes para a população brasileira, era muito comum a resposta: "Impossível prever, porque o Covas ainda não subiu à Tribuna". Sem ele, certamente, a nossa Constituição não seria tão "cidadã".

O que teria acontecido, então, quando explodiram na imprensa os caminhos tortuosos do Senado, se ele subisse a essa Tribuna? Que falta faz alguém com tamanha capacidade de convencimento, desde que para o bem!

O Covas dizia que, "como engenheiro só sabia ler o que está escrito". Diria eu que não só como engenheiro, mas, principalmente como homem público. Foram poucos na nossa história os que souberam ler com tamanha compreensão a realidade brasileira, como ele. A tradução mais que perfeita, não a versão de conveniência.

Lembro-me de uma passagem dos últimos dias de São Francisco. Muito doente, antevendo a sua despedida do mundo dos vivos, o "santo dos pobres" manifestou o seu último desejo de ver a sua Assis. Seus olhos já não lhe permitiam ver, com nitidez, a cidade que

ele tanto amou. Mas, a escuridão que lhe fora imposta pela doença foi iluminada pela luz de sua alma.

Como também não me lembrar, então, de um dos últimos desejos de Mário Covas? No início de 2001, quando a doença já lhe tomava o corpo, também manifestou o desejo de ver, pela última vez, Bertioga. "Vamos à praia, pois é a última vez que eu vou vê-la", ele disse.

São Francisco viu a sua Assis e partiu. Mário Covas viu Bertioga e nos deixou. Mário Covas jamais deturpou o verdadeiro sentido da oração de São Francisco. O "dando que se recebe", na sua prática, era o sentido mais que fiel da oração franciscana. A política não como uma troca de favores, mas a distribuição mais justa do necessário.

Quando ele era menino, dizia ao seu pai que tinha dois grandes sonhos: a de ser prefeito de sua cidade e presidente do Santos Futebol Clube. No futebol, o "Zuza", como era o seu apelido, permaneceu como torcedor fanático. Na política, não foi prefeito de sua cidade, mas da capital. Foi governador de São Paulo, por duas vezes, Deputado Federal e Senador. Pena para o "Peixe" ele não ter sido o seu maior dirigente. Pena maior ainda para o Brasil, ele não ter sido presidente de toda a Nação.

Mas, o "Peixe" lhe proporcionou, talvez, a maior de todas as suas alegrias. Foi lá, no Clube, que ele conheceu "Dona Lila", a sua companheira de todos os momentos. Dizem as boas línguas que, depois disso, era somente à D. Lila que o Mário se rendia. As más línguas dizem que ele, até, "falava fino". Brincadeira à parte, antes de sair de casa, ele passava por uma verdadeira "vistoria" da D. Lila, na escolha de suas roupas. Não era submissão. Era carinho.

Se me perguntassem qual foi o seu momento de maior coragem, teria dificuldade de escolher. Quem sabe nas ruas, defendendo a liberdade e a democracia. Quem sabe nos palanques, quando a voz, ainda que grave, era calada. Quem sabe quando subiu à Tribuna, para defender o então Deputado Federal Márcio Moreira Alves, em um dos momentos mais tenebrosos da nossa história política.

Suas palavras, naquele momento tão crítico, são auto-explicativas:

Como acreditar que as Forças Armadas brasileiras, que foram defender, em nome do povo brasileiro, em solo estrangeiro, a democracia, aqui no Brasil colocassem como imperativo de sua sobrevivência o sacrifício da liberdade e da democracia? Sou, senhor Presidente, por fundamentação e por índole, um homem que mentalmente crê. Creio no regime democrático, que não se confunde com a anarquia,

mas que, em instante algum, possa rotular ou mascarar a tirania. Creio no Parlamento, ainda que com suas demasiadas fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente.

Essa pode ser, portanto, a afirmação que melhor representa o Mário Covas, na sua incansável defesa da democracia. Quem sabe, hoje, vivendo a liberdade que herdamos da sua luta, pudéssemos acrescentar uma outra de suas frases, bem a propósito do nosso momento: "O problema fundamental é a impunidade, que criou um tipo de cultura. É preciso acabar com o 'rouba, mas faz'. Quem não rouba, faz mais".

Que falta ele nos faz: o consolo é que ainda acreditamos que Deus sabe o que faz. Quem sabe, ao ouvir a sua voz grave, o Criador tenha, apenas, pedido um aparte. É por isso que os ideais de Mário Covas permanecem vivos.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Cabe-me, ao encerrar essa parte da nossa sessão, o Expediente, dedicado a homenagear a memória do Governador Mário Covas, agradecer a presença do Sr. Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, um dos mais reconhecidos políticos do Brasil. Quero agradecer também a presença da Senadora Marisa Serrano, do Senador Aécio Neves, autores do requerimento para que realizássemos esta homenagem. Quero agradecer a presença do Deputado Estadual, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, neto de Mário Covas, representando a família, o Sr. Bruno Covas. Quero agradecer a presença do Presidente Nacional do PSDB, nosso colega Sérgio Guerra, permanentemente Senador nesta Casa. Quero agradecer também a presença do ex-Governador do Estado de São Paulo, Senador José Serra, que também pertenceu a esta Casa; ao Procurador da Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e ex-Secretário de Segurança do Governo Mário Covas, Marco Petrelluzzi; representando o Governador do Estado de Tocantins, o Sr. Siqueira Campos, ao Sr. Secretário Estadual de Indústria e Comércio e Turismo, Sr. Ernani Soares de Siqueira; ao Deputado Federal e membro da Fundação Mário Covas, Vinícius Silva Caruso. Quero agradecer a todos os Srs. Parlamentares, às senhoras e aos senhores presentes, bem como aos alunos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças dos Bombeiros de Brasília que estão aqui presentes a esta sessão.

Quero dizer que conheci Mário Covas quando ele chegou ao Congresso Nacional. Éramos da mesma idade, jovens em 1962. Eu já vinha como Deputado pelo Rio de Janeiro, e ele chegava como Deputado em

Brasília. Fomos estreitamente ligados durante aquele tempo. Eu e mais quatro outros Deputados formávamos um conjunto que permanentemente estava presente e solidário em determinadas causas.

Posso recordar a figura daquele jovem vigoroso, elegante, brilhante que chegava à Câmara dos Deputados.

As vicissitudes da política nos afastaram, mas durante aquela Legislatura fomos estreitamente ligados. Depois fui para o Maranhão, como Governador, e desencadearam-se os fatos que ocorreram no País. Ele, imediatamente, ocupou o lugar de Líder e de grande destaque na Câmara dos Deputados.

Logo toda a Casa descobriu naquele jovem um homem brilhante, que se aprofundava nos problemas com grande espírito público, com grande combatividade.

No dia da sua morte eu também me encontrava hospitalizado no Incor, no Estado de São Paulo. Foi assim, no quarto do hospital, que tomei conhecimento do seu falecimento. E, com comoção, recordei os tempos da nossa geração que aqui começava na política brasileira

Mas, depois, ele já como Senador e eu como Presidente da República, tivemos contatos permanentes. O Senador Luiz Henrique teve a oportunidade de falar sobre a sua eleição para Líder da Constituinte. E sabe ele que eu apoiei Mário Covas naquele momento para ser o Líder da Constituinte.

Quero dizer que nunca deixei de ter uma grande admiração pela sua pessoa. Tivemos uma relação, também aqui no Senado, quando estivemos juntos por dois mandatos, bastante estreita e com grande admiração por ele, pelo que ele sempre representou e, ao mesmo tempo, pelas suas qualidades pessoais. Era um homem que tinha uma cultura profunda e, ao mesmo tempo, se aprofundava nos debates, e todos nós tínhamos admiração de ouvi-lo e vê-lo participar dos nossos trabalhos.

O Senador Itamar Franco está aqui comigo e se recorda daquele tempo em que nós vivíamos nesta Casa, dos debates que aqui foram travados, nos quais Mário Covas contribuiu com sua personalidade brilhante, com o seu patriotismo, a sua coragem, a sua bravura cívica.

Portanto, é com grande honra que presido esta sessão, congratulando-me com o PSDB pela presença sempre presente, como disse Sérgio Guerra, simbólica no seu partido, da figura de Mário Covas. E, também, olhando um pouco para o passado, reconheço na figura do seu neto, Bruno Covas, o quanto a vida vai nos levando por caminhos e tempos, e nós olhamos as

novas gerações na sucessão dos ideais que fizeram os seus antepassados, como o seu avô.

Portanto, ao encerrar esta parte do Expediente, quero, uma vez mais, agradecer a presença de todos e o brilhantismo com que a Casa rememorou a memória de um grande homem público do Brasil, Mário Covas.

Muito obrigado.

A sessão está suspensa por cinco minutos para os cumprimentos. (Palmas.)

(A sessão é suspensa às 15 horas e 27 minutos; e é reaberta às 15 horas e 40 minutos, sob a Presidência da Sra. Marisa Serrano.)

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 280, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, que Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Acir Gurgacz**.

REQUERIMENTO Nº 281, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, que acresce inciso VII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Acir Gurgacz**.

REQUERIMENTO Nº 282, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, que Estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica, além das Comissões constantes do despacho inicial

de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Acir Gurgacz**.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 283, DE 2011

Requeiro nos termos do Artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Ministra Delaíde Miranda Arantes, pela sua posse no Tribunal Superior do Trabalho – TST, no último dia 24 de março.

A Ministra foi nomeada pela Presidenta Dilma Rousseff, em vaga reservada a advogados pela Constituição Federal. Delaíde ocupa também o cargo de Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas.

Cumpre ressaltar que o TST é o tribunal superior com maior número de Ministras, atualmente com seis. O Supremo Tribunal Federal abriga duas mulheres, em total um de onze ministros; o Superior Tribunal de Justiça, cinco mulheres, em total de trinta e três ministros; o Superior Tribunal Militar, apenas uma mulher, em total de quinze ministros; e o Tribunal Superior Eleitoral acolhe apenas uma ministra, em uma composição de sete ministros. – Senadora **Marta Suplicy**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 284, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações à Rádio Guairá FM, pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, ocorrido ao dia 25-3-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensa aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Sérgio Ambros Mallmann, no seguinte endereço: Praça da Bandeira, 36 – 2º andar, Santa Rosa (RS), CEP 98900-000.

Sala das Sessões, de março de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 285, DE 2011**

Requeiro nos termos do Artigo 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, seja analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – por estar no âmbito da sua competência o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010 que, “dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do Quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente”.

Justificação

O projeto incorre em vício de inconstitucionalidade, por contrariar o disposto no art. 61, § 1º, II, “f”, da Constituição Federal de 1988, visto propor a alteração de dispositivos da Lei nº 10.951/2004, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros Sargentos do Exército, dispondo sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo.

Assim, essa Lei trata de matérias ligadas ao provimento de cargos, promoção e transferência para reserva remunerada dos militares da Forças Armadas, temas de iniciativa privativa do Presidente da República e, portanto, não pode ser alterado mediante projeto de lei com iniciativa diversa daquela prevista na Constituição. – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senador Cafeteira, primeiro.

V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu também gostaria de requerer minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Comunicação inadiável.

Senador Jarbas também? (Pausa.) Também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra o ...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – AM) – Gostaria de me inscrever no horário da Liderança, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – No horário da Liderança? Está inscrito, Senador.

Senador Paulo Paim, com a palavra; em seguida, o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – V. Ex^a é o próximo, após o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu estava inscrito para falar na sessão de homenagem a Mário Covas, pelo menos tentei falar, mas não foi possível, pois o Presidente Sarney terminou a sessão. Vou usar o meu tempo neste momento para fazer esta fala referente a Mário Covas.

Eu não poderia deixar de, em primeiro lugar, cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa e, ao mesmo tempo, somar-me aos requerimentos encaminhados à Mesa em solidariedade ao voto de pesar ao nosso querido ex-Vice-Presidente José Alencar, falecido no dia de hoje.

Tive alegria, Sr^a Presidente, de conviver com José Alencar nas caminhadas que ele fez pelo Rio Grande na campanha presidencial do Presidente Lula. Sei que teremos aqui uma sessão especial de homenagem ao nosso falecido ex-Vice-Presidente José Alencar e falei mais nesse dia sobre ele.

Com certeza, só posso dizer aqui, para demarcar dois momentos, que acompanhei, Senador Simon, o ex-Vice-Presidente José Alencar numa campanha no Rio Grande do Sul, na Fiergs, e, no fim da fala dele, de improviso, todos, todos os empresários aplaudiram-no de pé. Depois, fui com ele a Caxias, numa reunião com trabalhadores e militantes, e revi o fato, todos aplaudiram-no de pé. Isso mostra a grandeza do nosso falecido ex-Vice-Presidente.

E eu tomaria a liberdade de dizer aqui só esta frase: as duas campanhas que o ex-Presidente Lula ganhou para Presidente da República, com certeza,

teve a marca do nosso querido ex-Vice-Presidente José Alencar.

José Alencar é daqueles homens que entra para a história, e, com certeza, haveremos de homenageá-lo aqui, numa grande sessão, que será feita por esta Casa.

Mas, Senadora Maria Serrano, eu queria, no dia de hoje, fazer uma pequena homenagem a Mário Covas, mediante requerimento encaminhado à Casa por V. Ex^a.

Escrevi este pronunciamento – digo a V. Ex^a – com muito carinho. Hoje, pela manhã, nas comissões e, com certeza, à tarde no plenário, todos falaram da história bonita e inesquecível de Mário Covas. Sr^a Presidente, vou apenas expressar os meus sentimentos, a minha saudade e o meu respeito a Mário Covas.

Mário Covas, Sr^a Presidente, para mim, foi um combatente. Foi um combatente daqueles que souberam ouvir a batida do tambor e o ressoar dos clarins vibrantes do povo. Eu diria que Mário Covas, na mais pura concepção “gautcha”, um termo gaúcho, era um homem de três pátrias, um verdadeiro centauro da liberdade, que usava as armas. Mário Covas usava as armas, sim! Mário Covas usava armas e tão somente elas, da voz de estocar de esporas com o compromisso verbal – a palavra. Ele tinha o dom da palavra.

Democracia, liberdade, justiça, três sentidos, três divindades tão caras para nós brasileiros. E, quando as citamos, minha Presidente, eu poderia dizer, alto lá, que me desculpem alguns, que me desculpem as folhas amareladas do tempo. Eu quero homenagear hoje Mário Covas. A ele eu faço minha reverência.

Lembro-me aqui, Sr^a Presidente, 12 de dezembro de 1968. Eu tinha 18 anos, às vésperas do Ato Institucional nº 5. O plenário da Câmara era um caldeirão de angústias, gritos, apartes. Mas o silêncio também era ouvido. Mário Covas promoveu um dos mais importantes momentos da vida nacional e adentra o panteão, no meu entendimento, dos oradores imortais.

Há quem diga – e eu entendo assim – que, ao se pronunciar contrário à licença para processar o nosso amigo, Deputado Márcio Moreira Alves, já falecido, o Centauro da Liberdade, Mário Covas, não apenas fez a defesa, mas pintou, para mim, em aquarela, uma pátria livre, soberana e tão sonhada por todos nós.

Assim disse Mário Covas:

(...) Creio na Justiça, cujo sentimento na excelsa lição de Afonso Arinos é a noção de limitação de poder.

Creio no povo, anônimo e coletivo, com todos os seus contrastes, desde a febre criadora à mansidão paciente.

Creio ser dessa amalgama, dessa fusão de lamas e emoções, que emana não apenas o poder, mas a própria sabedoria.

E, nele crendo, não posso desacreditar de seus delegados [que ali iam votar se íamos permitir a cassação ou não do nobre deputado].

Creio na palavra ainda quando viril ou injusta, porque acredito na força das ideias e no diálogo que é seu livre embate.

Creio no regime democrático, que não se confunde com a anarquia, mas que, em instante algum, possa rotular ou mascarar a tirania.

Creio no Parlamento, ainda que com suas fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente.

Mário Covas termina dizendo: “Creio na liberdade, esse vínculo entre o homem e a eternidade, essa condição indispensável para situar ou ser à imagem e semelhança de seu Criador”.

Sr^a Presidente, percebe-se claramente, nesse pequeno trecho da fala de Mário Covas, a total plenitude do homem, do verdadeiro homem, o homem consciente de si mesmo, de sua missão no universo, o homem que luta para enamorar a liberdade e viver com ela.

E, como disse Dom Quixote de La Mancha:

A liberdade é um dos dons mais preciosos que os céus deram aos homens; a ela não se podem igualar os tesouros que a terra esconde nem os que o mar encobre; pela liberdade, assim como pela honra, pode e deve-se arriscar a própria vida, ao passo que o cativeiro é o maior mal que pode atingir os homens.

Tive a honra, Sr^a Presidente, por isto insisti na minha fala na tarde de hoje, de conhecer Mário Covas durante a Assembleia Nacional Constituinte. Ele foi o nosso Líder, Líder do Bloco Progressista e – V. Ex^a também destacou – do Centro Esquerda. Um veterano que nos ensinou muito com a sua sabedoria. Eu, gaúcho, caxiense, jovem sindicalista, iniciando na política nacional, percebi que eu estava em frente de um grande líder.

Sobre os direitos constitucionais, sobre os direitos sociais e sobre os direitos dos trabalhadores, tive a satisfação de dialogar diretamente com Mário Covas. Eu poderia lembrar muita coisa aqui: aviso-prévio, direito de greve, férias e muitos outros assuntos.

Sr^a Presidente, tínhamos um diálogo franco, aberto. E, vamos dizer assim, mesmo sendo de grei partidária diferente, estávamos na mesma trincheira. Estábamos unidos pela perspectiva infinita de luta e

de garantia de direitos e de oportunidade iguais para todos os brasileiros.

Sra Presidente, com essas minhas poucas palavras, quero dizer, em homenagem a Mário Covas, que foram momentos, para mim, inesquecíveis. Foram símbolos de expressões de um cidadão que aprendeu a reconhecer que homens da estirpe e da marca de Mário Covas são imprescindíveis. Com certeza, para a democracia, são legados e espelhos que nos norteiam, que nos dão esperança para o presente e para o futuro.

Termino dizendo, Sra Presidente, que, por tudo isso, nesta sessão histórica, tomo a liberdade de trazer à lembrança homens que marcaram sua época e seu tempo. Eu poderia lembrar aqui, viajando um pouquinho no tempo, Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães e – por que não dizer? –, hoje, José de Alencar. E jamais eu poderia esquecer aquele que deixou gravado no texto da nossa Constituição o que há de mais avançado e mais bonito.

Sra Presidente, termino aqui, dizendo que vejo à minha frente um plenário lotado de pessoas que fizeram a Assembleia Nacional Constituinte, um plenário lotado e em silêncio, a escutar a voz do maestro da Constituinte, Mário Covas Junior.

Viva Mário Covas, eternamente!

Obrigado, Sra Presidente.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo-lhe o aparte, Senadora Gleisi.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Eu queria me somar às suas palavras. Não tive oportunidade de participar da sessão de homenagem ao ex-Senador e ex-Governador Mário Covas, mas gostaria de me somar às suas palavras. Conheci muito pouco o ex-Governador, o ex-Senador, mas conheci sua trajetória, sua história, sua luta pela democracia, a vivacidade que tinha nessa área. Quero aqui também render minhas homenagens ao ex-Senador Mário Covas, que foi fundamental na redemocratização do País. Foi nosso companheiro de caminhada na eleição do Presidente Lula, em 1989, no segundo turno. Depois, sei que o PT também foi seu companheiro de caminhada em eleições em São Paulo. Novamente, apoiou nossa candidata à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, no segundo turno. Ele tem uma trajetória que significa muito a história brasileira. Então, eu queria somar-me à sua manifestação. Parabenizo a Senadora Marisa Serrano, por ter apresentado o requerimento de realização desta sessão especial. E peço desculpas, pois, diante de compromisso que eu já tinha assumido, não

consegui estar aqui mais cedo. Mas eu queria deixar o registro nesta Casa de minha homenagem à trajetória desse grande homem público. Obrigada.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Gleisi, cumprimento V. Ex^a. Fico feliz com o aparte. Como a sessão foi rápida, o PT, naturalmente, queria fazer homenagem ao Mário Covas, que está sendo feita tanto pela Senadora Marta Suplicy, quanto pela Senadora Gleisi e por mim.

Tem V. Ex^a o aparte, Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade. Eu também gostaria de fazer de suas palavras as nossas palavras em torno do memorável Senador Mário Covas. Não apenas foi Senador, mas também Prefeito da cidade de São Paulo e Deputado Federal. Foi um homem extremamente importante e ativo na redemocratização deste País, para se alcançar o ideário democrático neste País. Como engenheiro, trouxe muitas contribuições para a cidade de São Paulo quando de seu mandato como Prefeito daquela cidade. Eu, jovem, Deputado Federal, iniciando meus passos em Brasília, tive a oportunidade de, muitas vezes até em campos opostos ao nosso saudoso Senador Mário Covas, ver seu patriotismo, a forma correta, sincera e, às vezes, até intransigente com que defendia seus princípios, mas sempre fundamentado na coerência, na boa-fé e na certeza dos bons propósitos com a coisa pública, com a Nação brasileira e com nosso povo. Portanto, quero também fazer constar nos Anais desta Casa a posição do Amazonas, fazendo homenagem justa a este grande brasileiro e grande homem público: o Senador Mário Covas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador, por seu aparte. V. Ex^a tem toda razão. Nas oportunidades em que eu conversava com ele, ele sempre dizia: "Paim, temos de conseguir um entendimento. Você, que está cuidando dos assuntos sociais, converse com os empresários e com os trabalhadores". E, na hora H, ele sempre nos defendia, nós, da Oposição, no convencimento com o outro lado. Por isso, eu tinha de lembrar um momento como esse. Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Paim, pelo seu pronunciamento em homenagem ao ex-Senador e ex-Governador Mário Covas. Se tivéssemos de definir o ex-Senador, o ex-Governador, o político, a pessoa Mário Covas, diríamos que ele era um homem de bem, uma

pessoa que, por onde militou na sua trajetória política, honrou a política, seja como Prefeito, como Governador, como Senador, como Constituinte. Foi um homem público da melhor qualidade, do melhor quilate. Ele deixa, para todos nós, um legado, um exemplo de coragem, de conduta ética, de correção. Ele deixa esse exemplo para nós, políticos, e para o povo brasileiro. Aqui, quero cumprimentar a família do ex-Senador Mário Covas, que deve sentir-se muito honrada por esse legado. Também cumprimento V. Ex^a por essa homenagem. Eu também tinha me preparado para fazer uma homenagem hoje, em meu nome pessoal, em nome do PSB e em nome do Distrito Federal, ao ex-Senador Mário Covas e o faço aqui, na forma de aparte, solidarizando-me com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a utiliza a tribuna para homenagear um grande brasileiro, no momento em que o Brasil se despede de outro grande brasileiro. Refiro-me ao falecimento, ainda há pouco, do Vice-Presidente da República José Alencar. Mas estamos falando de Mário Covas, e quero lhe afirmar que formei minha militância política tendo como referência uma das mais belas peças de oratória que já vi, que foi o discurso de Mário Covas, em dezembro de 1968, em defesa de Márcio Moreira Alves, quando a ditadura queria cassar-lhe o mandato de Deputado. Aquele pronunciamento pode ser uma das sínteses do que foi esse grande brasileiro, democrata, coerente com sua trajetória política. Foi, ao longo da sua vida, sempre opositor da ditadura e empregou sua vida na redemocratização do País. E, afeito, não tive a honra que V. Ex^a teve de conhecer e de conviver com Mário Covas. Mas fui, já na juventude, fã da trajetória política de Mário Covas e lhe confesso que, em 1989, quando eu estava na juventude do PT e estava na campanha de Lula, no segundo turno, à Presidência da República, lembro que uma das grandes emoções que tive foi o anúncio do apoio de Mário Covas, naquele segundo turno, à candidatura de Lula à Presidência da República. Então, temos em Mário Covas a referência de um grande democrata e a referência de alguém. Coincide essa homenagem com o momento em que o Brasil também perde um grande brasileiro, que é José Alencar. E coincide essa homenagem também, nesses dias finais de março, em que é necessário ser lembrado – porque já diz a célebre frase de Thomas Jefferson: “O preço da liberdade é a eterna vigilância” –, porque todo final de março e início de abril é importante lembrar que, num período da nossa história, a ordem democrática foi rompida. É por

isso que, neste momento, não devemos lembrar o triste momento, mas devemos lembrar a boa memória daqueles que lutaram para recuperar a democracia neste País, e Mário Covas é boa referência nesse sentido.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado pelo aparte, Senador Randolfe Rodrigues, que, ao mesmo tempo, lembra da morte, hoje, do nosso querido ex-Vice-Presidente José Alencar, uma figura que, sem sombra de dúvida, ficará sempre na nossa memória como um guerreiro, um lutador em toda a sua vida, inclusive no enfrentamento do câncer.

Concedo a palavra, mais uma vez, ao Amazonas. Já falou o meu querido amigo Eduardo Braga. Agora, vai falar a nossa querida Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Isso porque o Senador João Pedro não se encontra, porque, certamente, ele solicitaria um aparte a V. Ex^a também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele está em Portugal.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero cumprimentá-lo, Senador Paim, pelo seu ato de justezza. V. Ex^a teve oportunidade de conviver com o ex-Governador e ex-Senador Mário Covas e dá o testemunho, dessa tribuna, do quanto ele foi importante para a redemocratização do País, principalmente. Quero dizer que, no início, na minha juventude, quando participávamos da luta pela redemocratização, pelas Diretas Já, uma das figuras que me vem à mente é exatamente a figura de Mário Covas. Então, V. Ex^a faz uma justa homenagem. Infelizmente, essa homenagem ocorre no exato momento em que nos chega a notícia do falecimento do nosso querido e eterno ex-Presidente, ex-Vice-Presidente da República, mas que, para todos nós, para o povo brasileiro, será sempre o Vice-Presidente da República, porque poucas vezes, Senador Paim, vimos um homem lutar tanto, não contra a morte, mas pela vida, como lutou o Vice-Presidente José Alencar. Falo, aqui, em meu nome e em nome do Senador Eduardo Braga, que, em breve, falará também a respeito disso, mas, desde já, apresenta seu voto de pesar à família e ao povo brasileiro, que, neste momento, deve estar também emocionado com o passamento do nosso querido Vice-Presidente José Alencar. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, agradeço a V. Ex^a pelo aparte que faz, que só fortalece o nosso pequeno pronunciamento em homenagem a Mário Covas e, também, ao nosso Vice-Presidente José Alencar, falecido no dia de hoje,

um homem que, não tenho nenhuma dúvida – e vou encerrar a minha fala –, ficará na memória de todos nós, eternamente, como ficou Mário Covas.

José Alencar tinha grandeza. Lembro-me dele em algumas oportunidades, no exercício da Presidência da República, em que eu pedia audiência para ele e ele dizia: "Não precisa pedir audiência. Venha ao Palácio". Ele me recebia.

Senador Simon, escrevi o livro *Pátria Somos Todos*, e ele fez a apresentação. É mais bonita a apresentação que ele fez do livro *Pátria Somos Todos*, falando da formação do povo gaúcho, que o próprio livro que, à época, escrevi.

Então, José Alencar é isto: grandeza.

Teci, ali, comentários de toda a formação do povo gaúcho. Sei que o momento não é este, mas temos o momento adequado para fazer uma sessão de homenagem ao falecido Senador e Vice-Presidente José Alencar.

Senador Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a reconhece, como todos nós reconhecemos, a história de Mário Covas. Esses 10 anos serviram, para todos nós, de exemplo quando analisamos a vida do líder, do político, do parlamentar Mário Covas. Todos nós conhecemos a sua história, desde que era do Partido Trabalhista, foi cassado e, posteriormente, participou do movimento de criação do MDB. Em seguida, foi tomado pelo AI-5, infelizmente, mas, mais uma vez, retornou à vida política, assumindo a Presidência do partido e, também, liderando, ao lado de Ulysses Guimarães, o movimento pela redemocratização do País. Todos esses fatos o credenciam não só para ser Governador de São Paulo, como também Senador da República. Além de tudo e para registrar na história, e com isso justificar a homenagem que esta Casa prestou hoje, todos nós pensamos da mesma forma e nos posicionamos no mesmo sentido. Então, eu digo que a homenagem de hoje e o pronunciamento que V. Ex^a faz são mais que justos, em favor e em nome da história de um cidadão que, de fato, fez história no Brasil e, portanto, merece as nossas homenagens, os nossos parabéns e os nossos reconhecimentos nesses 10 anos do seu falecimento. Parabéns a V. Ex^a e parabéns a todos que se comportaram da mesma forma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a.

Encerro, dizendo que me senti contemplado aqui, porque acho que, nessa pequena fala, fizemos uma dupla homenagem: a Mário Covas e ao nosso querido José Alencar, dois homens que, repito, como fiz no pro-

nunciamento inicial em relação a Mário Covas, entrarão para a história como grandes ícones do seu tempo.

Vida longa às ideias desses dois homens que nós homenageamos no dia de hoje, e vamos continuar homenageando: Mário Covas e José Alencar!

Obrigado, Sr^a. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Senador Cafeteira, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, comunicação de Liderança e comunicação inadiável devem ser algo rápido, que, realmente, seja inadiável. Não é para fazer discurso.

Na minha cidade, São Luís do Maranhão, começou a ruir o Aeroporto Internacional Cunha Machado. Estou, aqui, trazendo essa informação e para ler o meu apelo ao Ministro Nelson Jobim.

Sr. Ministro:

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a V. Ex^a com o objetivo de manifestar a minha preocupação em relação à interdição do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, no Município de São Luís, no Estado do Maranhão, feita pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero –, em virtude dos problemas apresentados na execução das obras que estão sendo ali realizadas.

Cabe registrar que a interdição do terminal tem gerado grandes prejuízos aos usuários do Estado do Maranhão, como aos de todo o Brasil, que necessitam utilizar os serviços daquele aeroporto.

Para se ter uma ideia do caos ali instalado, os passageiros estão sendo acomodados no estacionamento, em instalações improvisadas, gerando incômodo e risco para todos.

Solicito, portanto, a V. Ex^a que empenhe as providências necessárias no sentido de dar celeridade às obras, a fim de sanar os graves problemas que a interdição tem acarretado.

Assina o Senador pelo Maranhão, Epitácio Cafeteira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, inscrito na sessão ordinária. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Pedro Simon, o próximo inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu estava em meu gabinete, preparamo-me para vir à sessão, na qual eu falaria também, como muitos outros Senadores, em homenagem a Mário Covas, quando recebi um telefonema de São Paulo e a informação, a notícia da morte do nosso querido José Alencar.

Com isso, não pude chegar aqui a tempo, Srª Presidente, para fazer o pronunciamento em homenagem a Mário Covas.

Peço seja transcrita nos Anais da Casa a síntese do pronunciamento que eu faria em homenagem a Mário Covas. Trata-se de uma das pessoas, na vida pública brasileira, por quem tive mais longa, mais afetiva, mais profunda admiração em toda a minha vida.

Dez anos se passaram, e eu não tenho nenhuma dúvida em dizer que Mário Covas, o panteão da História, está entre aqueles a quem nós mais devemos para a democracia brasileira, para o respeito à sociedade brasileira.

Peço a transcrição do discurso, Srª Presidente.

Srª Presidente, associo-me aos pêsames pela morte do nosso querido José Alencar. Assino também a solicitação para uma sessão em homenagem a José Alencar, um homem que aprendi a respeitar e a admirar.

José Alencar ficará na História do nosso País como um exemplo de lealdade, como exemplo de grandeza daqueles que estão ao lado para servir, para ajudar. É difícil encontrarmos na vida brasileira, em que às vezes até a figura do Presidente – foi assim com Vargas: golpeou as instituições para assumir – tanta fidelidade. José Alencar foi a figura da fidelidade.

A sua escolha foi deliberada para que alguns interrogatórios, alguns vazios da candidatura Lula, algumas desconfianças que poderiam haver em relação ao Presidente Lula por uma parte da sociedade brasileira, fossem dissipadas. José Alencar preenchia esse vazio não só na campanha, não só na eleição, mas ao longo dos oito anos, ou melhor dito, ao longo dos sete anos, porque dos oito, um ano ele foi Presidente. Sempre a sua figura era estável, uma figura franca para dizer as coisas que deviam ser ditas. Mesmo com algumas divergências, como na questão dos juros – até o fim ele era contrário – para ser leal, para garantir, com a sua presença, o crivo da seriedade, para que ele fosse a garantia daquilo que foi o Governo de Lula, ele foi leal.

Eu tinha uma amizade muito grande com José Alencar. Foi muito carinhosa a nossa convivência nesta Casa e, posteriormente, com S. Exª na Vice-Presidência da República.

Trago o meu afeto, a minha tristeza, embora ele merecesse descansar. Foram longos anos de dor e de luta. E, ao longo dessa vida inteira, o povo brasileiro fez uma prece única por ele. E ele agradecia as rezas que se faziam. Hoje as rezas são para que ele descance em paz, porque o povo brasileiro tem muito, muito o que agradecer a José de Alencar.

Minha homenagem a Mário Covas, de cujo discurso peço a transcrição; minha homenagem a José Alencar, cujo sofrimento estamos vivendo hoje.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigado Senador Pedro Simon.

V. Exª será atendido na forma do Regimento, no que se refere à homenagem a Mário Covas, e pela bonita homenagem que fez aqui, muito bonita, ao ex-Vice-Presidente José Alencar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Pela ordem, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero aproveitar essa oportunidade para registrar a presença nesta Casa de um grupo de mulheres do Paraná, grupo de mulheres executivas, que estão aqui hoje assistindo à sessão. Está aqui, na tribuna de honra, a Presidente do grupo, Srª Regina Arns, acompanhada da Srª Maria Fernanda Teixeira, Presidente do Grupo de Mulheres Executivas de São Paulo.

Recebi esse grupo com muito orgulho, um grupo do qual participei no Paraná e ainda faço parte como integrante de honra. São 52 mulheres que visitam a Casa hoje. São empresárias, empreendedoras, também mulheres dirigentes de grandes empresas públicas e privadas.

Quero deixar este registro na Casa – elas estão chegando à tribuna de honra para assistirem um pouquinho da nossa sessão. Hoje, pela manhã, elas vieram tomar café com as Senadoras, algumas Senadoras participaram do nosso café da manhã, e também fomos recebidas pelo Presidente José Sarney. Entregamos a ele uma pauta de reivindicações, que vão desde questões relativas à tributação, interesse, portanto, dessas mulheres, até as questões relativas à capacitação para empregabilidade e também a participação das mulheres em cargos executivos e de chefia nas empresas brasileiras.

Então, ao fazer esta saudação, quero dizer da alegria que sinto em recebê-las no Senado, e já o disse pela manhã, que muito da minha caminhada eu devo a essas mulheres que estão aqui.

Muito obrigada pela presença de vocês. Gostaria que essas presenças ficassem registradas nos Anais do Senado da República.

Sra Presidente, queria aproveitar a oportunidade para também registrar a presença de um grupo de Prefeitos que me visitam, acompanhados do meu primeiro Suplente, Sérgio Souza, lá do meu Estado, o Paraná, a quem também quero deixar as minhas saudações e fazer o registro nesta Casa..

Agradeço, Sra Presidente, pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Cumprimento todas as mulheres que vieram do Paraná e de São Paulo. Sejam bem-vindas à nossa Casa. É sempre muito bom a gente ver as mulheres participando ativamente da política nacional, acompanhando a política nacional.

Cumprimento também os Prefeitos que nos visitam, juntamente com o Suplente de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim, como Líder do PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, trago também o meu pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República José Alencar.

Tive a oportunidade de conhecer o então ex-Vice Presidente lá em Natal, eu, Deputado Estadual, recém-eleito pelo Partido dos Trabalhadores, e o ex-Vice-Presidente José Alencar, da mesma forma, recém-eleito Vice-Presidente, na chapa com o Presidente Lula.

Um homem afável, agradável, acessível, de conversa franca e farta. Impressionou-me. Mas eu não o conheci muito bem, não fui próximo do ex-Vice-Presidente José Alencar. O que conheço de fato foram os benefícios que ele levou para o meu Estado. Tive a oportunidade de conhecer as duas unidades da sua empresa, a Coteminas, que ele levou para o meu Estado, Natal, gerando milhares de empregos. Esse benefício eu conheci de perto. Também acompanhei sua *via crucis*, numa luta titânica contra o mal que o levou, hoje à tarde, ao falecimento, numa demonstração emocionante de apego à vida. Um exemplo que deveremos guardar nas nossas memórias e passar à frente para as pessoas que não conseguem ter o vigor, o compromisso com a vida, que ele teve, a despeito de problemas bem menores, bem mais fáceis do que ele enfrentou.

Eu não poderia deixar de registrar esse meu pesar. Aquela conversa que tive lá em Natal, nos primeiros meses de mandato, meu e dele, ficou marcada na minha lembrança pela grande demonstração do bra-

sileiro que ele é e foi e o grande compromisso que ele tinha com a Nação brasileira.

Mas, Sra Presidente, para concluir esses minutos nesse horário de liderança, eu gostaria de registrar também que ontem participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do meu Estado, em face das dificuldades que estamos atravessando em conseguirmos vagas de UTI para pacientes críticos.

E esse problema é realmente grave, assola todo o Brasil, preocupa todo o Brasil, uma vez que no meu Estado, na minha região, há carência de leitos de UTI. A proporcionalidade de leitos em UTI é aproximadamente de 4% a 10% dos leitos hospitalares oferecidos e corresponde de um a três leitos para cada 10 mil habitantes. Lá em Natal nós não conseguimos atingir esse percentual. Daí a grande dificuldade, o grande sofrimento do nosso povo.

Nós discutimos, nessa Assembleia, na audiência pública com as autoridades de saúde do Estado, do Município – Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, parlamentares –, no sentido de equacionarmos esse problema que vem trazendo grande transtorno à saúde pública do meu Estado.

Quero elogiar a iniciativa da Assembleia Legislativa de Natal, em particular do Deputado Getulio Rêgo, autor dessa proposição, e dizer que valeu a pena estar presente em Natal, participando, na condição de médico, de intensivista, desse debate no sentido declarearmos este assunto e trazermos sugestões para minimizar o sofrimento de milhares de norte-rio-grandenses que perecem por falta de leito de UTI.

Era só, Sra Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, agora, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é Senador inscrito na ordem do dia.

Não estando presente, Senador Wilson Santiago. (Pausa.)

Não estando presente, Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Senadora Ana Amélia. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mário Couto quer falar, Sra Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senador Waldemir Moka. (Pausa.)

Senador Mário Couto, apenas um minuto.

Senadora Marinor Brito. (Pausa.)

Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Realmente, hoje os Senadores que se inscreveram resolveram não comparecer.

Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Queria fazer uma proposição, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Para uma proposição, com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marisa Serrano, o País sente a morte de um grande líder, José Alencar, um homem que há mais de dez anos lutou contra um câncer bravamente, deixando uma lição a todos os brasileiros e brasileiras. Prestou, sem dúvida nenhuma, uma grande colaboração ao desenvolvimento desta Pátria querida por todos nós. Em virtude desse acontecimento lamentável, sugiro a V. Ex^a que suspenda esta sessão em respeito à morte desse grande homem, José Alencar.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Há sobre a Mesa, Senador Mário Couto, vários requerimentos de pesar pelo passamento do Vice-Presidente José Alencar. E como, pelo nosso Regimento, não cabe neste momento a suspensão para um minuto de silêncio, nós vamos fazer com que os requerimentos sejam lidos e votados logo após.

Senador Aníbal Diniz. (Pausa.)

Senador Wellington Dias, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Peço que me inscreva pela Liderança da Minoria.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – V. Ex^a está inscrito, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Externo o meu sentimento, Senadora, sinceramente, de não ter nem vontade de falar na tarde de hoje. Mas, se a sessão não for suspensa... Eu acho que o Senado deveria fazer a suspensão em respeito a esse grande homem brasileiro; todavia, se isso não acontecer, a senhora me inscreva pela Liderança da Minoria.

A SR^a PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – V. Ex^a está inscrito, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu também quero, acho que como todos os presentes, todos os brasileiros, registrar aqui também, pelo povo do Piauí, o nosso sentimento de muita tristeza neste momento em que tomamos conhecimento do falecimento do nosso ex-Vice Presidente, o empresário José Alencar.

Como muitos aqui, também tive o privilégio de conviver com ele. Lembro-me, ainda na Federação da Indústria, durante da campanha, em 2002, indo ao meu Estado, e a sua primeira agenda foi exatamente na Federação da Indústria do Piauí, ali naquele Estado,

onde ele manifestava o seu pensamento em relação ao Brasil. Acreditava no Brasil, acreditava no potencial natural que Deus deu a este país, acreditando no povo, e apresentava ali a importância daquela aliança que fazia: uma grande liderança dos operários, Luiz Inácio Lula da Silva, e uma liderança também legitimada pelo setor empresarial, que era o nosso, logo em seguida eleito Vice-Presidente José Alencar.

Acompanhamos, durante o mandato, primeiro, a sua lealdade para com o Brasil, para com o governo, para com suas convicções. A sua capacidade de, em momentos difíceis, participar diretamente das soluções. Eu vi ali, naqueles instantes difíceis, a discussão sobre a política de juros, sobre os rumos da economia. E ele, de modo forte, defendendo a necessidade de mudanças para que o País pudesse colocar um conjunto de investimentos, que resultou, logo em seguida, naquilo que hoje nós chamamos de Plano de Aceleração do Crescimento.

Lembro-me de uma reunião em que, pela primeira vez, eu o ouvi, em um diálogo entre ele e o Presidente Lula, usar a expressão “destravar o Brasil”. Destrar que resultou, em seguida, no acelerar, que levou em conta esse conjunto de obras e de ações então realizadas.

Creio que qualquer brasileiro ou qualquer brasileira tem um sentimento muito grande também da sua capacidade de luta.

Estive, por uma vez, visitando-o no hospital. Estive, em outro momento, tratando com ele... Nós tivemos a descoberta importante, durante esse período, entre 2002 e 2008, de uma planta tipicamente do Nordeste, que chamamos de cachorro pelado, mas que, na verdade, é o avelós. Dessa planta, cientistas brasileiros descobriram uma medicação, que está por ser autorizada pela Anvisa, nos próximos meses, para a cura de vários tipos de câncer, já comprovada. Foi autorizada a experiência em hospitais brasileiros. Foram elencadas algumas pessoas que tiveram esse tratamento. E o nosso querido José Alencar deu um apoio muito grande para esse trabalho bem como para outras áreas.

Ele, como eu sempre colocava, é o exemplo da resistência. Cada vez que ele era internado, cada vez que ele saía dali, dava uma palavra. Se essa palavra confortava a nós, que não tínhamos problema de saúde, eu fico imaginando as pessoas que estavam em uma situação difícil, de doença, muitas vezes, de familiares, ouvindo a palavra do nosso querido José Alencar. Muitas vezes, saindo da unidade de saúde, saindo do hospital e indo para as solenidades, seja reunião do Conselho Econômico, seja uma solenidade representando o Governo.

Lembro-me de uma vez em que o Presidente estava viajando para o exterior, e ele saía do hospital direto para assumir o cargo. Acho que isso tudo ficou em todos nós: a lembrança de alguém que lutou muito pela vida, o valor à vida, e sempre utilizando a vida que Deus lhe deu na defesa de muitas causas. Momentos também de alegria. Eu tenho também com o nosso querido José Alencar lembranças de momentos de alegria.

Lembro-me de uma reunião que fizemos do Fórum dos Governadores do Nordeste, mas os Estados do semiárido, na sua terra, em Montes Carlos, em Minas Gerais, onde visitamos as fábricas da sua empresa. Ali, naquele instante, eu brincava muito com ele, vendo-o comer torresmo, tomando a pinga mineira, enfim, e dizendo do valor que ele dava à vida pelas oportunidades que tinha. Ali foi feita pelos mineiros uma bela homenagem ao Vice-Presidente José Alencar. Lembro-me dos seus amigos cantando, naquela abertura, uma música de serenata que cantavam há muitos anos. Depois deram a ele um violão que teria sido ainda daquela época.

E ali ele, naquela forma bonita, animada, alegre, quando fez o uso da palavra, logo após o Presidente Lula... O Presidente Lula dizia ali, no final da sua fala, em Minas Gerais, naquele momento de homenagem ao nosso querido José Alencar: "José Alencar, eu tenho a certeza de que é você o cara para todo o povo brasileiro". E ele ali, quando fez o uso da palavra, disse: "Presidente, o cara é você. Eu agora sou apenas o vice-cara".

Então, era uma pessoa muito espirituosa, uma pessoa que amava o que fazia. A gente via ali o carinho das pessoas que trabalhavam nas suas empresas, funcionários com muitos anos de idade. Alguns, inclusive, já aposentados, mas ali presentes no trabalho. O amor, meu querido Itamar Franco, por Minas Gerais, um carinho todo especial, a forma como ele sempre tratava as coisas de Minas Gerais, o povo mineiro.

Então, são com essas lembranças, creio, que todos nós ficamos, que acho uma grande lição de vida. É alguém que deixa para este Brasil uma grande lição; uma lição que, com certeza, vale para o setor em que ele atuou fortemente, o setor empresarial. Alguém que começou com um pequeno comércio e tornou-se seguramente um dos maiores empresários do nosso País, um líder empresarial brilhante, sempre presente nessas lutas. Alguém que sempre atribuiu também um valor muito grande à classe trabalhadora.

Eu não posso deixar de registrar aqui o tratamento dado por ele também, nos momentos de negociações, aos trabalhadores. Eu participei, meu querido Paim, de momentos em que se tratou dessa política

de crescimento do salário mínimo aqui. E ele dizia da necessidade de uma regra, uma regra que levasse em conta a necessidade de os empreendedores se planejarem também. Então, eu não posso deixar de lembrar disso aqui.

É um momento triste, mas também um momento em que podemos aqui lembrar desse grande brasileiro, desse grande homem.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Meu caro...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Meu caro Senador Wellington Dias, eu assistia ao pronunciamento de V. Ex^a quando fazia referência a alguns aspectos da trajetória desse extraordinário brasileiro que foi José Alencar. E V. Ex^a lembrava alguns episódios que se relacionavam com a intensa atividade que ele teve também no plano da representação empresarial. Ele presidiu a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; ele foi Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria e teve sempre um grande carinho por essas entidades. Mas, além da dimensão do homem público extraordinário, dos exemplos que ele pôde dar de uma conduta irrepreensivelmente ética, tanto na esfera dos negócios privados, quanto na vida pública. Mas o que ressalta, o que sobressai, neste momento, é a dimensão humana de José Alencar, dessa figura simples, sensível, que deixa para as gerações novas um belo exemplo de que é possível construir uma vida de sucesso, mas sempre trilhada pelo respeito aos postulados éticos e aquilo que verdadeiramente engrandece o comportamento das pessoas. Então, eu quero me associar a V. Ex^a, agradecer por essa oportunidade e tributar a minha homenagem a esse grande brasileiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço a V. Ex^a, que conviveu com ele. Não posso deixar de ressaltar e reforçar aqui essa lembrança: a ética. Um homem ético como empresário; ético como pai de família. A gente ouvia depoimentos dos seus filhos, da Dona Marisa, a sua esposa. É a eles que queremos aqui dar toda a força neste momento de dor. Mais ainda, ético na política...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Ciro Nogueira. Eu quero exatamente, com essa lembrança, uma lembrança que me tocou em muitos momentos... Lembro-me agora de que, recentemente, comemoramos o aniversário do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, no Sindicato dos Bancários.

No momento em que entrou uma das lideranças, considerada seguramente a maior liderança do nosso partido, uma das maiores lideranças hoje, no mundo, que é o Presidente Lula, logicamente ele foi muito aplaudido. Mas me lembro da forma carinhosa com que foi aplaudido de pé – está certo? – ao fazer ali aquela saudação. São essas lembranças que me vêm à mente.

Por isso, não poderia, pelo povo do Piauí... O povo do Piauí que recebeu dele, e quero aqui testemunhar isso na condição antes de Deputado Federal, quando comecei a ter essa relação com ele, na condição de empresário, mas também depois, como Governador, toda atenção. Todas as vezes que tratávamos de temas relacionados ao Estado, ele, ou na condição de Vice-Presidente ou na condição de Presidente em exercício, fazia questão de dizer: "Aqui é um Estado que precisa de uma atenção especial. É um Estado que tem grande potencial. É um Estado que precisa aproveitar bem esse potencial".

Com essas lembranças, quero aqui, pelo povo do meu Estado, homenagear esse grande brasileiro. Hoje aqui tivemos uma sessão em homenagem a esse outro grande brasileiro que foi Mário Covas, a quem também rendemos nossas homenagens. Queria aqui dirigir uma palavra ao povo de Minas Gerais, à família dele, aos amigos, enfim. Podemos todos nós nos espelhar na história de José Alencar como um grande espelho para nossas vidas.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, a Sra. Marisa Serrano deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ciro Nogueira, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco/PP – PI) – Para uma comunicação inadiável, tem a palavra a nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes da Senadora Vanessa falar, eu gostaria de fazer uma consulta: saber qual é a posição em que estou inscrito como Líder na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco/PP – PI) – Pela Liderança, temos os Senadores Humberto Costa, Eduardo Braga e Mário Couto. O senhor é o terceiro.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA.) – Torno a consultar a Mesa e pergunto por que a minha proposta não foi colocada em plenário para votação? Por que o Plenário não foi consultado da minha proposta de suspendermos a sessão em respeito à morte de José Alencar? Insisto porque, pelo que se sabe com

as Lideranças, hoje não haverá votação de absolutamente nada. Deveríamos respeitar o falecimento desse eminente brasileiro. Pediria a Mesa que consultasse o Plenário sobre a suspensão ou não da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco/PP – PI) – Infelizmente não existe nenhuma proposta formalizada, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Preciso formalizar? (Pausa.)

Então, a Mesa deveria ter me esclarecido na primeira proposta que fiz. Nesse caso, ela já estaria aí na Mesa. Mas não tem problema nenhum. Farei agorinha.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco/PP – PI) – Perfeito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, companheiros e companheiras, Senador Mário Couto, quero dizer a V. Ex^a que compartilho com a propositura que V. Ex^a acaba de fazer.

O Regimento desta Casa prevê que a sessão deliberativa seja suspensa quando ocorre a morte de um Senador em exercício ou uma Senadora em exercício. Entretanto, pela importância, em memória do nosso ex-Vice-Presidente da República, ex-Senador da República José Alencar, eterno Vice-Presidente, acho que pelo menos a Ordem do Dia deveríamos suspender para homenageá-lo.

A própria Presidenta Dilma, que se encontra em Portugal, em Coimbra, para participar de uma homenagem ao Presidente Lula na Universidade de Coimbra, pelo que notícia os blogs da Internet, teria entrado em contato com o filho do Vice-Presidente José Alencar, Sr. Josué Alencar, e oferecido a ele o Palácio do Planalto para realizar o velório ali. Pelo noticiário, o filho aceitou prontamente. Então, possivelmente, teremos todos a oportunidade de fazer e prestar esta última homenagem a José Alencar, que deverá ter o seu corpo velado no Palácio do Planalto.

Portanto, considero que a propositura do Senador Mário Couto deve receber o apoio de todos os Senadores e Senadoras desta Casa. É o mínimo que podemos fazer a um homem a quem tanto devemos.

Neste momento, eu viria à tribuna para falar de vários assuntos que entendo importantes para o Brasil, para o meu Estado do Amazonas.

Acabei de participar de um grande evento sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo na Amazônia, que foi organizado pela Lide, que é o Segundo Fórum Internacional de Sustentabilidade, que ocorreu nesse último final de semana na cidade de Manaus.

Eu falaria também da situação dos investimentos para preparar o nosso Brasil...

Deputado Silvio Costa, é um prazer. Seja bem-vindo a esta Casa, V. Ex^a que preside hoje na Câmara a Comissão de Trabalho e Serviço Público e Administração. Um grande abraço, Deputado Silvio Costa.

Eu falaria também a respeito da preparação do nosso País para a Copa do Mundo de 2014, mas diante principalmente das observações do Presidente da Fifa, que fala textualmente que estamos muito atrasados na realização desses empreendimentos relativos à infraestrutura necessária à Copa, quero dizer que concordo com S. S^a. Acho que não podemos ver isso como uma disputa entre o Presidente da Fifa e o Presidente da CBF, mas é óbvio, é lógico que, fora as arenas, como disse o próprio Ministro dos Esportes, Orlando Silva, temos problemas graves em todas as cidades que serão sedes da Copa do Mundo, particularmente na mobilidade urbana, sobretudo na reforma, na ampliação e na construção de novos aeroportos, aeródromos.

Mas não vou falar disso agora, Sr. Presidente.

Eu quero, neste momento, usar este pouco tempo que tenho para homenagear uma figura que conheci muito mais de perto no ano de 2002 que é José Alencar, quando ele foi candidato para ser Vice-Presidente na chapa do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Presenciei não apenas no Amazonas, mas em vários Estados brasileiros, a forma vigorosa, a forma apaixonada como ele fazia campanha do primeiro operário a Presidente da República, e falava isso como um grande empresário. No meu Estado mesmo, Senador Armando Monteiro, ele organizou, como em todos os Estados brasileiros, reuniões com o conjunto do empresariado, através da Federação das Indústrias e do Centro das Indústrias. De forma muito simples, mas muito cativante, mostrava, e mais do que isso, conveniencia o empresário de que, naquele momento, o melhor para o Brasil era a eleição do Presidente Lula, e dizia ter muito orgulho de compor aquela chapa.

José Alencar nasceu em 17 de outubro de 1931; faria, portanto, 80 anos. Faleceu com 79 anos de idade. Foi um grande empresário e político brasileiro, além de um ser humano com comportamento exemplar de valorização e luta pela vida.

Eu acho que todas as brasileiras e brasileiros aprenderam a respeitar e a amar José Alencar, não pela sua luta contra a morte, Senador Pedro Simon. José Alencar nunca lutou contra a morte; lutou sempre – e ele fazia questão de dizer – pela vida, que, segundo ele, é o maior bem que temos. Ele tem razão.

A luta dele foi tão importante, tão árdua, tão vigorosa que ele viveu certamente muito mais do que

outras pessoas acometidas de todos os males que o acometeram. Ele viveu e sobreviveu, podemos dizer, em condições de poder atuar como Vice-Presidente e saborear a vida.

Eu me lembro, como se fosse hoje, de ele discutindo, e os noticiários transmitindo, o pedido para que ele participasse da posse da Presidenta Dilma. Apesar a ordem médica rigorosa retirou o Vice-Presidente José Alencar da posse da primeira mulher Presidenta do Brasil.

Na vida pública, como aqui já foi dito, foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Presidente da Fiemg e Vice-Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, entidade essa presidida recentemente e muito bem presidida por V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

Candidatou-se às eleições para o Governo de Minas Gerais no ano de 1994, e, no ano de 1998, foi eleito Senador da República com mais de 3 milhões de votos.

Foi Senador pelo Estado de Minas Gerais e, aqui no Senado, foi Presidente da Comissão Permanente de Serviços e Infraestrutura, a Comissão de Infraestrutura; foi membro da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais.

Foi um dos maiores empresários do Estado de Minas Gerais, construiu um império no ramo têxtil, sendo a Coteminas a sua principal empresa. Elegeu-se Vice-Presidente da República, como já disse, com o Presidente Lula. Um grande empresário com um grande operário. No ano de 2006, juntamente com o Presidente Lula, foi reeleito até o ano de 2010 Vice-Presidente da República.

Já a partir de 2004 passou acumular a Vice-Presidência com o cargo de Ministro da Defesa. Por diversas oportunidades, demonstrou-se reticente quanto a sua permanência em um cargo tão distinto de seus conhecimentos empresariais, mas, a pedido do Presidente Lula, exerceu a função até março de 2006. Nessa ocasião, renunciou para cumprir as determinações legais com o intuito de poder participar da eleição de 2006.

Foi considerado pela revista *Época* um dos 100 brasileiros mais influentes no ano de 2009.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senadora Vanessa, me permite um aparte?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Blairo Maggi, com muito prazer.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e aproveitar para externar também os meus sentimentos pela passagem do nosso Vice-Presidente José Alencar, somando-me a todos aqueles que já falaram e que com certeza ain-

da falarão mais à frente da sua importância como ser humano e como cidadão. Eu tive a oportunidade de conviver com José Alencar, como empresário. Como ele tinha um entusiasmo pela economia do País, como ele olhava, de forma vigorosa, principalmente para o setor em que ele militou, que era o setor do algodão. Lembro-me de que, no início da década de 90, começamos um movimento em Mato Grosso para retomar a produção do algodão brasileiro, uma vez que o Brasil foi o segundo maior exportador de algodão por um tempo e depois passou a ser o terceiro maior importador. O falecido José Alencar, então, compartilhou conosco desse momento. Por várias vezes, ele esteve em Mato Grosso e participou em dias de campo, sempre levando o seu entusiasmo e dizendo a todos nós que precisávamos retomar aquela posição de produtor de algodão. Passados dez, doze anos, somos novamente o segundo maior exportador de algodão do mundo, com credibilidade para vendermos a produção de 2012, 2013, 2014. Ganhamos não só o mercado, mas também credibilidade. Eu quero aqui, então, relembrar esse fato, além da vida política dele, que foi sensacional e que deixou muitos exemplos para todos nós. Então, parabéns pela sua fala e pelo seu posicionamento. Em nome de todos os mato-grossenses, quero registrar aqui o nosso respeito e a nossa consideração ao nosso querido ex-Vice-Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Blairo. V. Ex^a, com esse aparte, engrandece enormemente este singelo pronunciamento de alguém que, do fundo do coração, fala de uma pessoa que aprendeu a admirar, principalmente durante os anos de vida pública.

Vou concluir, Sr. Presidente, porque sei que meu tempo se vai. Quero apenas lembrar a última solenidade pública da qual ele teria participado. Aconteceu em 25 de janeiro de 2011, quando recebeu a Medalha 25 de Janeiro, da Prefeitura de São Paulo. O Prefeito daquela cidade incumbiu a Presidenta Dilma de entregar essa medalha ao ex-Vice-Presidente José Alencar. Ao entregar a medalha a José Alencar, a Presidenta Dilma Rousseff ressaltou – repito as palavras da Presidenta no ato da entrega da medalha:

Tenho certeza de que cada brasileiro e brasileira deste imenso País gostaria de estar agora em São Paulo, essa cidade-síntese do espírito empreendedor do País, que completa hoje 457 anos de existência, para entregar, junto conosco, a Medalha 25 de Janeiro ao nosso eterno Vice-Presidente da República José Alencar.

Quando o Vice-Presidente José Alencar falou, ele disse o seguinte: “Eu não posso me queixar. A situação está tão boa que não tem como melhorar. Todo mundo está rezando por mim”. Apesar de estar em uma cadeira de rodas, ele ainda brincou com o público, dizendo, no final do seu pronunciamento: “Aprendi com o Lula que os discursos devem ser como um vestido de mulher: nem tão curtos que possam escandalizar, nem tão longos que possam entristecer”. Assim era José Alencar...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já vou concluir, Senador Ciro. Não usarei nem um minuto. Vou concluir, dizendo que assim era José Alencar: uma pessoa que não se abatia nem com a doença, por pior que ela fosse. Acima de tudo, era um brasileiro, um empresário que acreditava no povo e no desenvolvimento deste País.

Nós que aqui estamos temos que continuar esse legado. Temos que continuar acreditando no povo e continuar acreditando e lutando pelo nosso País. Um grande abraço aos familiares, ao povo brasileiro, e, onde estiver, José Alencar, receba um beijo profundo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. PP – PI) – Faço minhas as suas palavras, Senadora.

Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, no dia de hoje, efetivamente, esta Casa está consternada com o falecimento desse grande brasileiro, grande e eterno Vice-Presidente da República José Alencar.

O povo brasileiro e o País aprenderam a respeitar, a admirar não apenas o político, não apenas o empresário, mas também o cidadão, o pai de família, alguém que mostrou, ao longo da sua trajetória, o quanto era patriota, o quanto amava este País, o quanto amava e respeitava esse povo e que pôde provar que o Brasil é um país de oportunidades, que mesmo aqueles que nascem humildes, pelo seu trabalho, pelo seu talento, pela sua dedicação, podem vencer na vida e podem vencer economicamente, socialmente e politicamente na nossa democracia.

Eu quero, portanto, fazer aqui minhas as palavras de todos os oradores e oradoras que me antecederam em homenagem, em nome do povo amazonense, ao nosso Vice-Presidente José Alencar.

Quero também, mais uma vez, registrar a nossa homenagem a outro grande brasileiro, que foi Gover-

nador do Estado de São Paulo, Prefeito de São Paulo, Senador da República, Deputado Federal, que foi homenageado no dia de hoje: o Governador Mário Covas.

Sr. Presidente, neste fim de semana, o Amazonas vivenciou também um momento muito especial. Diferentemente da forma contrita como estamos hoje aqui nesta tribuna para falar do pesar pelo falecimento de José Alencar, com satisfação, quero falar dos avanços apresentados num grande debate ocorrido em Manaus, o II Fórum Mundial de Sustentabilidade, fórum esse que teve como objetivo a discussão da importância dos ecossistemas e do desenvolvimento econômico na valorização da floresta.

Quando celebramos a vida em homenagem a José Alencar, falar de sustentabilidade é também celebrar a vida. Falar do direito de cidadania do povo da Amazônia e do povo do Amazonas é também dizer que aqueles que vivem na floresta não deveriam ser punidos, e, sim, reconhecidos pela importância e pelo valor que têm por guardar, proteger e zelar pelo maior patrimônio do povo brasileiro: a floresta, a biodiversidade, as águas, a fauna, a flora, os serviços ambientais e tudo aquilo que aquelas florestas guardam para o nosso povo e os serviços que prestam à humanidade.

No passado, já se disse que a floresta era o pulmão do mundo. Na realidade, nobre Senador Itamar Franco, a nossa floresta não é apenas o pulmão do mundo; ela também é um grande controlador da temperatura do planeta.

Nos momentos em que se discute a questão climática e o aquecimento global no mundo, o Brasil assume o papel de liderança no planeta, não apenas pelo corte substancial no desmatamento da Amazônia, mas por ser o Brasil o detentor da maior floresta tropical do mundo e por ter o Brasil esse patrimônio de forma quase intocada ainda no Estado do Amazonas, graças ao maior e mais eficiente programa de sustentabilidade, que foi a Zona Franca de Manaus.

Nada difere, Senador Mário Couto, o povo amazonense do povo paraense; ao contrário, temos praticamente o mesmo DNA, a mesma origem, na história brasileira. O que nos diferenciou, ao longo dos últimos quarenta anos, foi a base econômica do Estado do Pará e a base econômica do Estado do Amazonas. Enquanto o Pará tinha, como sua base econômica, a agricultura, o setor primário, o setor mineral, o setor semi-elaborado, o Estado do Amazonas tinha, na Zona Franca de Manaus, a base da sua economia.

Foram essas desigualdades e essas diferenças que proporcionaram índices de desmatamento entre o Pará e o Amazonas de forma diferenciada, porque ninguém desmata porque é mais ou menos inteligente. Desmata por sobrevivência, muitas vezes. Desmata,

muitas vezes, por falta de políticas públicas que possam atualizar e fazer com que novas tecnologias sejam aplicadas ao campo.

Pois bem. No dia de hoje, após um amplo debate que se deu no Estado do Amazonas recentemente, após um debate que contou com a presença de lideranças internacionais, de lideranças nacionais, de lideranças como o ex-Presidente Bill Clinton, que foi ao Amazonas e à Amazônia para falar sobre sustentabilidade e que foi também questionado sobre o que estamos a esperar para que a maior economia do Planeta possa se movimentar no sentido de estabelecer compensações ambientais claras, que possa pagar pelos bilhões e bilhões de toneladas de carbono florestal que estão estocados naquela floresta.

Lamentavelmente, recebemos muitos conselhos, mas poucas são as ações concretas no sentido de reconhecer os serviços ambientais prestados por aquela gigantesca floresta e pelo povo que nela vive, que dela cuida e que zela por esse grande patrimônio.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Pois não, Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Se V. Exª me permite, eu não vou usar muito do seu tempo. Quero apenas destacar que o evento de que V. Exª fala é o segundo, vez que, no ano passado, houve a primeira edição. Esse evento acontece numa parceria com a iniciativa privada. Aliás, a iniciativa privada tem sido a organizadora do evento graças ao empenho de V. Exª quando Governador do Estado do Amazonas. Eu, que participei dos dois fóruns, Senador Eduardo, percebo o quanto aquele debate é importante, não só para o Amazonas como para o Brasil, porque vêm pessoas do mundo inteiro participar. São empresários, estudiosos, pesquisadores que vêm à Amazônia debater a Amazônia. E sentimos falta disso, porque se debate a Amazônia em todos os lugares do mundo. Mas não havia nenhuma atividade, nenhum grande evento como esse que há agora que debatesse a Amazônia na nossa Região. Então, eu quero cumprimentar V. Exª. Tenho certeza de que grande parte do sucesso desse evento nós devemos a V. Exª. E estamos no caminho certo para conseguir o reconhecimento do *hedge*. Não só o reconhecimento, pois ele já está reconhecido, mas a sua aplicação, para que, como V. Exª diz, os Estados de grande cobertura florestal como o nosso possam ser remunerados por esse serviço ambiental que prestam há muito tempo. Então, eu não podia deixar de reconhecer o seu papel na composição e na formação desse Fórum de Sustentabilidade que

aconteceu nesse final de semana na nossa cidade. Parabéns, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço, Senadora Vanessa.

Isso é mérito, evidentemente, não só do nosso Estado, como de toda a Região, de lideranças, como foi dito por V. Ex^a, e, principalmente, da iniciativa privada, que identifica agora na sustentabilidade uma vantagem comparativa e não um problema a ser retirado ou removido da nossa estratégia de desenvolvimento da região.

É importante destacar e é importante dar ênfase que, hoje, em reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado da República juntamente com a Comissão de Agricultura, antecipamos um debate com o Relator do novo Código Florestal Brasileiro, Deputado Aldo Rebelo. E tivemos a oportunidade de ouvir diversos Senadores que participaram daquele evento.

E volto a repetir desta tribuna no dia de hoje o que disse naquele debate: a questão da sustentabilidade, a questão florestal é, acima de tudo, uma questão de bom senso e de equilíbrio. Não venceremos as desigualdades regionais; não venceremos as desigualdades entre aquilo que queremos para o agronegócio e aquilo que queremos para o desenvolvimento da floresta e do povo da floresta se não tivermos bom senso e equilíbrio.

Gostaria de destacar, no dia de hoje, Presidente Sarney, quando lamentamos profundamente a perda de um grande brasileiro como José Alencar, que estamos diante de uma oportunidade histórica nesta Legislatura não apenas de avançar no novo Código Florestal, corrigindo distorções e ao mesmo tempo reconhecendo que a floresta não era um fator impediu-tivo ao desenvolvimento – ao contrário, ela pode ser uma vantagem comparativa; mas, ao mesmo tempo, de estabelecer a Política Nacional de Serviços Ambientais, sem a qual não seremos capazes de valorizar a floresta em pé, sem a qual não será possível reconhecer o papel que as florestas têm na mitigação do aquecimento global, na mitigação das mudanças climáticas neste Planeta e sem a qual nossos homens e mulheres brasileiros que vivem na floresta não terão acesso a investimentos fundamentais para a introdução de políticas sociais como educação, como saúde e como melhoria das condições de infraestrutura para a produção sustentável e de infraestrutura que garanta uma melhor habitação.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer do dia de hoje uma homenagem a esse grande brasileiro que nos deixa, o nosso saudoso ex-Vice-Presidente e eterno Vice-Presidente José de Alencar.

Ao mesmo tempo, quero fazer uma condenação ao Senado da República, mais uma vez, para que este Senado esteja antenado, esteja atento a essa questão do Código Florestal, a essa questão da valorização da floresta, dos povos da floresta, dos serviços ambientais e da remuneração daqueles que vivem na floresta, prestam serviço ao povo brasileiro e à humanidade, fazendo com que o aquecimento global possa ser enfrentado pelas florestas que nós possuímos.

Portanto, fica aqui a minha fé e a minha esperança de que nós haveremos de construir o bom senso e construir uma proposta que possa assegurar avanços ao agronegócio, mas que possa assegurar melhoria...

(Interrupção do som.)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Braga, o Sr. Ciro Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência designa o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar, como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, **Ofício nº 040/2011 – GLDBAG**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 40/2011-GLDBAG

Brasília, 29 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senhor Rodrigo Rollemberg como membro titular na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício Ind 90/2011**, da Liderança do Partido Democrático Trabalhista, na Câmara dos Deputados, solicitando tornar nulos os ofícios que indicaram membros do Partido Democrático Trabalhista – (PDT), para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e fazendo nova indicação.

Nesse sentido, a Presidência designa os Deputados Ademir Camilo e João Dado, como membros titulares, e a Deputada Sueli Vidigal, como membro suplente, para integrarem aquela Comissão, em vagas destinadas ao PDT, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 90/2011

Brasília, 29 de março de 2011

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que se tornem nulos os Ofícios de indicação dos membros do Partido Democrático Trabalhista – PDT, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Desse modo, a nova composição do PDT na referida Comissão será feita da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
ADEMIR CAMILO PDT/MG	SUELÍ VIDIGAL PDT/ES
JOÃO DADO PDT/SP	VAGA

Aproveito para esclarecer a Vossa Excelência, que indicarei no momento oportuno o membro suplente da Comissão de Orçamento.

Atenciosamente, – Deputado **Giovanni Queiroz**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Conforme indicações das Lideranças, a Presidência, designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a **Comissão Temporária** destinada a realizar visita *in loco* à **Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)**, em específico, à Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo:

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco de Apoio ao Governo

Lindbergh Farias	Delcídio do Amaral
Jorge Viana	Rodrigo Rollemberg

Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV

Bloco PSDB-DEM

Cyro Miranda	Lúcia Vânia
--------------	-------------

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 39/2011 – GLDBAG

Brasília, 29 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao of. nº 377/2011-SF e conforme entendimento entre os blocos parlamentares, indico os Senadores Lindbergh Farias e Jorge Viana, como titulares e os Senadores Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollemberg como suplentes, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 237, de 2011 que tem como objetivo realizar visita *in loco* à Eletrobrás Termonuclear S.A (ELETRONUCLEAR), na Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

Atenciosamente, Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício 73/2011-GLPSDB

Brasília, 29 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 376/2011, indico os senadores Cyro Miranda e Lucia Vânia para integrarem, respectivamente, como titular e suplente a Comissão Temporária Externa com objetivo de realizar visita *in loco* à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, à Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo:

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Álvaro Dias** – Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência designa o Senador Lobão Filho para integrar, como membro titular, a Comissão Temporária Externa destinada a realizar visita *in loco* à Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), em específico à Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do PMDB, Ofício nº 096/2011.

No mesmo Ofício o PMDB comunica a cessão da segunda vaga como titular ao PRB.

É o seguinte o ofício:

Of. GLPMDB nº 96/2011

Brasília, 29 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o nome do Senador Lobão Filho, como membro titular, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV), e comunico a cessão da segunda vaga, como titular, ao PRB, na Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento 237, de 2011, com o objetivo de realizar visita *in loco* à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), na usina de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência designa o Senador Ivo Cassol, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Senador Casildo Maldaner, de conformidade com o **Ofício OF.GLPMDB nº 094/11**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Of. GLPMDB nº 94/11

Brasília, 29 fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ivo Cassol, como suplente, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Casildo Maldaner, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, ficando a mesma assim constituída.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
Vital do Rêgo	Ivo Cassol
Francisco Dornelles	Eduardo Braga
Ricardo Ferraço	Sérgio Petecão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

A Presidência designa, nos termos do Ofício nº 072, de 2011, da Liderança do PTB, o Senador Gim Argello para integrar o Programa Senado Jovem Brasileiro.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 72/2011/GLPTB

Brasília, 28 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 114-4/2011-SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o meu nome, Senador Gim Argello, para integrar o Programa Senado Jovem Brasileiro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência designa o Senador Ciro Nogueira, como suplente, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, nos termos do Ofício nº 021/2011-GLPP, da Liderança do Partido Progressista – PP, em vaga anteriormente cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, conforme o **Ofício nº 070/2011-GLPTB**.

São os seguintes os ofícios:

OF. N° 70/2011/GLPTB

Brasília, 24 de março de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro

– PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Progressista – PP, uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. N° 21/2011-GLPP

Brasília – DF, 29 de março de 2011

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Partido Progressista – PP indica o Senador Ciro Nogueira para integrar, como suplente, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, nos termos do Ofício nº 70/2011/GLPTB.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Pres. N° 3/2011/CMO

Brasília, 29 de março de 2011

Assunto: Informa a composição da Mesa Diretora para 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho informar que assumi a honrosa missão de conduzir os trabalhos da Comissão.

Informo a composição da Mesa Diretora para 2011, eleita e empossada nesta data:

<u>PARTIDO</u>	<u>UF</u>	<u>PARLAMENTAR</u>
PMDB	PB	PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo
PSDB	PE	1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Sérgio Guerra
PSDB	GO	2º VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda
PP	BA	3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Roberto Britto

Renovo a vossa excelência protestos de estima e consideração. – **Vital do Rego**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº120, DE 2011

Dispõe sobre o impedimento de repasses de verbas federais a Municípios que deixarem de respeitar a legislação pertinente aos servidores públicos municipais no tocante a pagamento de vencimentos e demais títulos de natureza salarial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Municípios que deixarem de pagar aos seus servidores vencimentos e demais verbas de natureza salarial ficam impedidos de receber repasses oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 2º O art. 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo 1º:

“Art. 40.
I –
II –
III –
§ 1º

§ 2º No caso dos Municípios, deverá ser comprovado o efetivo e regular pagamento dos vencimentos dos servidores públicos municipais da área de educação nos últimos 12 (doze) meses.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Milhares de servidores públicos municipais têm passado os últimos finais de ano sem contar com o décimo terceiro salário. Muitos deles sequer têm recebido regularmente os salários mensais. Conforme pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), abrangendo 92% dos municípios e cerca de cinco milhões de servidores municipais, em 2009, 4,3% dos municípios estavam com os salários atrasados e 38,3% não pagaram o 13º salário em parcela única.

Como salientado na pesquisa, a crise econômica mundial de 2008 reverteu a tendência de crescimento da arrecadação observada nos últimos seis anos e afetou o primeiro ano de governo dos gestores municipais. Isso fez com que houvesse um aumento no

percentual de municípios com dificuldades em pagar os salários de seus servidores. Nesse contexto, muitos prefeitos deixaram de pagar regularmente os salários, em especial o 13º salário, para priorizar outras despesas das administrações municipais.

A impunidade dos administradores que não pagam pontualmente os salários aos servidores tem implicações negativas para toda a sociedade. A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta FUNDEB, impõe a obrigação de uma conduta rigorosa aos administradores no financiamento da educação básica. Portanto, deve prever punições contra aqueles que descumprem a obrigação de pagar regularmente os vencimentos aos servidores públicos na área da educação.

A presente proposição tenciona superar essa lacuna, ao prever punição aos prefeitos municipais que descumprem essa que é uma obrigação de natureza indubitavelmente alimentar.

Propõe-se ainda que os municípios inadimplentes quanto aos salários dos servidores públicos deixem de receber repasses e financiamentos oriundos do BNDES, como forma de reafirmar a importância dessa obrigação, repita-se, de natureza alimentar.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta proposição. – Senador **Walter Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º
.....
Art. 250.
.....

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 1º.

Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 339, de 2006).

I – a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

II – os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

III – observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

d) a fiscalização e o controle dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

IV – os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

V – a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VI – até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VII – a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VIII – a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

IX – os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

X – aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

XI – o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

XII – proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta

Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

I – no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

II – no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 6º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 7º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Art. 61

.....

Art. 97

LEI N° 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007

Mensagem de voto

Conversão da MPV nº 339, 2006

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

CAPÍTULO VII
Disposições Finais e Transitórias

Seção II
Disposições Finais

Art. 37.

Art. 40. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar Planos de Carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar:

I – a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública;

II – integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;

III – a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Parágrafo único. Os Planos de Carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente

voltada à formação continuada com vistas na melhoria da qualidade do ensino.

Art. 41.

Art. 49.

Brasília, 20 de junho de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** – **Tarso Genro** – **Guido Mantega** – **Fernando Haddad** – **José Antonio Dias Toffoli**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 21.6.2007 e retificado no DOU de 22.6.2007

ANEXO

Nota explicativa:

Min[A,B]: função mínimo, que considera o menor valor entre A e B.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 121, DE 2011

Acrescenta o inciso VII ao art. 1º, altera a redação do art. 4º, bem como a da alínea b do inciso V do art. 5º, todos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir entre as finalidades da ação civil pública a proteção do patrimônio público e social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

VII – ao patrimônio público e social;

”(NR)

"Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.” (NR)

"Art. 5º

V –

.....
b) inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

....."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição tem por objetivo alterar o conteúdo normativo encartado na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que cuida da ação civil pública, para incluir entre os bens, direitos e interesses lá previstos a proteção do patrimônio público e social. Para tanto, sugerimos o acréscimo do inciso VII ao art. 1º, além da alteração do art. 4º e da alínea b do inciso II do art. 5º da Lei da Ação Civil Pública.

O acréscimo do inciso VII ao art. 1º da lei tem por finalidade incluir entre os bens, direitos e interesses tutelados a proteção do patrimônio público e social. Isso implica, certamente, ampliação desse privilegiado instrumento de proteção dos interesses sociais, com possibilidade de ressarcimento dos cofres públicos pelos prejuízos causados.

Já a alteração sugerida ao art. 4º da Lei da Ação Civil Pública tem em mira a possibilidade de concessão de medida cautelar para a proteção do patrimônio público, com esteio nas mesmas condições previstas à proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A modificação da alínea b do inciso V do art. 5º amplia o âmbito de atuação das associações civis, para outorgar-lhes, se obedecidos alguns pressupostos, legitimidade ativa para a propositura da ação civil pública contra aquele que tiver dado ensejo à violação do patrimônio público.

Feitos esses esclarecimentos, resta-nos, sob novo prisma, observar que a proposição que ora se apresenta para discussão e votação, cumpre a previsão constitucional encartada no inciso III do art. 129, uma vez que é função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social. Assim, esta proposição não

altera a competência constitucional do Ministério Público, mas, ao contrário, a esclarece para dar curso à previsão constitucional mencionada.

Por fim, no que respeita ao comando contido no art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis*, temos a firme convicção de que a oportunidade se afigura própria para fazer prever a incidência da *vacatio legis* sobre o projeto (art. 2º), medida que, segundo acreditamos, aperfeiçoará o processo civil brasileiro, pois se concederá aos órgãos judiciais, ao Ministério Público e à sociedade prazo razoável para que se adaptem aos novos aspectos da norma, facilitando-se, assim, tanto a compreensão do alcance normativo das alterações aqui sugeridas, quanto a ordenação dos trabalhos internos no âmbito do Ministério Público e do Judiciário, no que se refere à condução dos processos criados em face do ajuizamento das novas ações civis públicas.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres pares para a rápida aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador **WALTER PINHEIRO**

LEGISLAÇÃO C/ITADA

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º

CAPÍTULO II

DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção I

Da Estruturação das Leis

Art. 3º

.....

Art. 7º

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. ([Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001](#))

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial'. ([Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001](#))

.....

Art. 19.

Brasília, 26 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Iris Rezende

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 27.2.1998

LEI N° 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.

Vide texto compilado
Regulamento
Regulamento
Regulamento
Mensagem de veto

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

I -

.....

VI -

VII -

.....

Parágrafo único.

Art. 2º

.....

Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO).
(Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

Art. 5º

I -

.....

V - a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

a)

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

.....

Art. 23.

Brasília, em 24 de julho de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Fernando Lyra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.1985

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**(*) PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 122, DE 2011**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. Fica instituída a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas nacionais e estrangeiras com a utilização dos recursos de legendagem em língua portuguesa, para obras nacionais, e audiodescrição, para todas as obras, em pelo menos uma sala, durante todo o período de exibição da obra, nas cidades com população superior a cem mil habitantes.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se como audiodescrição a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.

§ 2º A legendagem em língua portuguesa em obras cinematográficas nacionais poderá ser substituída pela utilização da linguagem de sinais, para garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência auditiva ao conteúdo falado e audiodescrito.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Reproduzido em 30 de março de 2011 para fazer constar a legislação citada.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição legislativa que ora apresentamos tem o objetivo de trazer para o Congresso Nacional o debate sobre a ampliação do acesso das pessoas com deficiência auditiva ou visual à cultura.

A legendagem em língua portuguesa em filmes nacionais é um recurso simples e efetivo para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva. Por meio desse artifício, a obra cinematográfica passa a ser plenamente compreendida por esses indivíduos. Embora seja conhecida a habilidade de leitura labial desenvolvida por muitas dessas pessoas, essa técnica não é suficiente para a compreensão integral dos diálogos, uma vez que a obra cinematográfica não é concebida com esse propósito específico.

Por outro lado, a ampliação do uso da audiodescrição em obras audiovisuais para cinema, televisão e em outros espetáculos representa uma perspectiva inovadora e muito promissora no campo da inclusão das pessoas com deficiência visual. Em todo o País, diversos espetáculos têm adotado esse recurso em caráter experimental e os resultados têm sido excelentes.

Em linhas gerais, a audiodescrição consiste em uma narrativa que, somada aos diálogos já presentes na obra – e não em substituição a eles – permite ao espectador com deficiência visual ter acesso a várias informações não verbalizadas nos diálogos constantes da obra. Essa narração inclui descrições de cenários, gestos, aspectos do ambiente e da caracterização dos personagens, cores e outros detalhes, fundamentais para a compreensão da obra cinematográfica. A audiodescrição pode ser pré-gravada ou realizada ao vivo, e pode ser transmitida aos espectadores por meio de receptores individuais.

Trata-se de uma forma de ampliação de acessibilidade em franca expansão em vários países, onde o tema da inclusão da pessoa com deficiência permeia todos os debates relativos aos mecanismos de divulgação da cultura. No Brasil, embora ainda sejam incipientes, as discussões sobre a audiodescrição vão se firmando no cenário cultural. Há

registros de sessões cinematográficas em festivais, utilizando a audiodescrição, que foram muito bem recebidas pelo público.

É de todos conhecida a importância do cinema no cenário cultural contemporâneo. A chamada Sétima Arte representa uma síntese de diversas manifestações estéticas e é uma forma privilegiada de apresentar e discutir temas atuais. Além disso, o cinema, por sua grande importância como expressão artística e no contexto internacional, representa uma espécie de ponto de convergência dos avanços no campo da tecnologia e das diversas manifestações da estética. Dessa forma, é imprescindível que todos os recursos disponíveis sejam utilizados para um melhor acesso das pessoas com deficiência visual a essa forma de cultura, lazer e entretenimento.

Afinal, de acordo com o disposto no art. 215, *caput*, da Constituição Federal, *o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*.

Esta proposição, portanto, inclui-se entre os esforços no sentido de que as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os espaços de convívio social, de fruição cultural e a todas as atividades da vida cotidiana.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

LEI N° 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível. [\(Incluído pela Lei nº 11.982, de 2009\)](#)

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 8º Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9º Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de

lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que une as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. [Regulamento](#)

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;

II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;

III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Gregori

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20-12-2000

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direito Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 123, DE 2011**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 105 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se os seus §§ 1º e 2º.

Art. 105. Nas eleições pelo sistema de representação proporcional não será permitida aliança de partidos.

..... (NR)

Art. 2º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos e parágrafos:

Art. 105-A. Cada Estado e o Distrito Federal terão representantes na Câmara dos Deputados, eleitos:

I – metade, na proporção dos votos obtidos pelo partido na lista partidária; e

II – metade, de acordo com a regra estabelecida no art. 108.

§1º Em caso de número ímpar, o representante que exceder à metade será o da lista partidária.

§2º Aplica-se, no que couber a regra do caput, às Assembléias Legislativas e às Câmaras Distrital e Municipais.

Art. 105-B. Serão considerados eleitos, os concorrentes:

I – integrantes da lista partidária em número proporcional à votação do partido na lista partidária, obedecida a ordem de precedência;

II – submetidos à votação nominal, em número que permitir o quociente partidário, na forma prevista no art. 108.

Parágrafo único. A lista partidária a que se refere o art. 105-A será escolhida por votação secreta em convenção da seção regional do partido e integrado por nomes em número igual à da representação do Estado na Câmara dos Deputados ou, no caso de Deputados Estaduais e Distritais e de Vereadores, à das vagas na Assembléia Legislativa, Câmara Distrital e Municipal, respectivamente.

Art. 112. Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

..... (NR)

III – os integrantes da lista partidária que excederem o número de eleitos, de acordo com o disposto no art. 105-B.

Art. 3º Fica excluída da redação dos arts. 107 e 108 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a expressão “ou coligação”.

Art. 4º Os §§ 4º a 8º do art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao referido artigo os §§ 9º e 10º:

Art.59.
..... (NR)

§4º O eleitor disporá de dois votos na votação para cada eleição proporcional, o primeiro, na lista partidária, e o segundo, no candidato os quais serão exibidos, nessa ordem, na urna eletrônica.

§5º As listas partidárias serão expostas na cabine de votação, na sua integralidade, sendo que, na urna eletrônica deverão conter, no mínimo, os nomes dos dez primeiros candidatos.

§6º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§7º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o §6º.

§8º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 9º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.

§10º Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.

Art. 5º O Poder Executivo providenciará, no prazo de noventa dias, a publicação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com todas as modificações nela introduzidas até a data de início de vigência desta Lei, aplicando-se-lhe a consolidação da legislação prevista na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Art. 7º Fica revogado o art. 111 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Justificação

O sistema eleitoral proporcional de lista aberta, na forma adotada pelo Brasil tem contribuído para manter inconsistente a nossa estrutura partidária, pois o eleitor tende a escolher candidatos sem levar em conta sua vinculação partidária, escolhendo, em muitos casos, candidatos que tenham grande visibilidade nos meios de comunicação que, no entanto, não têm maiores compromissos com a sigla pela qual concorrem, pois entendem que não devem ao partido sua expressiva votação.

Nossa proposta modifica o Código Eleitoral para prever que metade dos integrantes da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, das Câmaras Distrital e Municipais sejam eleitos na proporção dos votos obtidos pelo partido em lista fechada, democraticamente eleita pela convenção partidária e integrada por candidatos organizados em ordem de precedência. A outra metade será eleita pelo sistema eleitoral proporcional vigente, mediante votação nominal nos candidatos.

Constitui, ainda, nosso objeto modificar, para esse fim, o Código Eleitoral que, embora vetusto, é o diploma legal que estabelece, em nível infraconstitucional, as regras atinentes ao sistema proporcional. Justifica, também, nossa decisão as exigências previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, cujo art. 7º, IV, determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Acreditamos que este projeto vai ao encontro da vontade da maioria desta Casa e que, se aprovado, contribuirá par ao fortalecimento partidário e, de resto, par ao aperfeiçoamento das nossas instituições políticas.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Roberto Requião**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.787, DE 15 DE JULHO DE 1965

Art. 105 – Fica facultado a 2 (dois) ou mais Partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a deputado federal, deputado estadual e vereador. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 1º – A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Regional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas, e à Convenção Municipal, quando se tratar de eleição para a Câmara de Vereadores, e será aprovada mediante a votação favorável da maioria, presentes 2/3 (dois terços) dos convencionais, estabelecendo-se, na mesma oportunidade, o número de candidatos que caberá a cada Partido. (Incluído pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 2º – Cada Partido indicará em Convenção os seus candidatos e o registro será promovido em conjunto pela Coligação. (Incluído pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 107 – Determina-se para cada Partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 108 – Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um Partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 111 – Se nenhum Partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 112. Considerar-se-ão suplentes da representação partidária: (Vide Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

I – os mais votados sob a mesma legenda e não eleitos efetivos das listas dos respectivos partidos;

II – em caso de empate na votação, na ordem decrescente da idade.

LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Art. 59. A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

[...]

§ 4º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o § 4º (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10.1.2002)

LEI COMPLEMENTAR
Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

Art. 59 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 124, DE 2011**

Dispõe sobre exercício da atividade de investigação criminal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece as regras gerais para o exercício da atividade de investigação criminal pelo Delegado de Polícia, observado o regime especial de trabalho previsto na legislação específica de cada ente federativo a que se encontra vinculado.

Art. 2º A atividade de investigação criminal do Delegado de Polícia é de natureza jurídica e será exercida com autonomia, isenção e imparcialidade.

§ 1º Ao Delegado de Polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial e termo circunstanciado, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais.

§ 2º Durante a investigação criminal cabe ao Delegado de Polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dos dados que interessam à apuração dos fatos.

§ 3º A investigação criminal em curso não poderá ser avocada por superior hierárquico, salvo por motivo de interesse público e mediante despacho fundamentado.

§ 4º O Delegado de Polícia só poderá ser compulsoriamente removido de unidade ou afastado da investigação criminal que preside, por motivo de interesse público, nas hipóteses previstas em regulamento específico, cabendo, se for o caso, pedido de reconsideração ao respectivo órgão superior de polícia.

Art. 3º. Para o ingresso no cargo de Delegado de Polícia, privativo de bacharel em Direito, é exigido concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e, no mínimo, dois anos de atividade jurídica ou de polícia judiciária, comprovados no ato de posse.

Parágrafo único. Será observado ao Delegado de Polícia o mesmo tratamento dispensado aos advogados, magistrados e membros do Ministério Público.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Justificação

Assim como ocorrido na aprovação pelo Senado Federal do PLC 204 de 2008 e do PLS 244 de 2009 com relação ao regramento das atividades de Peritos Criminais e de Papiloscopistas, a proposta sob exame tem como finalidade o estabelecimento de critérios para ingresso no cargo de Delegado de Polícia, assim como

garantias mínimas para o exercício de sua atividade de investigação criminal.

Deve-se ressaltar a importância das atribuições do Delegado de Polícia, que na qualidade de Autoridade Policial desempenha atividade típica de Estado, atuando no combate ao crime e aplicando a ciência jurídica nos casos concretos apresentados.

Vale lembrar a importância do inquérito policial no mundo jurídico, como garantia do direito do cidadão, fato expresso na exposição de motivos do próprio Código de Processo Penal, onde se firma que o inquérito policial é:

“uma garantia contra apressados e errôneos juízos, formados quando ainda persiste a trepidação moral causado pelo crime ou antes que seja possível uma visão de conjunto dos fatos, nas suas circunstâncias objetivas e subjetivas(...) mas o nosso sistema tradicional, como o inquérito preparatório, assegura uma justiça menos aleatória, mais prudente e serena.

Para que a condução dos trabalhos de investigação possa ser realizada com a eficiência que a sociedade clama, faz-se necessária a garantia de autonomia na investigação criminal conduzida pelo Delegado, sem olvidar das garantias constitucionais conferidas aos cidadãos pela Carta Magna.

Ademais, o presente Projeto de Lei impede a remoção do Delegado com o objetivo de afastá-lo de uma investigação em particular, ou com fundamento preventivo, punitivo ou disciplinar, o que é uma prática nefasta que ocorre em muitas unidades policiais, prejudicando sobremaneira a eficiência da persecução criminal.

Com tais medidas, a investigação ganhará em agilidade, qualidade e imparcialidade, pois o Delegado de Polícia não sofrerá interferências internas no seu trabalho, podendo iniciar ou dar continuidade aos inquéritos policiais.

Destaque-se que o estabelecimento das garantias em questão não gerará qualquer descontrole nas investigações, considerando que, a qualquer tempo, os autos do inquérito poderão – desde que justificadamente – ser avocados pelo dirigente do órgão do servidor e, além disso, sofrerão contínua fiscalização por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário.

São estas as razões que fundamentam a proposta que ora submeto à Casa, enfatizando que a matéria trará grandes avanços no efetivo combate à criminalidade, fortalecendo o cargo de Delegado de Polícia e, por consequência, as Polícias Judiciárias Civis dos Estados, do Distrito Federal e Federal, preservando o Estado de Direito e os interesses do cidadão. – Senador **Humberto Costa**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2011

Altera o Código Penal para aumentar a pena para os crimes de roubo e de recepção de cargas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a viger com as seguintes redações:

“Art. 157.

.....
§ 2º

.....
VI – se a subtração for de carga transportada em caminhão, embarcação, trem ou aeronave.

..... ” (NR)

“Art. 180

.....
§ 7º Tratando-se de recepção de carga que era transportada em caminhão, embarcação, trem ou aeronave, a pena prevista no § 1º do art. 180 aumenta-se de um terço até a metade.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O roubo de cargas é uma das atividades criminosas que mais se faz sentir por toda a sociedade. Com efeito, o incremento das ocorrências criminosas nas estradas brasileiras tem implicado significativo aumento dos prêmios de seguros, o que acarreta o encarecimento de todos os produtos. Isso sem falar no sentimento de insegurança e medo que passou a agoniá os motoristas e passageiros, não somente de caminhões, mas também de ônibus, automóveis e avião. Os prejuízos são enormes, empresas, seguradoras, caminhoneiros e consumidores todos perdem com essa ação criminosa. A cada dia que passa as ações desses bandidos estão mais sofisticadas. A insegurança é geral.

Por tais motivos, o roubo de cargas, assim como a sua recepção, merece uma resposta penal mais dura, mais severa. Para se ter uma ideia, o art. 157, do Código Penal, estabelece a pena de reclusão de quatro a dez anos para quem subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem. No caso de recepção, em proveito próprio ou alheio, a pena vai de um a quatro anos de reclusão.

Em vista disso, apresentamos este projeto de lei, que aumenta as penas para esses crimes. Pela proposta, a pena poderá ser aumentada de um terço até a metade, dependendo da sentença.

Confiantes de que a proposição, tornada lei, aperfeiçoará a legislação penal, pedimos aos ilustres Pares que votem pela sua aprovação. – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI

Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Da Aplicação da Lei Penal

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º – Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

CAPÍTULO II Do Roubo e da Extorsão

Roubo

Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º – Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º – A pena aumenta-se de um terço até metade:

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II – se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III – se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV – se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

CAPÍTULO VII Da Recepção

Recepção

Art. 180 – Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Recepção qualificada (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 1º – Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 2º – Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º – Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 4º – A recepção é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 5º – Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na recepção dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 6º – Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no *caput* deste artigo aplica-se em dobro. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República. – **GETÚLIO VARGAS – Francisco Campos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 31.12.1940

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
N° 126, DE 2011**

Estabelece normas para as eleições, em 7 de outubro de 2012, de Parlamentares do Mercosul

Art. 1º Esta Lei regulamenta as eleições a serem realizadas em 7 de outubro de 2012, no Brasil, para o cargo de Parlamentar do Mercosul.

§ 1º As eleições para Parlamentar do Mercosul serão realizadas simultaneamente com as eleições para Prefeito e Vice-Prefeito e para Vereador.

§ 2º Serão eleitos, no Brasil, setenta e cinco Parlamentares do Mercosul, para exercer mandatos de quatro anos.

§ 3º O voto será direto, secreto, universal e obrigatório.

§ 4º Poderão ser formados coligações livremente de acordo com a decisão de cada Partido.

Art. 2º Dos setenta e cinco Parlamentares Nacionais que constituem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o País elegerá quarenta e oito representantes designados de Representantes Federais da Lista de Candidatos de cada Partido ou Coligação.

§ 1º Esses quarenta e oito Representantes Federais serão eleitos pelo sistema proporcional, com a utilização de listas preordenadas de candidatos, registrados pelo respectivos Partidos ou Coligações.

§ 2º Para as eleições dos Representantes Federais a circunscrição será o Estado.

Art. 3º Dos setenta e cinco Parlamentares Nacionais, vinte e sete serão eleitos um por cada Estado e um pelo Distrito Federal, designados de Representantes Estaduais e Representante do Distrito Federal na Lista de Candidatos de cada Partido ou Coligação.

§ 1º Esses vinte e sete Representantes Estaduais serão eleitos pelo voto majoritário em cada Estado e no Distrito Federal.

§ 2º Para as eleições dos Representantes Estaduais a circunscrição será o Estado.

Art. 4º Na Lista de Candidatos de cada Partido ou Coligação, a preordenação dos quarenta e oito Representantes Federais observará o seguinte:

I – O número de vagas em cada Estado e no Distrito Federal, para composição da lista de candidatos por Partido ou Coligação a que se refere o caput, deverá ser proporcional ao número de lugares que os respectivos Estados e o Distrito Federal ocupam atualmente na Câmara dos Deputados.

II – Na Lista de Candidatos de cada Partido ou Coligação, o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento das vagas poderão ser ocupadas por candidatos de cada sexo, de acordo com a decisão do respectivo Partido ou Coligação.

§ 1º Cada Partido ou Coligação poderá registrar lista de candidatos a Representantes Federais que não ultrapasse o dobro do número de lugares a serem preenchidos pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

§ 2º A preordenação das listas de Representantes Federais cabe as direções nacionais dos respectivos partidos e coligações, respeitados os incisos I e II do presente artigo.

Art. 5º Os vinte e sete representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos pelo voto majoritário, terão como seus respectivos suplentes no Parlamento do Mercosul o segundo mais votado, ainda que tenha sido candidato por outro Partido ou Coligação.

Art. 6º A candidatura ao cargo de Parlamentar do Mercosul é incompatível com a candidatura simultânea a outro cargo eletivo e também com o desempenho por parte do candidato de mandato eletivo no Poder Legislativo ou no Poder Executivo.

Art. 7º Nas eleições de 7 de outubro de 2012, a urna eletrônica exibirá para eleitor o painel de candidatos na seguinte ordem:

1º) dos Representantes Estadual e Federal ao Parlamento do Mercosul para os quais serão digitados os respectivos números com que cada Partido ou Coligação os registrou como candidatos;

2º) do Vereador para o qual será digitado o número de candidato escolhido pelo eleitor;

3º) do Prefeito e Vice – Prefeito para o qual será digitado o número do candidato escolhido pelo eleitor.

Art. 8º O número de candidatos para Representantes Federais eleito por cada Partido ou Coligação decorrerá da aplicação das seguintes regras:

I – determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher no Parlamento do Mercosul, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior;

II – determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário dividindo-se o número de votos

validos dados para o mesmo partido ou coligação pelo quociente eleitoral, desprezada a fração;

III – estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar;

IV – os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos da seguinte forma:

a) dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares por ele ou ela já obtido mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

b) repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares restantes.

§ 1º Os partidos ou coligações que não tiverem obtidos quociente eleitoral poderão concorrer à distribuição dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários.

§ 2º O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado ou contemplada far-se-á segundo a ordem constante na lista registrada.

§ 3º Considerar-se-ão suplentes dos candidatos eleitos efetivos os demais candidatos constantes da mesma lista, segundo a ordem em que nela figurem.

Art. 9º As emissoras de rádio e televisão e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade das Casas Legislativas nos três níveis da Federação reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições de 2012, horário destinados à divulgação em rede, da propaganda eleitoral gratuita para Parlamentar do Mercosul.

§ 1º A propaganda será feita de segunda-feira a sábado:

I – no rádio, das 7h30 (sete horas e trinta minutos) às 7h50 (sete horas e cinqüenta minutos) e das 12h30 (doze horas e trinta minutos) às 12h50 (doze horas e cinqüenta minutos);

II – na televisão, das 13h30 (treze horas e trinta minutos) às 13h50 (treze horas e cinqüenta minutos) e das 20h30 (vinte horas e trinta minutos) às 20h50 (vinte hora e cinqüenta minutos).

§ 2º Os veículos de comunicação mencionados no caput reservarão, ainda, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições de 2012, dez minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita das listas de candidatos a Parlamentar do Mercosul, a serem usados com inserções de até trinta segundos, que serão assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação.

§ 3º A divisão do horário de propaganda eleitoral gratuita entre os partidos e coligações obedecerá

aos critérios utilizados nas eleições de Deputados Federais.

§ 4º A distribuição do tempo entre os candidatos a Representantes Estaduais e Federais caberá às direções dos respectivos partidos e das coligações.

Art. 10. Nos quarenta e cinco dias anteriores ao período destinado ao horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, o Tribunal Superior Eleitoral disporá de dez minutos diários nos veículos de comunicação mencionados no art. 8º, a serem usados com inserções de até sessenta segundos, para divulgar o pleito para Parlamentar do Mercosul e informar os eleitores a respeito de sua natureza e características.

Art. 11. As campanhas eleitorais serão realizadas sob a condução e responsabilidade dos órgãos de direção nacional dos partidos ou das coligações, e financiadas exclusivamente com os recursos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A lei orçamentária referente ao ano de 2012 incluirá dotação, em rubrica própria, destinada exclusivamente ao financiamento das eleições de Parlamentar do Mercosul, de valor equivalente a cinco por cento do valor total a ser destinado ao Fundo Partidário no mesmo ano.

§ 2º O Tesouro Nacional depositará o valor previsto no § 1º no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 1º de maio de 2012.

§ 3º O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de cinco dias a contar da data do depósito a que se refere o § 2º, fará a distribuição dos recursos respectivos aos órgãos de direção nacional dos partidos, obedecendo aos mesmos critérios usados para a distribuição dos recursos do Fundo Partidário.

§ 4º Os partidos coligados repassarão a totalidade dos recursos recebidos em função deste artigo à coligação de que fazem parte.

§ 5º É vedado aos partidos, coligações e candidatos receber, direta ou indiretamente, recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, além dos previstos neste artigo, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, para o financiamento das campanhas eleitorais para Parlamentar do Mercosul.

§ 6º O partido ou coligação que infringir o disposto neste artigo estará sujeito à cassação do registro da totalidade da lista de candidatos ou dos diplomas de todos os candidatos eleitos, se estes já tiverem sido expedidos.

Art. 12. As normas para formação de coligações, para escolha e substituição dos candidatos e para o ordenamento das Listas de Candidatos a Represen-

tantes Federais serão estabelecidas por cada Partido ou Coligação, observadas as disposições legais.

§ 1º Em caso de omissão do estatuto, caberá ao órgão de decisão nacional do Partido estabelecer as normas a que se refere este artigo, publicando-as no Diário Oficial da União até cento e oitenta dias antes das eleições.

§ 2º Os candidatos a Representantes Federais e Estaduais para o Parlamento do Mercosul serão escolhidos em convenção estadual.

§ 3º As listas dos candidatos para Parlamentar do Mercosul só serão registradas por partidos políticos que até um ano antes do pleito tenham registrado definitivamente seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, ou por coligações cujos os partidos integrantes atendam o mesmo requisito, e tenham, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circuns-

crição, de acordo com o respectivo estatuto, conforme o disposto em lei.

Art. 13. No que não colidir com as determinações desta Lei, aplicam-se às eleições para Representantes Federais ao Parlamento do Mercosul as normas destinadas a regulamentar as eleições para Deputado Federal.

Art. 14. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, até 30 de março de 2012, resolução para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 15. É parte integrante dessa Lei o Anexo referente à “Composição da Lista de Candidatos por Partido ou Coligação proporcionalmente ao número de lugares que os Estados e o Distrito Federal ocupam atualmente na Câmara dos Deputados”.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS POR PARTIDO OU COLIGAÇÃO PROPORCIONALMENTE AO NÚMERO DE LUGARES QUE OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL OCUPAM ATUALMENTE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS			
Estados e Distrito Federal	Representação na Câmara dos Deputados	Nº de Representantes Federais	Nº de Candidatos a Representantes Federais
Rondônia	08	1,0	2,0
Acre	08	1,0	2,0
Amazonas	08	1,0	2,0
Roraima	08	1,0	2,0
Pará	17	2,0	4,0
Amapá	08	1,0	2,0
Tocantins	08	1,0	2,0
Maranhão	18	2,0	4,0
Piauí	10	1,0	2,0
Ceará	22	2,0	4,0
Rio Grande do Norte	08	1,0	2,0
Paraíba	12	1,0	2,0
Pernambuco	25	2,0	4,0
Alagoas	09	1,0	2,0
Sergipe	08	1,0	2,0
Bahia	39	3,0	6,0
Minas Gerais	53	5,0	10,0
Espírito Santo	10	1,0	2,0
Rio de Janeiro	46	4,0	8,0
São Paulo	70	6,0	12,0
Paraná	30	2,0	4,0
Santa Catarina	16	1,0	2,0
Rio Grande do Sul	31	2,0	4,0
Mato Grosso do Sul	08	1,0	2,0
Mato Grosso	08	1,0	2,0
Goiás	17	2,0	4,0
Distrito Federal	08	1,0	2,0
	513	48	96

Justificação

Em 2003, os Presidentes da Argentina, Uruguai, Paraguai, e do Brasil decidiram constituir um Parlamento para o Mercosul.

Em 2005, esses mesmos Presidentes e seus Ministros de relações exteriores assinaram em 08 de dezembro do mesmo ano, em Montevidéu, o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul,.

O Congresso Nacional de nosso País aprovou o texto do Protocolo praticamente um ano após, em 23 de novembro de 2006, e, em 14 de dezembro do mesmo ano, em ato solene do nosso Congresso Nacional, em Brasília, foi instalado o Parlamento do Mercosul.

A necessidade de uma identidade política dos cidadãos e cidadãs que vivem na Argentina, Uruguai, Paraguai e no Brasil é vital para a existência desse Bloco de países e para a sua integração econômica, política e social.

Essa identidade, como bem expressou o Deputado Dr. Rosinha “será construída de uma maneira gradativa, principalmente a partir do momento que começar a existir eleição direta e universal dos e das parlamentares do Mercosul”.

Nesse sentido, o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul estabeleceu em seu primeiro artigo que será “integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, conforme a legislação interna de cada Estado Parte e as disposições do presente Protocolo”.

Digno de louvor tem sido o empenho de todos os parlamentares – Deputados e Senadores – em especial o Deputado Dr. Rosinha e o ex-Senador e hoje Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, para concluir a primeira etapa de transição com a realização de eleições diretas para o Parlamento do Mercosul, conforme dispõe o Protocolo na sua Terceira Disposição Transitória.

Como o encerramento da primeira etapa deveria ocorrer em 31 de dezembro de 2010, o nosso País perdeu, nas últimas eleições gerais, a oportunidade de eleger seus representantes para o Parlasul pelo sufrágio direto universal e secreto.

O processo de construção de uma representação proporcional dos quatro países no Parlamento do Mercosul avançou com o Acordo aprovado pelo Conselho do Mercado Comum que atribuiu ao nosso país a possibilidade de eleger pelo voto direto 75 Representantes, a Argentina 43 e o Uruguai e Paraguai 18 Parlamentares cada um. Atualmente os 18 Parlamentares do Paraguai já foram eleitos pelo voto direto e secreto.

Surge agora outra oportunidade de realizarmos eleições diretas para eleger nossos Representantes conjuntamente com as eleições municipais a serem realizadas em 7 de outubro de 2012.

Essa nova oportunidade, para ser concretizada, vai exigir do nosso Congresso Nacional o empenho para aprovar Lei regulamentando essas eleições em tempo hábil para que a Presidente da República possa sancioná-la até o início de outubro do corrente ano, 2011, para atender anterioridade de um ano exigida pela Constituição.

O texto que ora apresentamos foi inspirado no excelente projeto do Deputado Carlos Zarattini, que já tem a sua urgência aprovada pela Câmara dos Deputados.

É importante que o Senado Federal dê também a sua contribuição a fim de que possamos melhor ter uma composição da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul de modo que nenhuma Unidade da Federação esteja dele ausente.

Para que nenhum Estado e o Distrito Federal fiquem sem representantes, estabelecemos no nosso Projeto que vinte e sete vagas, das setenta e cinco que temos no Parlasul, devem ser preenchidas por candidatos a serem eleitos um por cada Unidade da Federação pelo voto majoritário. São aqueles que nosso Projeto designa como Representantes Estaduais.

Os demais quarenta e oito parlamentares serão eleitos pelo sistema proporcional, através de Listas preordenadas, em que o eleitor digita somente o número do Partido ou Coligação.

É uma inovação – o voto em lista fechada – que possibilita o financiamento público dessas eleições. Aliás, com a aprovação do Projeto será feita a primeira experiência de voto em lista no País, após a redemocratização do País que pôs fim a ditadura militar.

Vale ressaltar que a presença do Brasil no Parlamento do Mercosul contribuirá não só para consolidar a ordem democrática na Região, mas também vai impulsionar fortemente o seu desenvolvimento econômico. Temos certeza que o Parlasul será um instrumento precioso de integração dos quatro países do Bloco e um exemplo para toda América Latina.

O Projeto que ora apresentamos tem exatamente esse objetivo e nossa expectativa é que os Ilustres Pares do Senado examinem o texto que ora apresentamos e façam a sua valiosa contribuição com emendas e sugestões que julgarem pertinentes. – Senador **Lindbergh Farias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 6.105, DE 30 DE ABRIL DE 2007

Artigo 6 Eleição

1. Os Parlamentares serão eleitos pelos cidadãos dos respectivos Estados Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto.

2. O mecanismo de eleição dos Parlamentares e seus suplentes reger-se-á pelo previsto na legislação

de cada Estado Parte, e que procurará assegurar uma adequada representação por gênero, etnias e regiões conforme as realidades de cada Estado.

3. Os Parlamentares serão eleitos conjuntamente com seus suplentes, que os substituirão, de acordo com a legislação eleitoral do Estado Parte respectivo, nos casos de ausência definitiva ou transitória. Os suplentes serão eleitos na mesma data e forma que os Parlamentares titulares, para idênticos períodos.

4. Por proposta do Parlamento, o Conselho do Mercado Comum estabelecerá o “Dia do MERCOSUL Cidadão”, para a eleição dos parlamentares, de forma simultânea em todos os Estados Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos.

Artigo 10 Mandato

Os Parlamentares terão um mandato comum de quatro (4) anos, contados a partir da data de assunção no cargo, e poderão ser reeleitos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas.

Art. 2º Nenhum dos Estados membros da Federação terá menos de oito deputados federais.

Parágrafo único. Cada Território Federal será representado por quatro deputados federais.

Art. 3º O Estado mais populoso será representado por setenta deputados federais.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 127, DE 2011**

Altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art.1º.....

§1º Os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão compostos por contadores e, no mínimo, por um representante dos técnicos em contabilidade, que deverá ser eleito no pleito para renovação de 2/3 (dois terços) do Plenário.

§2º Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade terão assento no Plenário, na qualidade de membros honorários vitalícios, com direito somente a voz nas sessões.”

(NR)

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se a presente proposição de alteração do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre a eleição dos membros dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e dá outras providências, no que se refere, em síntese, à representatividade de Contadores e Técnicos em Contabilidade no Plenário do CFC, bem como à participação dos ex-presidentes do CFC no Plenário, com direito à voz.

O presente projeto de lei se assenta no princípio da necessidade da adaptação do Conselho Federal de Contabilidade às necessidades atuais para atender aos contabilistas e às organizações contábeis, bem como à sociedade de um modo geral.

É nesse contexto que se insere validamente a atuação institucional do CFC na defesa das prerrogativas profissionais, resguardando o regular exercício da profissão contábil e zelando pela qualidade dos profissionais e dos serviços prestados ou postos à disposição da sociedade.

Como bem se nota, as características de que se revestem os profissionais da contabilidade demonstram claramente que a sociedade alçou determinadas categorias profissionais a um patamar de relevante interesse público devido à função social que desempenham no seio da sociedade.

É nessa mesma linha que a Lei nº 12.249/2010 fixou o prazo de 5 (cinco) anos para que as Escolas e os concluintes do curso Técnico em Contabilidade possam se adaptar às novas diretrizes da profissão contábil do país. O Conselho, por meio do seu Plenário, também precisa se adequar a essa nova realidade.

Além disso, considerado-se os dados estatísticos dos últimos 5 anos, nota-se uma queda considerável no número de registro de Técnicos em Contabilidade.

Tal fato demonstra que o número de Técnicos em Contabilidade que procura a formação e o registro em Conselho Regional de Contabilidade tem diminuindo de forma considerável.

E é nesse contexto, cada vez mais acentuado, que o Plenário dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade também será afetado, principalmente, quanto à representatividade dos Técnicos em Contabilidade na formação do colegiado.

Considerando a queda no número de registros de Técnicos, bem como o prazo estabelecido na Lei nº 12.249/2010, é fato que, em um curto intervalo de tempo, o percentual relativo à representatividade dos Técnicos em Contabilidade no Plenário dos Conselhos de Contabilidade deverá ser cada vez menor, razão pela qual a referida proposta de alteração deverá ser acatada.

A contabilidade representa hoje uma realidade diferente da contabilidade de 50 anos atrás.

Pelo exposto, inexiste dúvida quanto à pertinência da proposta de alteração do Decreto-Lei nº 1.040/69 em benefício dos Conselhos, da classe contábil e de toda a sociedade.

Convencido de que a proposição significa um avanço na gestão desse órgão fiscalizador, refletindo em benefício da sociedade, tenho certeza de que ela contará com o voto unânime dos meus distintos Pares para a sua aprovação. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI

Nº 1.040, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Texto compilado

Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

~~Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade se comporá de até 15 (quinze) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela forma estabelecida neste Decreto-lei.~~

Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade – CFC será constituído por 1 (um) representante efetivo de cada Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e respectivo suplente, eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos, com renovação a cada biênio, alternadamente, por 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços). (Redação dada pela Lei nº 11.160, de 2005)

Parágrafo único. A composição dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade obedecerá à seguinte proporção:

- a) 2/3 (dois terços) de contadores;
- b) 1/3 (um terço) de técnicos de contabilidade.

Art. 2º Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral que terá a seguinte constituição:

a) um representante para cada Conselho Regional de Contabilidade, por este eleito em reunião especialmente convocada.

b) um representante, sindicalizado, da entidade sindical dos contabilistas sediada nas jurisdição do Conselho Regional de Contabilidade respectiva.

§ 1º Na eleição de representante de que trata a alínea "b" serão observadas as seguintes normas:

a) na hipótese da existência de uma única entidade sindical, mediante eleição em assembléia geral extraordinária convocada com essa finalidade;

b) na hipótese da existência de mais de uma entidade sindical, mediante eleição pelos delegados – eletores de todas as entidades.

§ 2º O colégio eleitoral convocado para a composição do Conselho Federal se reunirá preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

§ 3º No pleito a ser realizado em 1969, serão eleitos:

a) 1/3 (um terço) com mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1970, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31 de dezembro de 1969;

b) 1/3 (um terço) com mandato de 3 (três) anos, a iniciar-se em 1971, em 1º de janeiro de 1971, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31.12.1970.

§ 4º O terço a ser renovado em 1971 terá mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1972, em

substituição aos terço cujos mandatos enceram a 31.12.1971.

Art. 2º Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral composto de um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade por este eleito em reunião especialmente convocada. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

§ 1º O colégio eleitoral convocado para a composição do Conselho Federal reunir-se-á preliminarmente, para exame, discussão aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

§ 2º O terço a ser renovado em 1971 terá mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1º de janeiro de 1972, em substituição ao terço cujos mandatos se encerram a 31 de dezembro de 1971. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

§ 3º Competirá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social baixar as instruções reguladoras das eleições nos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade cabendo-lhe julgar os recursos interpostos contra eventuais irregularidades cometidas no decorrer do pleito. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

Art. 3º Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais terão mandato de 2 (dois) anos e serão eleitos dentre seus respectivos membros contadores, admitida uma única reeleição consecutiva, não podendo o período presidencial ultrapassar o término do mandato como conselheiro.

Art. 4º Os membros dos Conselhos Regionais da Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos da seguinte forma:

a) 2/3 (dois terços) do total dos membros pelo sistema de eleição direta, sendo o voto pessoal, secreto e obrigatório;

b) 1/3 (um terço) do total dos membros, eleitos pelas entidades sindicais sediadas na jurisdição do respectivo Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º Ao eleitor que deixar de votar na eleição direta sem causa justificada será aplicada pena de multa em importância correspondente ao valor da anuidade devida ao Conselho Regional de Contabilidade.

§ 2º A eleição de que trata a alínea "b" deste artigo obedecerá o disposto no § 1º, alíneas "a" e "b" do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 4º Os membros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e os respectivos suplentes serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto pessoal, secreto e obrigatório, aplicando-se pena de multa em importância correspondente a até o valor da anuidade,

ao contabilista que deixar de votar sem causa justificada. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

Art. 5º As eleições para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais serão realizadas no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos.

Art. 6º O mandato dos membros e respectivos suplentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade será de 4 (quatro) anos, renovando-se a sua composição de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).

§ 1º No pleito para os Conselhos Regionais, a ser realizado em 1969, serão eleitos, pelo sistema estabelecido na alínea "a" do artigo 4º:

a) 1/3 (um terço) com mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1.1.1970, em substituição ao terço cujos mandatos se encerraram a 31 de dezembro de 1969.

b) 1/3 (um terço) com mandato de 3 (três) anos, a iniciar-se em 1º de janeiro de 1971, em substituição ao terço cujos mandatos se encerraram a 31.12.1970.

§ 2º O terço a ser renovado, nos Conselhos Regionais, em 1971, pelo sistema estabelecido na alínea "b" do artigo 4º, terá mandato de 4 (quatro) anos, a iniciar-se em 1º de janeiro de 1972, em substituição ao terço cujos mandatos se encerraram a 31-12-1971.

Art. 7º O exercício do mandato do membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados, além das exigências constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

a) cidadania brasileira;

b) habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

c) pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

d) inexistência da condenação por crime contra o fisco ou contra a segurança nacional.

Art. 6º O mandato dos membros e respectivos suplentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade será de 4 (quatro) anos, renovando-se a sua composição de 2 (dois) em 2 (dois) anos alternadamente, Por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços). (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

Art. 7º O exercício do mandato do membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados, alem das exigências constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas: (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

a) cidadania brasileira; (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

b) habilitação profissional na forma da legislação em vigor; (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

c) pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos; (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

d) Inexistência de condenação por crime contra o fisco ou contra a segurança nacional. (Redação dada pela Lei nº 5.730, de 1971)

Parágrafo único. A receita dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade só poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis a fiscalização do exercício profissional, bem como em serviços de caráter assistencial, quando solicitados pelas Entidades Sindicais, cabendo ao Ministro do Trabalho e Previdência Social autorizar a compra e venda de bens imóveis. (Incluído pela Lei nº 5.730, de 1971)

Art. 8º Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade se aplicará o regime jurídico da *Consolidação das Leis do Trabalho*.

Art. 9º As eleições do corrente ano para os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão realizadas, nos termos deste Decreto-lei, até os dias 30 de novembro e 20 de dezembro, respectivamente, ficando sem efeito as eleições realizadas nos termos do Decreto-lei nº 877, de 16 de setembro de 1969.

Art. 10. O Conselho Federal de Contabilidade, com a participação de todos os Conselhos Regionais, promoverá a elaboração e aprovação do Código de Ética Profissional dos Contabilistas.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Contabilidade funcionará como tribunal superior de ética profissional.

Art. 11. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto-lei nº 877, de 16 de setembro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República. – **Augusto Hamann Rademaker Grünewald – Aurélio de Lyra Tavares – Márcio de Souza e Mello – Jarbas G. Passarinho.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 21.10.1969 e retificado no **DOU** de 11.11.1969

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, DE 2011

Acrescenta o § 8º ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a ausência do Senador em razão de falecimento de familiares.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do § 8º, com a seguinte redação:

“Art. 43.

§ 8º Será considerada licença autorizada a ausência do Senador por dois dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Justificação

O objetivo deste projeto de resolução é alterar o Regimento do Senado Federal para estender aos Senhores Senadores e Senadoras o disposto no art. 473, inciso I, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 que aprova a *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), que concede ao empregado o direito de *deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica*.

Não pretendemos aplicar aos Senadores o afastamento que a mesma CLT, mediante o art. 320, § 3º, prevê para os professores ao estabelecer que da sua remuneração não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

Também evitamos adotar o que se aplica ao servidor público do âmbito da União de poder se afastar do serviço, por oito dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, conforme estabelece, em seu art. 97, inciso III, alínea b, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

É importante ressaltar que o Senador é um de agente político, detentor de mandato eletivo e, portanto, agente público diferenciado que não se confunde com o agente administrativo, que é o servidor público, em sentido estrito, investido no cargo na forma prevista no inciso II do art. 37 da Constituição Federal – aprovado em concurso público ou nomeado para cargo em comissão de livre nomeação –, e, ainda, os amparados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Não obstante, submete-se também o Senador ao princípio republicano da igualdade, haja vista as autoridades só deverem se diferenciar dos demais servidores naquilo que lhe for indispensável para o pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais, tais como, por exemplo, a imunidade parlamentar, de que dispõe o art. 53 da Lei Maior, ou as garantias para o exercício da magistratura, fixadas mediante o seu art. 95.

Ademais, dentre os princípios que regem a Administração Pública, expressamente mencionados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, destacamos o da legalidade que submete a atuação do Poder Público ao estrito limite da lei. Assim, há necessidade de que a norma legal que ampara o agente público do âmbito federal e, em geral, qualquer trabalhador, em caso de falecimento de familiares, seja também estendida também ao Senador ou Senadora, tornando, nesse caso, a sua ausência nos trabalhos do Senado Federal fundamentada em legislação amplamente aplicada.

Também acolhe o nosso projeto os princípios da moralidade e o da publicidade, ao submeter a ausência do Senador ou Senadora à regra legal e não a práticas administrativas adaptáveis a cada caso que podem desbordar em privilégios ou em atos que não se submetem à fiscalização da sociedade por falta de publicidade.

Finalmente, é importante ressaltar que o impacto emocional decorrente do falecimento de pessoa vinculada por laços familiares é um traço comum a todos os povos, sendo o luto o sentimento humano comum a todos nós que dispensa justificação pela razão, sendo bastante o sentir.

Não temos dúvida que a nossa proposição contará com o apoio de nossos Pares, em razão de seu iniludível objetivo de ir ao encontro do princípio da igualdade, que é basilar da República brasileira, e dos princípios da Administração Pública, em especial, o da legalidade e o da moralidade. – Senadora **Ana Amélia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Capítulo VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas

ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

.....
Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III – irreduzibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

III – irreduzibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III – dedicar-se à atividade político-partidária.

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....

Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

§ 1º – O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º – O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do “caput” deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

§ 3º – O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

.....
Art. 320 – A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1º – O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

§ 2º – Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importância correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3º – Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

.....
Art. 473 – O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-lei nº 757, de 12.8.1969)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14.7.1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27.10.1999)

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006)

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo VI DAS CONCESSÕES

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;
- III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de :
 - a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Texto editado em conformidade com a Resolução no 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2010.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 43. Para os efeitos do disposto no art. 55, III, da Constituição, o Senador poderá:

I – quando, por motivo de doença, se encontre impossibilitado de comparecer às sessões do Senado, requerer licença, instruída com laudo de inspeção de saúde (Const., art. 56, II);

II – solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa (Const., art. 56, II).

§ 1º (Revogado.)

§ 2º (Revogado.)

§ 3º É permitido ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, salvo se, em virtude dela, haja sido convocado Suplente, quando a desistência somente poderá ocorrer uma vez decorrido prazo superior a cento e vinte dias.

§ 4º A licença à gestante, a licença ao adotante e a licença-paternidade, todas remuneradas, equivalem à licença por motivo de saúde de que trata o art. 56, II, da Constituição Federal.

§ 5º Será concedida à Senadora gestante licença de cento e vinte dias, nos termos dos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, ambos da Constituição Federal.

§ 6º A licença à adotante, concedida à Senadora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, será:

I – de cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;

II – de sessenta dias, se a criança tiver mais de um ano de idade;

III – de trinta dias, se a criança tiver mais de quatro anos e até oito anos de idade.

§ 7º Será concedida licença-paternidade ou licença ao adotante de cinco dias ao Senador, respectivamente, pelo nascimento ou adoção de filho, nos termos dos arts. 7º, XIX, e 39, § 3º, e 10, § 1º, este último constante do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos da Constituição Federal. (NR)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 11, de 2011**, que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 58, de 2011** (nº 83/2011, na origem), da Senhora Presidente

da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

É a seguinte a mensagem:

MENSAGEM Nº 58, DE 2011 (nº 83/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Os méritos do Senhor José Viegas Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de março de 2011.



EM N°0087/DP/DSE/SGEX/AFEPAG-MRE/APES

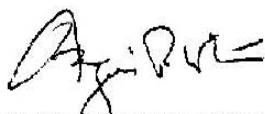
Brasília, 21 de março de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ VIEGAS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ VIEGAS FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VIEGAS FILHO**

CPF.: 075.059.904-97

ID.: 1297 MRE

1942 Filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas, nasce em 14 de outubro, em Campo Grande/MS
1964 CPCD - IRBr
1966 Terceiro Secretário em 15 de fevereiro
1966 Departamento de Assuntos Jurídicos, assistente do chefe
1966 Divisão de Produtos de Base, assistente
1969 Segundo Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
1969 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
1973 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário
1975 Primeiro Secretário, por merecimento, em 1º de setembro
1978 Departamento Econômico, assistente do chefe
1979 Conselheiro, por merecimento, em 21 de junho
1979 Secretaria de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral (SEB), Secretário substituto
1981 Missões bilaterais de Planejamento Político: França, Canadá, Angola, Moçambique, Chefe de delegações
1982 CAE - IRBr, A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África.
1982 Instituto Rio Branco, Professor da cadeira de Política Externa Brasileira contemporânea, Professor
1982 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro
1984 Embaixada em Roma, encarregado de negócios em missão especial
1985 Embaixada em Paris, Ministro Conselheiro
1986 Embaixada em Havana, Ministro Conselheiro
1987 XIII Assembleia do Grupo Executivo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Havana, Chefe de delegação
1991 Departamento de Organismos Internacionais, Chefe
1991 Planejamento Político, Chefe da equipe
1991 Missões Bilaterais de Planejamento Político: EUA, Canadá, México, Argentina, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Suécia, Itália, Espanha, Egito, Índia, China e Japão, Chefe de delegações
1992 Reforma do Tratado de Tlatelolco, Chefe de equipe de negociação do Brasil

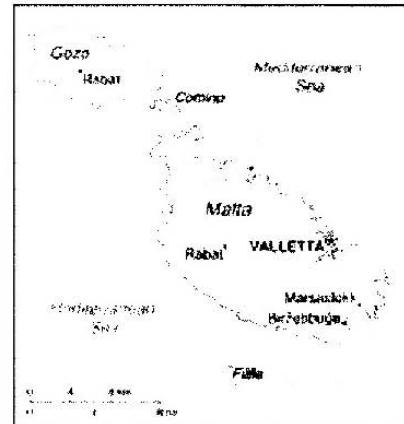
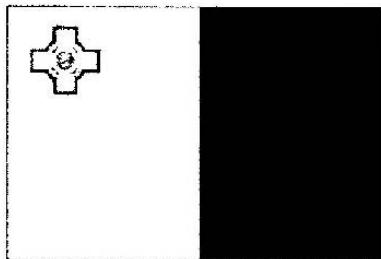
- 1992 Reunião Regional da FAO, Montevidéu, Chefe de delegação
- 1992 Ministro de Primeira Classe, menecimento, 25 de junho
- 1993 Reunião Ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, Cairo, Chefe de delegação
- 1994 Reuniões de Planejamento Político com as Forças Armadas brasileiras: Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, Chefe de delegação
- 1994 Missão de preparação da adesão do Brasil ao MTCR: Londres, Paris, Bonn, Berna, Estocolmo, Moscou, Tóquio e Washington, Chefe de delegação
- 1995 Embaixada em Copenhague, Embaixador
- 1995 Seminário sobre medidas de confiança na América do Sul, New Port, RI, Chefe de delegação
- 1996 Conferência de Revisão da Convenção sobre Armas Convencionais (minas terrestres), Viena e Genebra, Chefe de delegação
- 1998 Conferência de proscrição das minas anti-pessoal, Bruxelas, Oslo, Ottawa, chefe de delegação
- 1998 Comitê Intergovernamental de Seguimento e Coordenação do Programa de Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CISC), Havana, Chefe de delegação
- 1998 Embaixada em Lima, Embaixador
- 2001 Embaixada em Moscou, Embaixador
- 2003 Ministério da Defesa, Ministro de Estado
- 2005 Embaixada em Madri, Embaixador
- 2005 Reunião Presidencial da União Africana - chefe da delegação - Sirte, Líbia
- 2007 3ª Conferência Internacional da Comunidade das Democracias - chefe da delegação - Bamako, Mali
- 2008 Grupo de Peritos Governamentais sobre um Tratado para Transferências de Armas Convencionais - perito brasileiro - Nações Unidas, Nova York
- 2009 Embaixada em Roma, Embaixador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

República de Malta

Fevereiro de 2011



OSTENSIVO

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS
PERFIL DO PAÍS
POLÍTICA INTERNA
POLÍTICA EXTERNA
ECONOMIA
RELAÇÕES BRASIL-MALTA
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS
ATOS BILATERAIS
CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valletta (6.315 habitantes, est. 2005)
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	411 mil habitantes (Banco Mundial, 2008)
IDIOMAS:	Maltês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Abela (desde abril/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Lawrence Gonzi (desde março/2004)
CHANCELER:	Ministro Tonio Borg (desde março/2008)
PIB:	Nominal: US\$ 7,45 bilhões (Banco Mundial, 2007) PPP: 9,44 bilhões (Banco Mundial, 2008)
PIB PER CAPITA:	Nominal: US\$ 18.126 (Banco Mundial, 2008) PPP: US\$ 22.968 (Banco Mundial, 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (EUR)
EMBAIXADOR DE MALTA NO BRASIL:	Albert Borg Olivier de Puget (residente em Washington), desde maio/2007

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL => MALTA (em US\$ mil)

Brasil-Malta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	43.766	64.164	43.968	44.616	61.296	60.268	38.572	75.283
Exportação	17.932	48.479	25.868	14.459	27.409	16.163	15.467	30.145
Importação	25.834	15.685	18.100	30.157	33.887	44.105	23.104	45.138
Saldo	-7.902	32.794	7.768	-15.698	-6.478	-27.942	-7.636	-14.992

PERFIL DO PAÍS

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 km da costa norte da África, o país é um arquipélago, das quais as três principais ilhas são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes em uma área de pouco mais de 300 km².

Malta é conhecida por seus patrimônios da humanidade, principalmente pelos Templos Megalíticos, as estruturas de pedra mais antigas construídas pelo homem e ainda de pé. De acordo com os Atos dos Apóstolos, São Paulo naufragou na costa da ilha, que também é considerada uma localização hipotética para a ilha mítica perdida de Atlântida.

Através dos tempos, a localização de Malta no Mar Mediterrâneo deu ao país uma importância estratégica. Consequentemente, uma série de potências, incluindo os fenícios, romanos, sicilianos, Cavaleiros de São João, franceses e britânicos, dominou as ilhas. Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, as forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974, permanecendo, no entanto, como parte da "Commonwealth". Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país aderiu ao Acordo Schengen em dezembro de 2007.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2008, com maioria do Partido Nacionalista (PN) de Lawrence Gonzi, que obteve apenas um assento a mais que o Partido Trabalhista de Malta (MLP). As próximas eleições gerais acontecerão no máximo em julho de 2013.

De 1971 a 1987, o MLP, partido de esquerda de tendência intervencionista, governou o país. A década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação se normalizou no começo dos anos 90. A ascensão ao poder do Partido Nacionalista, partido de centro-direita que, desde 1987, está no poder (com a exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou a uma gradual diminuição do papel do Estado na economia.

O assunto que dominou a política maltesa por mais de uma década foi resolvido no início de 2003, quando o país votou a favor do ingresso na União Europeia. A decisão foi referendada pouco depois, quando o PN, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o MLP, anti-adesão. O status de membro da União Europeia foi recebido em maio de 2004. Um ano depois, o país aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (ERM-2), estabelecendo paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janciro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos (PN e MLP), ambos com níveis de apoio aproximadamente iguais na sociedade. As diferenças de visão entre os dois partidos são significativas, e a maior parte do eleitorado tradicionalmente está ligada a um ou ao outro. Com exceção da questão da UE, as posições dos partidos têm se aproximado desde meados da década de 1990.

POLÍTICA EXTERNA

A neutralidade militar faz parte da constituição de Malta. O MLP é historicamente um forte defensor da neutralidade e foi responsável pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados. Além disso, Malta tem um acordo de defesa bilateral com a Itália para a garantia de sua neutralidade. Após a vitória do MLP em eleições em 1996, o governo deixou de participar do programa de Parceria pela Paz financiado pela OTAN. Em 2009, Malta segue como o único país europeu não participante. As forças armadas de Malta contam com aproximadamente 1.500 militares, que representam 3% do emprego no setor público.

Os ajustes econômicos decorrentes da adesão à União Europeia ainda estão em andamento, uma vez que o efeito da remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital com os países da UE ainda se faz sentir. Fora do campo econômico, uma das consequências da adesão ao Espaço Schengen tem sido o acirramento de problemas de imigração. Com a proximidade da costa africana, Malta tem sido utilizada como entreposto de imigração ilegal para a Europa continental.

A cena da política internacional de Malta tem sido dominada por essa questão, tendo destaque um episódio, em 2008, em que o país e a Itália discordaram sobre qual país teria responsabilidade no auxílio a imigrantes ilegais africanos que haviam sido resgatados no território marítimo entre a Sicília e Malta. Ambos os países sofrem pressão da UE para diminuir o número crescente de imigrantes ilegais; Itália e Malta aceitam dois terços dos imigrantes que procuram por proteção, o triplo da média europeia.

O PM Gonzi alega, junto ao bloco europeu, que o custo financeiro e social que Malta tem pago pelo aumento na imigração é desproporcional com relação ao tamanho e população do país. Após o fim de sua recente disputa, Malta e Itália

acordaram levar a questão mais uma vez à Comissão Europeia, com o objetivo de obter um acordo de compensações por esse efeito migratório junto aos outros Estados-membros. Um novo acordo de imigração foi adotado pela UE em outubro último, permitindo a rápida realocação de pessoas que ganham proteção internacional e a rápida repatriação de imigrantes que não se qualifiquem, mas o documento é apenas um quadro voluntário, não vinculante.

As eleições ao Parlamento europeu, em junho último, também despertaram atenção, acarretando discussões domésticas sobre a questão da criação de empregos. Malta tem atualmente cinco assentos num Parlamento de 785; na última eleição, dois assentos foram ocupados pelo PN e três, pelo MLP.

ECONOMIA

Apesar da falta de recursos naturais locais e de um mercado doméstico de pouco mais de 400 mil pessoas, a economia maltesa tem sofrido transformações desde a independência, quando o foco principal era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. No período pós-independência, priorizou-se a mudança da construção naval militar para a comercial, bem como o fomento do turismo e de indústrias têxteis, aproveitando-se a mão-de-obra barata e flexível do país.

No entanto, assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e agora responde por pouco mais de 16% do PIB, valor excessivamente baixo, mesmo para padrões ocidentais. Partes desse setor têm sido reestruturadas, com a diminuição da atividade de indústrias intensivas em mão-de-obra, como os setores têxtil e calçadista, e o aumento de atividades mais intensivas em capital, como os setores eletrônico e farmacêutico. Algumas das indústrias intensivas em mão-de-obra, como o processamento de alimentos e o setor de móveis, têm sido expostos a uma dura competição estrangeira, em decorrência queda de barreiras tarifárias trazida pela adesão à UE.

O setor de serviços continua sendo o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. Embora a indústria do turismo seja a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Em 2006, Malta teve uma expansão significativa na indústria de apostas *online*, voltada inteiramente para mercados estrangeiros. O setor de construção também teve um “boom” recente.

No que tange aos serviços financeiros (ver **Relações com o Brasil**), Malta criou, em 2002, a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA), que se tornou o órgão responsável pela aprovação de aplicações para o registro de todas as

companhias no país. Em 2000, Malta firmou acordo com a OCDE, por meio do qual foi oficialmente removida da lista da organização de paraísos fiscais, em troca do estabelecimento de um escritório de combate à lavagem de dinheiro. Em março de 2002, o Governo maltês estabeleceu a Unidade de Análise de Inteligência Financeira, para o melhoramento da reputação de Malta como um centro de serviços financeiros.

A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) diminuem em importância há 30 anos, em decorrência da escassez de fontes comercialmente viáveis de água para irrigação e da poluição do Mar Mediterrâneo. A contribuição do setor para o PIB, em 2007, foi de apenas 2,5%.

Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial de Malta, responsável por cerca de metade dos intercâmbios comerciais. Os principais exportadores para Malta foram, em 2006, a França (15,1%), Cingapura (13%), EUA (12,8%) e Alemanha (12,3%); os principais importadores de produtos malteses foram a Itália (27,7%), o Reino Unido (10,4%), a França (8,6%) e a Alemanha (7,5%).

RELAÇÕES BRASIL-MALTA

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro. Desde 1993, o Cônsul Honorário em Valletta é o Senhor Louis Scerri Montaldo, que foi reconfirmado no cargo em 2006 por um período de mais quatro anos. Malta mantém consulados honorários no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Não há registro de visitas de caráter bilateral. Durante o Foro da Aliança de Civilizações, em Istambul, em abril de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrevistou-se com o Chanceler maltês, Tonio Borg. Os assuntos foram as duas principais reivindicações maltesas na relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos.

Na esfera financeira, Borg abordou o interesse maltês em assinar com o Brasil acordo para evitar a bi-tributação, para o qual os malteses submeteram minuta, ainda em negociação. Borg lamentou que na América Latina ainda prevaleça a percepção de que Malta é um paraíso fiscal "off-shore" (ver **Economia**) e revelou ter seu Governo a intenção de enviar o Ministro maltês das Finanças ao Brasil e a outros países da região, de modo a esclarecer a situação do país e promover a negociação de acordos bilaterais.

O tema já havia sido tratado em outro encontro, entre o Ministro Borg e o Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República, em maio de 2008, à margem da Cúpula América Latina-Caribe-União Europeia. Na ocasião, foi encaminhado à parte brasileira um “non-paper” a respeito da questão. A Secretaria da Receita Federal brasileira tem Malta em sua lista de países com tributação favorecida.

O outro assunto tratado por Borg foi uma postulação referente à isenção de vistos para cidadãos malteses que pretendam entrar no Brasil. O Ministro maltês lembrou que, em 2005, Malta aboliu unilateralmente a exigência de vistos de turismo para nacionais brasileiros, e tem solicitado reciprocidade desde então. Agregou que o fato de os malteses terem que solicitar o visto em Trípoli torna o processo ainda mais caro. O Embaixador Celso Amorim explicou-lhe que a legislação brasileira exige acordo bilateral para a isenção de vistos, que está sendo negociado. Assegurou, na ocasião, a disposição do Brasil em resolver o assunto.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora estejam talvez aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam um pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importou em 2008 principalmente circuitos integrados (38,72%), microprocessadores (30,40%) e interruptores (8,77%) e exportou açúcar (32,57%), carne bovina (15,89%) e mercadorias para embarcações (15,56%).

Os principais investimentos de Malta no Brasil ocorrem nos setores de desdobramento de madeira e abate de reses, exceto suínos. Em 2007, o volume de investimentos de Malta no Brasil totalizou US\$ 10 milhões.

ATOS BILATERAIS

Título do ato	Data da celebração	Vigência
Comunicado conjunto	21/01/1977	Em vigor

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

Séc. LII a.C.	Primeiros indícios de habitação em Malta
Séc. X a.C.	Ilha é transformada em colônia fenícia
Séc. IV. a.C.	Cartagineses ocupam a ilha
Séc. III a.C.	Romanos dominam Malta
395	Ilha é cedida ao Império Romano do Oriente
870	Malta é conquistada por muçulmanos
1090	Conde Rogério conquista a ilha e cria a nobreza de Malta
1245	Arabes são expulsos e Malta passa ao controle da Sicília
1518	Malta passa a pertencer à coroa espanhola
1530	Ilhas são cedidas à Ordem de São João de Jerusalém (Ordem de Malta)
1798	Napoleão invade e toma o país
1800	Grã-Bretanha expulsa os franceses e instalam base
1814	Malta passa a ser oficialmente parte do Império britânico
1947	País passa a ser governado autonomamente
1964	Malta se torna formalmente independente
1971	Dominic Mintoff (MLP) assume como Primeiro Ministro
1974	País adere ao regime republicano da Commonwealth
1979	Britânicos evacuam base militar
1984	Mintoff é substituído por Mifsud Bonnici (MLP)
1987	Edward Adami (PN) assume como Primeiro Ministro
1990	Malta solicita adesão à UE
1996	Alfred Sant (MLP) assume como Primeiro Ministro
1998	Edward Adami (PN) volta a ser Primeiro Ministro
2004	Malta torna-se membro da União Européia
2004	Lawrence Gonzi (PN) substitui Adami como Primeiro Ministro
2008	Malta adota o Euro como moeda

Aviso nº 128 - C. Civil.

Em 25 de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Senhora Presidente da República adotou, em 25 de março de 2011, e publicou, no dia 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 528, de 2011**, que “Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Humberto Costa	1. Marcelo Crivella
Magno Malta	2. Gleisi Hoffmann
Acir Gurgacz	3. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	4. Lídice da Mata
Inácio Arruda	5. João Pedro

Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	1. Paulo Davim
Francisco Dornelles	2. Vital do Rêgo
Eduardo Amorim	3. Ana Amélia
Sérgio Petecão	4. Eduardo Braga

Bloco (PSDB/DEM)

Alvaro Dias	1. Aloysio Nunes Ferreira
Demóstenes Torres	2. Jayme Campos

PTB

Gim Argello	1. João Vicente Claudino
-------------	--------------------------

*PPS

Itamar Franco	1.
---------------	----

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Paulo Teixeira	1. José Guimarães
Arlindo Chinaglia	2. Henrique Fontana

PMDB

Henrique Eduardo Alves	1. Teresa Surita
Mendes Ribeiro Filho	2. Almeida Lima

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Ana Arraes	1. Osmar Júnior
Jovair Arantes	2. Givaldo Carimbão

PSDB

Duarte Nogueira	1. Otávio Leite
-----------------	-----------------

PP

Nelson Meurer	1. José Otávio Germano
---------------	------------------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	1. Pauderney Avelino
-------------------------------	----------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	1. Vitor Paulo
-----------------	----------------

PDT

Giovanni Queiroz	1. André Figueiredo
------------------	---------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	1. Rubens Bueno
--------------	-----------------

*PMN

Fábio Faria	1.
-------------	----

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: 28-3-2011

-Designação Prevista da Comissão: 29-3-2011(SF)

-Instalação Prevista da Comissão: 30-3-2011

-Emendas: até 3-4-2011 (6 dias após a publicação)

-Prazo na Comissão: 28-3-2011 a 10-4-2011

(14º dia)

-Remessa do processo à CD: 10-4-2011

-Prazo na CD: de 11-4-2011 a 24-4-2011 (15º ao 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: 24-4-2011

-Prazo no SF: de 25-4-2011 a 8-5-2011 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 8-5-2011

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-5-2011 a 11-5-2011 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-5-2011 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 26-5-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 52, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 55 de 2011, (nº 76/2011, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Marcos Paulo Veríssimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, realizada em 29 de março de 2011, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre a Mensagem nº 55 de 2011, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor **MARCOS PAULO VERÍSSIMO** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 21 votos favoráveis, NENHUM contrário(s) e NEVUMA ABSTENÇÃO.

Sala da Comissão, 29 de março de 2011.

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

DELcíDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar PMDB/PP/ PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO REGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP) <i>Deuvaldo</i>
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-VAGO

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

PSOL

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

Atualizada em 23/3/2011

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 55, de 2011 (Mensagem nº 76, de 18 de março de 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor MARCOS PAULO VERRISSIMO, para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A referida mensagem foi encaminhada pelo Aviso nº 112 da Casa Civil, assinado por Sua Excelência o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, e protocolizado nesta Casa Legislativa em 23 de março do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Por sua vez, o citado art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, em especial: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do CADE; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; d) adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e e) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do CADE.

Acompanha a mensagem *curriculum-vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com esse documento, o candidato nasceu em 17 de dezembro de 1974, filho de João Veríssimo Neto e Rosa Maria Pecora Veríssimo. É Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1997), Mestre (2002) e Doutor em Direito (2006) pela mesma instituição e foi pesquisador visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Yale, Estados Unidos da América (2005).

É Professor Doutor da Universidade de São Paulo, em regime de dedicação parcial, vinculado ao Departamento de Direito do Estado, condição que ostenta a partir de 2010, com dedicação para as disciplinas de Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Liberdades Públicas e Sistemas Políticos e Eleitorais. É também orientador dos cursos de mestrado e doutorado da referida instituição.

O Senhor Marcos Paulo Veríssimo é, a partir de 2009 e até o presente, Chefe de Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O candidato foi professor e pesquisador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2002 a 2009), onde coordenou o Curso de Especialização em Direito Empresarial e o Curso de Especialização em Direito Econômico Concorrencial oferecido ao CADE entre 2007 e 2008.

Foi, também, advogado-sócio do escritório de advogados Kram Baumöhl e Veríssimo Advogados (2003 a 2007), advogado-associado do escritório de advogados Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados (1999 a 2003). No período de 2004 a 2007, foi, ainda, membro da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB.

Publicou diversos artigos completos em obras coletivas e em revistas científicas, com destaque para os temas de defesa do consumidor, processo coletivo, regulação tarifária do setor de telecomunicações, lei de

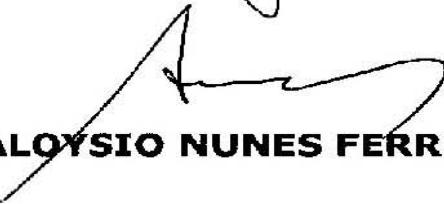
ação civil pública, controle judicial das agências reguladoras, ativismo judicial, comércio eletrônico, arbitragem e ações coletivas.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 29 de março de 2011.



, Presidente



Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

PARECER Nº 53, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 56 de 2011, (nº 77/2011, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Elvino de Carvalho Mendonça para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, realizada em 29 de março de 2011, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Vanessa Grazziotin (Relatora *Ad Hoc*) sobre a Mensagem nº 56 de 2011, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor **ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 21 votos favoráveis, NENHUM contrário(s) e NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala da Comissão, 29 de março de 2011.

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

SEN. VANESSA GRAZZIOTIN - RELATORA *AD HOC*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Comissão de Assuntos Econômicos
nº 53, de 2011

Bloco Parlamentar PMDB/PP/ PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO REGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP) <i>Levece</i>
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMAR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-VAGO
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB) <i>Alvaro</i>
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Atualizada em 23/3/2011

RELATORA: Senadora LÍDICE DA MATA

RELATORA "AD HOC": Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 56, de 2011 (Mensagem nº 77, de 18 de março de 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A referida mensagem foi encaminhada pelo Aviso nº 113 da Casa Civil, assinado por Sua Excelência o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, e protocolizado nesta Casa Legislativa em 25 de março do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares dos cargos que a lei determinar. Por sua vez, o citado art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos Conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, em especial: a) emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do CADE; b) proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores; c) submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções; d) adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento; e e) desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do CADE.

Acompanha a mensagem *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com esse documento, o candidato nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de junho de 1969, filho de Elvino Neves da Silva Mendonça e Maria Zulmira Borges de Carvalho Mendonça. É graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro desde 1994, Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense desde 1999 e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília – UNB, desde 2003.

O candidato é, desde 2010, Professor Adjunto do Departamento de Economia do Grupo IBMEC, onde leciona laboratório em economia aplicada e teoria microeconômica.

O candidato é, desde 2003, analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e, desde 2006, Assessor Técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, onde elabora pareceres técnicos de atos de concentração econômica.

O candidato foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Brasília – UCB, entre 2000 e 2004, e professor substituto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, entre 1997 e 1999. Nessas instituições, lecionou teoria microeconômica, teoria macroeconômica, economia política, introdução à economia e organização industrial.

O candidato publicou diversos artigos em periódicos, anais de eventos e livros, com destaque para os temas de concentração de mercado, eficiência econômica, política industrial, política antitruste, produtividade da indústria de transformação brasileira, eficiência técnica dos setores industriais brasileiros, lei de patentes, economia da reforma agrária e eficiência técnica da agricultura brasileira e do setor frigorífico de carne bovina.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 29 de março de 2011.


, Presidente


, Relatora

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN
RELATORA "AD HOC"

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Hoje estamos vivendo um momento singular no País. A Nação inteira, comovida, está chorando a morte do nosso ex-Presidente José de Alencar.

Estive agora com o Presidente da Câmara, e concordamos em fazer o seguinte procedimento: a sessão de hoje, a partir de agora – a Câmara já fez isso e sua sessão vai até às 9 horas da noite –, nós vamos ler os requerimentos que estão sobre a mesa de pesar pela morte do ex-Vice-Presidente, e o resto da sessão será dedicado justamente à sua memória.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero comunicar também que, amanhã, nos termos do Regimento Interno, a Presidência decidiu que não haverá sessão na Casa nem reunião nas nossas comissões. O dia será, portanto, sem trabalho, em homenagem ao ilustre morto.

Quero comunicar à Casa que, segundo informações que recebemos, o corpo do ex-Vice-Presidente José de Alencar chegará a Brasília amanhã, às 8h30. Será o corpo trasladado para o Palácio do Planalto, onde ficará em visitação pública até o princípio da noite.

Então, esta sessão, a partir deste instante, será transformada para que tenhamos este procedimento.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a. Acabamos de dar entrada a um requerimento assinado por vários Senadores, inclusive por um ex-Presidente, o que me honrou muito.

Quero dizer a V. Ex^a que o Senado brasileiro faz o seu papel na tarde de hoje em respeito a um grande homem, um homem em quem todos nós precisamos nos espelhar, um homem com o passado digno, com uma vida singular. E o Brasil todo hoje, tenho certeza, Presidente, chora a sua morte não pela Câmara, não pelo Senado; por V. Ex^a, que é um homem histórico para este País, Presidente da República, com um cur-

rículo invejável como político. E V. Ex^a sabe da dor que a Nação tem hoje com a morte de José Alencar.

Colaborou muito com esta Nação, Sr. Presidente. Honrou o seu nome, a sua nacionalidade, naturalidade; honrou a terra em que nasceu, Sr. Presidente; honrou com o seu nome a sua família. E o Senado nacional o homenageia, através de V. Ex^a, do Senador Itamar Franco e de vários Senadores que assinaram o meu requerimento – V. Ex^a veio, em seguida, e o ratificou.

Primeiro, muito obrigado, pela Nação brasileira. Segundo, meus parabéns, por ter tomado essa decisão do Senado Federal.

Meus parabéns, José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou suspender para nós podermos prosseguir. Cada um terá oportunidade de ocupar a tribuna para votarmos o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Preside, se me permite, eu queria fazer uma observação e uma sugestão a V. Ex^a, diante de estarem suspensas as reuniões das comissões, do plenário da Casa, para nós prestarmos nossas últimas homenagens ao nosso ex-Vice-Presidente José Alencar.

Entretanto, eu queria ver, por parte de V. Ex^a, se o painel que está prevalecendo no dia de hoje não poderia já ficar para quinta-feira, até porque alguns Senadores e Senadoras querem acompanhar o funeral do nosso ex-Vice-Presidente em Minas Gerais.

E, nesse caso, como o funeral ficará amanhã, até por volta das 18 horas – imagino –, aqui em Brasília, no Palácio do Planalto, e depois irá para Minas, pergunto a V. Ex^a se não é possível o painel de hoje de registro das presenças prevalecer também para quinta-feira, já que muitos Senadores e Senadoras gostariam de ir para Minas acompanhar o funeral do companheiro e amigo José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Amanhã nós não teremos painel porque não haverá sessão nesta Casa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Então é mais uma razão, Presidente Sarney, para que esse painel prevaleça para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Mas eu acredito que quinta-feira também nós não tenhamos sessão deliberativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não vai haver ou vai haver?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não vai haver sessão deliberativa, porque, naturalmente, o sepultamento será na quinta-feira, e nós todos teremos que comparecer.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ótimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero começar esta parte da sessão do Senado em que nós estamos homenageando a memória do Vice-Presidente José Alencar com um minuto de silêncio.

Antes eu quero, contudo, dizer que José Alencar foi um gladiador pela vida. Ele teve sempre a lealdade de concordar, de ajudar – a solidariedade marcou a sua Vice-Presidência com o Presidente da República – e também a coragem sempre de discordar.

Enfrentou o sofrimento com grande estoicismo. Nunca baixou a cabeça perante a morte. Foi um exemplo de fé para todos nós. Veio de longe, desde sua infância, até tornar-se um dos maiores empresários deste País. O Brasil muito deve ao seu exemplo, por sua postura de estadista; e o Presidente Lula, o exemplo também da sua correção, na solidariedade, na maneira digna e na maneira leal com que ele sempre o ajudou e ajudou o nosso País.

Assim, nós vamos agora, com um minuto de silêncio, iniciar a reverência a esse grande homem público de nossa Pátria.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, eu gostaria de pedir a palavra no momento que for possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Agora, nós vamos proceder à leitura dos requerimentos; em seguida, daremos a palavra a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Inácio Arruda.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 286, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 220 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, o levantamento da Sessão e a apresentação de condolências a família do ex-Vice-presidente da República, Jose Alencar, falecido no dia de hoje, em São Paulo.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Mario Couto**, Líder da minoria – Senador **Clélio Andrade**.

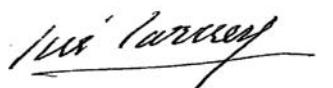
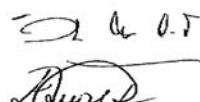
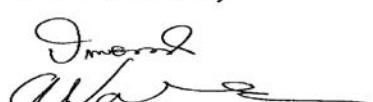
REQUERIMENTO N° 287, DE 2011

Requeremos, nos termos dos arts. 218, I; 219 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador e Vice-presidente da República José Alencar, ocorrido no dia de hoje.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar; **b)** apresentação de condolências à família; ao Estado de Minas Gerais; ao Partido Republicano Brasileiro – PRB; à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; e à Confederação Nacional da Indústria – CNI; e

c) seja observado um minuto de silêncio em sua memória.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011 – Senador **José Sarney**


 Senador José Sarney

 Inácio Arruda

 Mário Couto

 Clélio Andrade

REQUERIMENTO N° 288, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 218, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Alencar Gomes da Silva, ex-Vice-presidente da República, falecido na tarde de hoje, no Município de São Paulo – SP.

Outrossim, com amparo no art. 220 do Estatuto Regimental da Casa, requeremos o levantamento da presente sessões, não sem antes autorizar o Plenário a apresentação de condolências previstas no inciso I e a representação nos funerais e ceremoniais levadas a efeito em sua homenagem, consoante o inciso II, ambos do mesmo art. 220.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. Senador **Humberto Costa**.

REQUERIMENTO N° 289, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Vice-presidente da República José Alencar Gomes da Silva, ocorrido no dia hoje (29-3-2011).

Justificação

José de Alencar nasceu em 17 de outubro de 1931, em Itamuri, Município de Muriaé, na Zona da Mata mineira. Décimo primeiro filho de uma família de 15 irmãos saiu cedo de casa e começou a trabalhar aos 14 anos, como balconista em uma loja de tecidos. Estudou só até a 5ª série.

A trajetória de José Alencar Gomes da Silva se divide entre o empresário que fundou um dos maiores grupos têxteis do País e o político que só iniciou a vida pública em 1994 e chegou à vice-presidência após ser disputado por diversos partidos.

O ex-Vice-presidente travou uma longa batalha contra um câncer. Nos últimos 13 anos, enfrentou uma série de operações e tratamentos médicos. Foram mais de 15 cirurgias. Desde 1997, foram mais de dez cirurgias para retirada de tumores no rim, estômago e região do abdômen, próstata, além de uma cirurgia no coração, em 2005. Em abril de 2010, desistiu da candidatura ao Senado para se dedicar ao tratamento da doença.

O ex-Vice-presidente José Alencar exerceu o posto máximo do Executivo brasileiro durante 398 dias entre 2003 e 2010. Dias que se referem ao tempo em que o Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva permaneceu em viagens internacionais, segundo dados do Palácio do Planalto.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 290, DE 2010 – PLEN

Requeiro, nos termos do artigo 218, inciso I, combinado com artigo 221, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Pesar à família do Excelentíssimo Senhor José Alencar Gomes da Silva, ex-Vice-Presidente da República e Presidente de Honra do Partido Republicano Brasileiro, em virtude de seu falecimento na data de hoje.

Requeiro, ainda, que seja designada uma representação de senadores para representar o Senado Federal na cerimônia fúnebre.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como todos os requerimentos têm o mesmo objetivo, vamos proceder à votação em globo.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordarem com os requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Antes de suspender a sessão, concedo a palavra ao Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de dar a palavra a V. Ex^a, uma vez que aprovamos uma comissão para representar o Senado nas exéquias do Vice-Presidente da República, quero designar a Bancada dos Senadores de Minas Gerais e todos os Líderes de partido da Casa.

Com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, há pouco recordava aqui com o Senador Clésio Andrade alguns momentos da vida do Vice-Presidente José Alencar em nossa Minas Gerais.

Sr. Presidente, José Alencar era da mesma região de nós outros, a chamada Zona da Mata Mineira, e eu o conheci há muitos e muitos anos. Mas eu queria destacar – sei da grande amizade que V. Ex^a tinha pelo nosso José Alencar – dois fatos. O primeiro fato, quando em 1997, 1998, percorremos várias quebradas de Minas Gerais, ele defendendo a sua candidatura ao Senado e eu defendendo a minha candidatura ao governo do Estado. E a nossa fraternidade aumentou muito naquela ocasião, porque nós brincávamos que tomávamos poeira nos olhos enquanto falávamos ao povo de Minas Gerais.

Recordo-me de que uma noite, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, veio a notícia da privatização da Vale do Rio Doce. Tanto o Senador e Vice-Presidente José Alencar era contra a privatização como eu também. E o Senador, àquela época buscando a candidatura ao Senado, o nosso Vice-Presidente Alencar falou comigo: "Itamar, veja agora o preço que estão pagando pela Vale do Rio Doce". Ele era um grande matemático, apesar de não ter nenhuma formação de economista, fez um cálculo rápido e me disse: "Olha, a venda da Vale do Rio Doce vai significar, Itamar, dezessete dias de pagamento do serviço da dívida". Nunca mais me esqueci desse cálculo do nosso Vice-Presidente Alencar. Ele acabou dizendo isso, de grande repercussão, ao público que assistia ao nosso comício.

Outro detalhe, Sr. Presidente, que eu gostaria de recordar foi quando, como Presidente da República, convidei José Alencar – tinha intimidade em chamá-lo – para ir ao gabinete no Palácio do Planalto. Lá chegando, disse a ele: "Alencar, eu gostaria que você fosse o meu Ministro da Indústria e Comércio." Pouca gente sabe desse convite. Ele me disse: "Olha, Itamar, você sabe como é que nós somos em Minas. Todos nós aspiramos chegar ao Governo de Minas um dia. Quero ir à convenção do PMDB, vou ganhá-la e vou

ser candidato ao Governo de Minas Gerais, razão pela qual não posso aceitar o seu convite."

E eu entendi perfeitamente aquela negativa de José Alencar, porque quem é que não quer, Sr. Presidente – quem começa sua vida pública cedo, como ele começou, e como eu o conheci e o nosso querido Clésio, que aqui está – quem é que não quer governar o seu Estado? Outro dia, eu ainda escutava uma figura da política nacional dizer: "Não, eu parei a minha vida no grupo em que eu estava, fiquei quieto". Eu disse: "Por que é que ele não vai ser candidato ao Governo do Estado dele?" Aí alguém disse: "Possivelmente, ele não terá votos". Não era o caso do nosso Alencar. Ele enfrentou, ganhou a convenção do PMDB, para surpresa de todos nós, que achávamos difícil ele vencer a convenção do PMDB, que era o nosso Partido. Ele concorreu ao Governo de Minas. E mais tarde, como eu disse, nós fomos concorrer, numa reunião bem difícil, porque o Governador Hélio Garcia havia me telefonado perguntando se eu não poderia apoiá-lo como candidato ao Senado. Eu disse: "Governador Hélio Garcia, eu acabo de indicar, neste instante aqui, numa reunião do PMDB, o nosso Alencar para ser o candidato ao Senado e eu vou concorrer ao Governo de Minas Gerais."

E foi uma luta difícil, Sr. Presidente. Mas eu guardo... Tivemos depois algumas pequenas desavenças exatamente sempre por causa do PMDB. Sempre...

(Interrupção do som.)

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS –MG) –... por causa do PMDB (*fora do microfone*), tivemos algumas desavenças. Quando havia um movimento de convocação do PMDB nacional, chegava ao nosso conhecimento – eu era o Governador do Estado – que o MDB precisava apenas de uma assinatura em nível regional para que se convocasse uma convenção nacional, o que não era verdade. Mas eu acreditei nessa informação que me deram. E chamei Alencar, que respondia pelo PMDB regional àquela época. Ele me disse: "Itamar, não faça isso. Isso não é verdade!" E eu achei que devíamos fazer essa convocação.

E pouco depois reconheci, Sr's e Srs. Senadores, que o José Alencar tinha razão. Aquela informação que haviam me passado, de que bastava a assinatura de Minas Gerais, nem a assinatura daquele que me propunha que fizéssemos isso ele conseguiu no seu Estado. Desde então, o Senador Alencar ficou um pouco estremecido comigo. E é por isso que eu digo: mais uma vez, uma interferência do PMDB nas nossas relações!

Sr. Presidente, eu vejo com muita tristeza e com muita emoção. Não é Minas que perde. Perguntaram-

me há pouco: "É Minas?" Eu disse: "Não, não é Minas, isso a extravasa. A figura de Alencar extravasa as fronteiras de Minas." Ele ocupou esse Brasil com a sua sinceridade. V. Ex^e lembrou bem: às vezes, muitas vezes, discordava do Governo, sobretudo mostrando aquilo que ele já tinha feito para mim, o problema com relação aos juros. Era um homem digno, um homem ético, um homem que, ao longo de sua vida, desde moço, que conheci, sempre foi um guerreiro. Como guerreiro, ele lutou contra a doença contra a qual ele precisava lutar.

Sr. Presidente, eu gostaria de terminar dizendo aquilo que nós podemos, de alma e de coração, recordar de José Alencar, dizia eu ao meu caro Clésio Andrade: ele tinha uma coisa fundamental, Sr. Presidente, que às vezes nós sentimos falta hoje na vida nacional de alguns homens públicos. José Alencar era um homem – vou encerrar, Sr. Presidente – que sempre, sempre, ao longo da sua caminhada, defendeu os interesses nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não tendo sido lido o requerimento, antes de anunciar, de licença de rotina do Senador Gilvam Borges, eu queria justamente mandar que se procedesse à leitura.

Licença do Senador Gilvam Borges, por 121 dias.

As Sr's e os Srs. Senadores que concordarem queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, pelo prazo de 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Gilvam Borges**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é também para falar em nome do Governo, em meu nome, em nome do povo de Roraima, enfim, de todos os brasileiros que aprenderam a admirar o Vice-Presidente, Senador e empresário mineiro José Alencar.

O Brasil hoje está de luto. Está de luto porque perde um grande homem, perde um exemplo, perde um lutador que o povo se acostumou a ver na televisão, na

sua forma peculiar de coragem, de esperança, lutando contra a alta dos juros, lutando contra um câncer, lutando contra aquelas questões que ele entendia que não eram o melhor para ele e para o País.

O Vice-Presidente José Alencar representou, para todos nós, a força viva da história do empreendedor no nosso País. De pequeno, de baixo, cresceu e se transformou em um dos maiores empresários do País.

Como político, exerceu o mandato de Senador aqui, no nosso PMDB, de forma altiva, representando o grandioso Estado de Minas Gerais, mas falando para todo o Brasil: falando das suas histórias, das suas lutas, das suas crenças, e, principalmente, da sua esperança no futuro.

Foi duas vezes Vice-Presidente do Presidente Lula. E ouvi muitas vezes do Presidente Lula a contribuição inestimável que o Vice-Presidente José Alencar deu ao País e a ele, o Presidente Lula. Sempre disse o Presidente Lula que não poderia haver melhor Vice-Presidente na história do País do que José Alencar. Poderia ter havido igual, mas não teria havido melhor. Ouvi da boca do Presidente Lula, muitas vezes, esse depoimento.

E, sem dúvida nenhuma, hoje o País fica mais triste. Como disse o Senador Itamar Franco, ele transcendia Minas Gerais. Era um exemplo para o Brasil até na sua luta contra a doença. Eu tenho certeza de que o Vice-Presidente José Alencar, o homem, o empresário José Alencar deu muita esperança ao coração de muitos brasileiros na forma como conduziu a sua luta, com vitalidade, com coragem e com amor no coração, sempre pronto para o que viesse, mas sempre com a alma desarmada.

Então, quero aqui, em nome da Liderança do Governo, abraçar a família, abraçar o povo de Minas Gerais e abraçar todos os brasileiros por essa perda, dizendo que nós perdemos José Alencar, mas fica um grande exemplo, um exemplo de grande homem, de grande brasileiro, de grande personagem e de grande caráter para a história do nosso País.

Eram essas as palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, depois do nosso Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu queria aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, cuja bancada tenho a honra de liderar, bem como a bancada do bloco de apoio à Presidente Dilma, dizer da nossa tristeza no dia de hoje, da nossa consternação pela

morte desse grande brasileiro, um verdadeiro filho do Brasil, o nosso ex-Vice Presidente José Alencar, um homem que deixa para todos os brasileiros e brasileiras uma grande lição de vida, um homem que se dedicou a este País em todos os momentos da sua vida e da sua história.

José Alencar, sem dúvida, foi um dos grandes responsáveis pelas mudanças que aconteceram no País ao longo dos últimos anos. Primeiro porque teve a coragem, o desprendimento de se aliar a Lula naquela eleição de 2002, enfrentando preconceitos e dificuldades que, do outro lado, o Presidente Lula enfrentou também. Eu me lembro muito bem da convenção do PT em 2002, quando aprovamos a aliança com o PL à época, com José Alencar como Vice: uma grande quantidade de militantes do nosso Partido se levantou em protesto, porque se tratava de uma aliança com um burguês, o PT estava deixando de seguir o seu roteiro estratégico. Isso, inclusive, repercutiu no início do Governo, quando muitos companheiros e companheiras se colocaram, de certa forma, até em uma postura de oposição ao Governo Lula.

Mas José Alencar era um tipo sedutor. Lembro-me de que, anos mais tarde, em um congresso do PT em 2007, ele foi aclamado por todos de pé e recebeu, naquele dia, a condição de filiado de honra do Partido dos Trabalhadores. Ele exibia com muita alegria e bom humor a carteirinha de filiado e dizia: "Eu quero votar também aqui. Eu tenho direito de votar".

Ou seja, era uma pessoa que sabia conquistar os outros. Foi um homem crítico do governo no momento em que deveria ser crítico. E crítico sempre na perspectiva de procurar o melhor para o próprio governo. Mas também foi um homem de uma fidelidade, de uma lealdade inabaláveis, especialmente na grande crise que vivemos em 2005 – e muita gente sabe do que falo aqui. José Alencar foi de uma fidelidade, de uma lealdade... Eu diria que S. Ex^a foi um dos grandes responsáveis pela preservação da estabilidade deste País e da estabilidade do nosso Governo naquele momento.

Portanto, é com muita tristeza que nós hoje encaramos a realidade de vê-lo nos deixar. E ele nos deixa com uma grande lição de vida, de um homem extremamente simples, apesar de toda a relevância e importância que teve na vida empresarial e política deste País.

Tive oportunidade, na condição de Ministro da Saúde, de, muitas vezes, quando o Presidente Lula precisou se ausentar do País, poder despachar e conversar com ele.

E eu tinha nele sempre uma pessoa que impressionava pela sua sensibilidade, pela sua simplicidade e, acima de tudo, pelo seu espírito republicano.

Fica para nós, no momento em que ele se vai, uma grande lição de vida, uma lição de patriotismo, uma lição de brasiliade, uma lição de vontade de viver, de coragem, de capacidade de enfrentar as dificuldades e, sobretudo, de amor à vida.

Portanto, quero aqui, em nome do PT, mais do que lamentar a morte de José Alencar, agradecer a S. Ex^a por tudo que fez pelo nosso Governo, pelo Presidente Lula e, acima de tudo, pelo nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é um dia que podemos dizer “daqueles”.

Primeiro, o Senado marcou homenagem a um dos mais íntegros homens da vida política brasileira, independente de suas posições em cada momento da vida: Deputado Federal, Senador, Prefeito, Governador. Em todos os momentos, Mário Covas foi um homem íntegro, de opinião, de posição e de coragem de enfrentamento.

Nesse sentido, peço que a Mesa acolha o pronunciamento que faria em sua homenagem, mas que foi tolhida pela realidade da vida nossa, porque José Alencar exatamente afirmava isso: “Não se preocupem, nenhum de vocês se preocupe! Eu vou morrer. Aliás, eu vou morrer e você vai morrer. Todos vamos morrer. Por isso, vamos viver todos os instantes intensamente”. E isto ele fez, viveu todos os instantes de forma intensa.

E que vida, Sr. Presidente! E que encontro fantástico do torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva com José Gomes Alencar da Silva! Os dois Silvas, de origem absolutamente idênticas, um, retirante, e o outro, homem simples do interior de Minas Gerais, que dá um “duro para burro” para vencer na vida, por outros meios, em um paralelo com Lula. Dizem que os paralelos nunca se encontram, mas esses dois encontraram-se, para o bem do nosso País, para o bem do Brasil, esses dois homens simples do povo; os dois sem formação acadêmica – nenhum dos dois tinha o título de doutor, e se tivessem ainda seriam maiores, evidente! Mas não tinham e cumpriram um papel extraordinário no nosso País.

O Lula, às vezes, na sua simplicidade, naquela vivacidade, parece que quando olhou para José Alen-

car, disse: “Puxa vida! Encontrei o meu candidato a Vice, se ele topar”. E o José Alencar, olhando para ele, disse: “Puxa! Parece que encontrei o meu candidato a Presidente. Se ele topar, eu sou o Vice”. Assim, casaram os dois e viveram felizes durante esses oito anos de Governo.

Quero falar, Sr. Presidente, da relação que o José Alencar estabeleceu com o seu País. E, ao estabelecer a relação com o seu País, olhando a política, o José Alencar disse: “Para construir a Nação, para soerguê-la, para fazê-la caminhar de pé, olhando de frente para todos no mundo inteiro, o meu papel é de uma relação íntima com todos”. Assim fez. José Alencar percorreu as federações de indústrias, mas ia às universidades, aos sindicatos de operários, de trabalhadores; se precisasse, ia à porta da fábrica, dialogava na rua, dialogava com os intelectuais, dialogava com o mercado.

Ele cumpria um papel extraordinário, porque – aqui estão o Presidente Sarney e o Presidente Itamar, dois Presidentes nesta Casa – muita coisa que os senhores, como Presidente da República, não poderiam jamais dizer, ele podia dizer como Vice-Presidente da República. E disse sempre! Ele denunciou o escândalo criminoso das taxas de juros para a economia nacional. Lula não podia; ele podia. Ele podia fazer isso. Ele podia dizer e disse, com força, com energia, com garra e com disposição.

Ele se relacionou com os partidos. Ele abraçou os partidos do campo popular. Ele dialogou com a esquerda, sentou com os comunistas.

Na cidade de Belo Horizonte, capital do seu Estado, na última batalha municipal, ele decidiu apoiar a candidata do Partido Comunista. Ele disse: “Não, eu vou apoiar o PCdoB”. E olhem que foi uma batalha, porque todos queriam o seu apoio, indistintamente todos queriam o seu apoio, mas José Alencar decidiu pelo PCdoB: “Pois eu vou apoiar o Partido Comunista”. Vejam que personalidade extraordinária!

Sr. Presidente, queremos registrar este momento que é de pesar, mas que é também do diálogo da estima que temos pela história deste homem que viveu entre nós, ajudando a construir este momento inigualável da história brasileira.

Que a sua família receba o nosso carinhoso abraço. Que os mineiros que aqui estão e que estão em Minas Gerais recebam o nosso abraço pelo filho que vocês entregaram ao Brasil e que, para sempre, será lembrado. Um abraço, mineiros daqui e de lá.

É o PCdoB homenageando esse velho guerreiro do povo brasileiro, José Alencar. Um abraço! (Fora do microfone.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com emoção e respeito que hoje homenageamos um dos mais combativos parlamentares que já ingressou no Congresso, que teve atuação destacada, avançada, tanto na Câmara Federal quanto no Senado e na Constituinte 1988. Falar de Mario Covas Filho, que também passou pelo Executivo, tendo sido secretário de Transportes do Estado de São Paulo, prefeito da Capital paulista e por duas vezes governador daquele Estado, é falar de alguém que honrou a atividade política e partidária.

Nascido em Santos – chegou a disputar, sem êxito, a prefeitura da cidade -, Covas confessava seu reconhecimento ao ensino público: “Devo a São Paulo minha formação escolar e acadêmica, aluno que fui de escolas públicas”, afirmou. Como muitos dos que hoje estão nesta Casa, iniciou-se na política através do movimento estudantil, sendo vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), nos anos 1950, em São Paulo. Formado engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, prestou concurso público na Prefeitura de Santos, onde trabalhou como engenheiro até 1962. Nesse mesmo ano, elegeu-se, pela primeira vez, deputado federal, pelo Partido Social Trabalhista (PST), que seria extinto pela ditadura militar instalada em 1964.

Diante do golpe militar, o jovem deputado imediatamente colocou o mandato a serviço da oposição. Foi um dos fundadores, em 1965, do Movimento Democrático Brasileiro – o MDB. Esta era a única organização política oposicionista de existência legal possível naqueles anos de chumbo e por ela Covas foi reeleito deputado federal. Seu descortino político o fez se guindado à liderança do partido, tendo entre seus liderados personalidades experimentadas como Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Tancredo Neves, aos 35 anos idade. Da Tribuna, prestou seu apoio e solidariedade às manifestações estudantis de 1968.

Mas, na noite de 12 de dezembro de 1968, o honrado parlamentar, em sessão histórica da Câmara dos Deputados, reivindicou um “privilegio singular: o de despir-me da roupagem vistosa da liderança transitória, com que companheiros de partido me honraram, para falar na condição de membro desta Casa, sem outra representação senão a outorga oferecida por aqueles que para cá me enviaram. Será, talvez, um desvio regimental concedido, entretanto, plenamente compreensível, já que a causa que somos obrigados a apreciar sobreira, superpõe-se às próprias agremiações partidárias”.

Tratava-se, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, da defesa da invio-

labilidade parlamentar. A pretexto de um discurso do deputado Márcio

Moreira Alves sugerindo o boicote às festividades do Sete de Setembro convocadas pelos ditadores, o governo militar queria processar o deputado e pediu à Câmara licença para levar o parlamentar aos tribunais. Mário Covas fez um discurso que enche de honra a Câmara e de orgulho os políticos efetivamente democratas. Disse ele, dentre outras coisas:

“O coletivo domina o individual, o institucional supera o humano, a impessoalidade há de ser o traço marcante”. Após considerar a inviolabilidade “uma das nossas mais caras prerrogativas”, diz ser ela “uma prerrogativa da qual não temos o direito de abdicar, porque, vinculada à tradição, à vida e ao funcionamento do Parlamento, a ela pertence, e não aos parlamentares. ... Um Poder soberano não delega, não transferem, é ele próprio juiz de seus atos. Há de ter a independência e a grandeza de manter essa condição inalienável. E o Poder Legislativo, exatamente para reservar-se essa condição, sabiamente estabeleceu limitações regimentais para a inviolabilidade, fixando o Poder de Polícia pelo próprio órgão diretor da Casa”. Para o deputado, ao conceder a licença para o processo, “o Poder Legislativo estará se autocondenando pelo crime de omissão”.

E, contra os que servilmente defendiam as pretensões dos ditadores, Covas alertou: “Para que tenha significação e validade a manifestação de apreço desta Casa ou de qualquer dos seus membros a qualquer instituição, necessário se faz que ela se autorrespeite. O elogio, sob o império da subserviência, transforma-se em bajulação”. E ele faz então a sua profissão de fé, à qual foi fiel até o fim da vida. Disse o digníssimo deputado Mário Covas naquele dezembro de 1968:

“Eu, Sr. Presidente, por formação e por índole, sou um homem que fundamentalmente crê. Desejo morrer réu do crime da boa fé, antes que portador do pecado da desconfiança. Creio na Justiça, cujo sentimento, na excelsa lição de Afonso Arinos, é a noção de limitação de Poder. (...) Creio no povo, anônimo e coletivo, com todos os seus contrastes, desde a febre criadora à mansidão paciente. Creio ser desse amálgama, dessa fusão de lamas e emoções, que emana não apenas do Poder, mas a própria sabedoria. E nele crendo, não posso desacreditar de seus delegados. Creio na palavra ainda quando viril ou injusta, porque acredito na força das idéias e no diálogo que é seu livre embate. Creio no regime democrático, que não se confunde com a anarquia, mas que em instante algum possa rotular ou mascarar a tirania. Creio no Parlamento, ainda que com suas demasias e fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e

independente. Creio na liberdade, este vínculo entre o homem e a eternidade, essa condição indispensável para situar o ser à imagem e semelhança de seu Criador. Creio, Sr. Presidente, e esta crença mais se consolidou pelas últimas lições que recebi, pois nunca é tarde para aprender, na honra, esse atributo indelegável, intransferível por ser propriedade divina”.

E o Parlamento, então Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, honrou estas palavras e estas crenças. É verdade que 12 deputados votaram em branco e 141 votaram a favor da licença para processar Márcio Moreira Alves, mas a maioria – 216 – votou contra a intenção perfida da ditadura. Porém, o regime de força é pela força – e não pelo respeito às normas democráticas e aos direitos do povo – que se impõe. No dia seguinte, 13 de dezembro de 1965, o general Arthur da Costa e Silva impôs ao Brasil o Ato Institucional nº 5, o golpe dentro do golpe, como já foi classificado. O general-presidente, independentemente de qualquer apreciação judicial, decretou o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, arrogou a si o direito a intervir nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, cassou mandatos eletivos e direitos políticos, suspendeu a garantia do habeas-corpus. O recesso do Congresso Nacional se prolongou até outubro de 1969. As perseguições políticas escancaradas foram intensificadas. Em 16 de janeiro de 1969 Mário Covas teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Os inimigos da democracia não podiam permitir que a voz desse democrata continuasse sendo ouvida – como já tinham feito com os comunistas e outros adversários do golpe de 1964.

Sem mandato e com sua atuação restrita pela força dos golpistas, Mário Covas foi um dos principais defensores da anistia, do retorno às liberdades democráticas, do restabelecimento da liberdade sindical, da convocação da Assembléia Nacional Constituinte e da campanha das diretas. Somente em 1979 ele recuperou seus direitos políticos, e nesse mesmo ano foi eleito presidente do MDB de São Paulo. Com a extinção do MDB, articulou a fundação do PMDB, que presidiu em seu Estado por três mandatos. Em 1982, mais uma vez voltou à Câmara Federal pelo voto popular, que ele considerava “a única fonte legítima de Poder”. E, numa época em que os prefeitos das capitais e demais cidades consideradas “de segurança nacional” eram, por imposição da ditadura, nomeados, e não eleitos, Covas aceitou ser nomeado prefeito da cidade de São Paulo, mas numa situação especial: era governador o também oposicionista Franco Montoro, que derrotou o candidato da ditadura nas eleições estaduais. Seus 33 meses de gestão na Prefeitura paulistana foram mar-

cados pelos mutirões para construção de guias e posterior pavimentação de ruas, com intensa participação popular; pela intervenção nas empresas privadas de ônibus, que ameaçavam locaute; e pela instituição do passe gratuito no transporte coletivo para idosos, iniciativa pioneira no país. Assim, Covas preparou a mais populosa capital do país para, finalmente, através da eleição direta, escolher o seu sucessor na Prefeitura.

Mário Covas foi eleito senador, em 1986, com a maior votação da história do Brasil até então: 7,7 milhões de votos. E liderou o PMDB na Assembléia Nacional Constituinte. Também aqui teve atuação destacada, articulando as comissões temáticas que garantiram a participação democrática de todos os segmentos organizados da sociedade na elaboração da Carta Magna. Liderou o chamado bloco progressista, formado por uma aliança de centro-esquerda com a esquerda. Em reação às teses democráticas e sociais assumidas por este bloco, formou-se o Centrão, grupo parlamentar que aglutinava os segmentos conservadores da Constituinte.

Em junho de 1988, Mário Covas foi um dos fundadores do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e, meses depois, seu presidente nacional. Pelo PSDB disputou a Presidência da República em 1989, e obteve o quarto lugar. Prestes a encerrar seu mandato de senador, foi eleito governador de São Paulo em 1994 com 8,6 milhões de votos e reeleito em 1998 com 9,8 milhões. Como governador, não esqueceu os companheiros de batalha pela democracia durante os anos de chumbo e viabilizou uma lei de indenização aos presos políticos que foram torturados no Estado e a reabertura dos exames das ossadas encontradas nas valas clandestinas do Cemitério de Perus, descobertas pela prefeita Luiza Erundina, para identificar restos de possíveis presos políticos.

Mário Covas foi um exemplo de que a política pode ser feita com dignidade, com idéias e com ativa participação partidária. Meu Partido, o PCdoB, teve divergências – e as manifestou – com esse grande político. E ele sempre nos tratou, aos que dele eventualmente divergíamos, coerente com este seu princípio de ter a “humanidade de saber que existem outras verdades e que estas são tão sustentáveis quanto às minhas e que a única razão pela qual um homem, um democrata passa a ter o direito de defender a sua verdade é exatamente o respeito que ele manifesta pela alheia”.

Quero terminar esta homenagem, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, com estas palavras desse grande político, que faço minhas e, creio, todos aqui fazemos nossas. Disse Mário Covas quando anunciou, nesta Casa, sua candidatura à Presidência da República:

Repleto deste antigo e tão eterno sentimento de patriotismo, levanto meu olhar para além do horizonte do cotidiano conturbado e reafirmo a mais profunda crença no Brasil e nos brasileiros. Vamos, juntos, fazer do Brasil a terra da esperança renovada! E que a sociedade brasileira possa frutificar no caminho da dignidade, do desenvolvimento e da democracia.

Obrigado.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para falar aqui já.

Estão inscritos os Senadores Raupp, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Randolfe Rodrigues, Moka, Gleisi, Lindbergh e Casildo Maldaner.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do PMDB, como Presidente do PMDB nacional, eu queria externar os nossos sentimentos, as nossas condolências à família, à D^a Marisa, a seus filhos, a todos os familiares deste grande homem público, que, com certeza, neste momento, está fazendo o Brasil chorar, assim como Tancredo Neves, outro mineiro, que formou chapa com V. Ex^a, Presidente José Sarney.

Eu falava ainda no dia 24 de março, no dia da homenagem aos 45 anos do PMDB, do qual José Alencar também já foi membro, foi Senador da República pelo PMDB, que o Brasil chorou a morte de Tancredo. Neste momento, o Brasil está chorando a morte deste grande mineiro, brasileiro, José Alencar. Como já foi dito aqui hoje, homem leal que foi como Vice-Presidente da República, por dois mandatos, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que os seus apelos, principalmente para diminuir as taxas de juros, com certeza foram ouvidos pelos diretores do Banco Central, pela equipe econômica do Governo. Quem não se lembra desses apelos públicos que José Alencar fazia para que os juros baixassem, para que o Brasil pudesse gerar emprego, gerar renda, diminuir a pobreza?

Então, a luta de José Alencar deve servir de exemplo para todos nós, tanto na área do serviço público quanto na área da vida, da saúde, com sua garra, sua persistência, sua perseverança em continuar lutando em defesa do povo brasileiro.

Ainda ontem, no meu Estado, na minha capital, Porto Velho, uma senhora chamada Francisca, que trabalha no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, dizia que queria muito que fosse marcada uma audiência dela com José Alencar, antes de ele falecer, porque ela também teve câncer e foi curada, seguindo o exemplo de determinação, de perseverança de José Alencar. Quantas brasileiras, quantos brasileiros espalhados

pelo Brasil afora não tiveram este mesmo exemplo de D^a Francisca, lá de Porto Velho!

Então, quero aqui, em nome do nosso Partido, mais uma vez, externar os nossos mais profundos sentimentos, a nossa condoléncia à família, aos seus amigos e a todo o povo brasileiro pela perda deste grande homem público que foi o nosso querido Vice-Presidente da República, José Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Benedito de Lira, com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, o PP, Partido Progressista, nós queremos apresentar nossas condolências à família do ex-Vice-Presidente José Alencar.

José Alencar, na minha concepção, foi um homem extraordinário que Minas Gerais entregou ao Brasil; um homem da iniciativa privada. Começou a sua vida com dificuldades como muitos brasileiros. Tornou-se um dos maiores empresários da atividade têxtil do Brasil. Eu lembro que, em 2002, quando o Presidente Lula se lançou candidato à Presidência da República, precisava de alguém da iniciativa privada para lhe dar maior segurança no caminhar em busca da Presidência da República. E a indicação de José Alencar e o convite feito a ele acalmaram todo o setor produtivo e industrial do Brasil. A partir daí, caminharam juntos e chegaram à Presidência da República no primeiro mandato dos dois.

Teve a coragem cívica, como Vice-Presidente da República, de discordar, no primeiro momento, da política econômica do governo do Presidente Lula. Mas os dois estavam tão determinados e tinham tamanha afinidade, Presidente Sarney, que houve divergência, mas não houve desencontro entre o Presidente e o Vice-Presidente da República. E sabe muito bem, Presidente Itamar, que também já ocupou a mesma posição e depois se tornou Presidente da República, que, hoje, o Brasil perde este grande brasileiro e este grande mineiro.

Eu queria, mais uma vez, em nome do Partido Progressista, apresentar as nossas condolências e os nossos sentimentos à família e ao povo de Minas Gerais. O Brasil perde um extraordinário homem público, um empresário.

A luta que ele travou contra a doença tornou-se, assim, uma luta extraordinária para muita gente que viu aqueles atos. Em nenhuma ocasião, por mais grave que fosse o momento vivido por José Alencar, ele demonstrava irritação, ele levantava de mau humor; muito pelo contrário. Sempre apresentava um sorriso,

e aquilo realmente dava àqueles também portadores do mesmo mal o alento.

Eu queria, Presidente, dizer a esta Casa, que teve a oportunidade também de vê-lo Senador, que todos nós estamos muito tristes, mas com a certeza de que a sua passagem por este mundo de Deus deu ao Brasil, à família e aos mineiros a certeza de que o homem bom sofre, luta, mas deixa um passado pelo qual todos nós haveremos de nos guiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, primeiro, eu gostaria de registrar que, pela primeira vez, falo ao microfone do Senado, bastante emocionado pela perda deste grande amigo e companheiro José Alencar.

Falávamos aqui com o nosso Senador Presidente Itamar Franco de grandes momentos, momentos importantes por que passamos juntos, e da honra que eu tive de conviver não só com José Alencar como também com o nosso Presidente Itamar Franco, que é um homem que nos dá muito exemplo, um homem público extraordinário.

Foi um homem que soube, no momento certo, enxergar a importância da junção do capital com o trabalho, da junção do trabalhador com o empresário, para que o País pudesse ter estes resultados que, hoje, nós estamos tendo; um País extraordinário, um País em que os nossos aeroportos estão cheios, os nossos ônibus estão cheios, as estradas estão cheias, porque, na verdade, a economia está crescendo, as pessoas estão melhorando de vida. Isso é um exemplo forte dessas grandes transformações que o Presidente Lula, juntamente com o Vice-Presidente José Alencar, proporcionou a todos nós.

Mas ele não era só um homem público. Acho que ele também foi um grande empreendedor, um homem que soube enxergar a importância dos seus negócios com a função social e que soube também, nesse processo todo, fazer crescer as suas empresas, mesmo competindo com áreas fortes, como a China; soube posicionar-se bem; soube formar seu pessoal; soube formar seu filho, grande Josué, que é um grande empreendedor hoje e também como político, como mineiro, nós mineiros, como o nosso Senador Presidente Itamar Franco. E recordo algumas passagens importantes, de quando o nosso Senador, Presidente Itamar Franco, naquela época Governador por Minas Gerais, deixou o PMDB para apoiar a eleição do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar, logo após a eleição de Aécio Neves para governador, tendo eu como vice-

governador, chapa apoiada pelo então Governador Itamar Franco, chapa vitoriosa, eleita: Aécio Governador, Clésio Andrade, Vice-Governador por Minas, com o apoio do nosso Governador Itamar Franco.

A partir daí, o Governador Itamar Franco, com a sua presença forte, com o seu peso, chamou-me e, junto com José Alencar, convidou-me a apoiar o Presidente Lula. Naquele momento, até contrariando o meu partido, o PFL, apoiámos a eleição do Presidente Lula no segundo turno. Ganhamos a eleição em Minas, com o apoio do nosso Governador Itamar Franco.

O terceiro ponto importante da pessoa extraordinária, figura humana de José Alencar, após a inviolabilidade da minha presença no PFL, foi aquela mão amiga que me pegou, junto com mais seis Deputados, e me levou para o seu partido. Passei, então, a fazer parte do grupo político dele pelo PL, Partido Liberal, e até hoje estou no Partido da República.

Então, são momentos muito fortes, momentos importantes na nossa vida. A gente fica, realmente, bastante entristecido. Acho que o Brasil perde muito, Minas perde muito. Nós todos temos certeza de que ficamos como legado um exemplo muito forte desse grande homem público, desse grande mineiro, desse grande amigo, grande companheiro. Mas, muito mais do que isso, tenho certeza de que nós, políticos e nós, empresários teremos sempre muitos exemplos, Srs. Senadores, a seguir do nosso Vice-Presidente José Alencar, que se vai.

Mas, temos muito mais do que isso. Temos a certeza de que ele está deixando um legado extraordinário não só para nós, como também para todas as gerações futuras, aquelas gerações que queiram seguir na vida, queiram ser bons empreendedores, bons homens públicos, pessoas que possam servir à sociedade brasileira, como ele tão bem serviu.

De forma que, para mim, é uma honra muito grande, Sr. Presidente José Sarney, poder falar emocionalmente sobre José Alencar, este grande mineiro que nos deixa. Fico extremamente triste.

Agradeço ao senhor, também, por indicar a nossa bancada mineira, Senador Presidente Itamar Franco, Senador Aécio Neves e eu, para representar o Senado, juntamente com os nossos líderes, nos funerais do nosso Vice-Presidente, nosso amigo, companheiro que se foi.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uso a palavra porque tenho certeza de que o povo sul-mato-grossense

gostaria que eu o fizesse. Uso a palavra para saudar a família no sentido de que tenho certeza, embora num momento muito triste para o País inteiro, mas havemos também de concordar de que o Vice-Presidente descansou. Talvez ele não quisesse descansar. Aliás, nunca vi na minha história – e eu sou médico e tenho alguma experiência – alguém que lutou tanto com tanta determinação. Embora tivesse à sua disposição o que de melhor tem na medicina do nosso País e até fora, eu quero crer, Sr. Presidente, que o que o mantinha vivo era uma fé inquebrantável. Era um homem de fé, um homem determinado.

Confesso que convivi muito pouco com o Vice-Presidente José Alencar. Deputado Federal, ele Senador, nós, da bancada ruralista, tínhamos um encontro, até porque ele sempre foi um exemplo nesse setor como empresário, como produtor, mas, principalmente, como um grande empresário e que apostava e sempre alavancava o setor produtivo.

Diversas vezes, eu vi o Líder Humberto Costa dizendo que divergiu do Governo, embora fosse o Vice-Presidente. Tenho a impressão de que o Presidente Lula não poderia ter ninguém melhor do que José Alencar ao seu lado, homem leal, determinado, de críticas leais, sinceras, feitas de frente. Essa é a característica que tenho comigo do Vice-Presidente. E no Vice-Presidente da República, aí, sim, Presidente José Sarney, nós, da bancada ruralista, tínhamos um porto seguro. Nunca faltou do Vice-Presidente uma atenção a nós. Ele intermediava e fazia com convicção, na certeza de que estava ajudando pessoas como ele, que sempre se importaram em criar emprego, gerar renda e melhorar a qualidade de vida da população deste País.

Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, prestando uma homenagem a esse grande brasileiro, a esse homem de fé inquebrantável, e o faço em nome da população do meu Estado do Mato Grosso do Sul, que, aliás, foi colonizado. Chegaram lá os primeiros sul-mato-grossenses, muitos deles vindos das Minas Gerais, que é o Estado do nosso agora saudoso Vice-Presidente José Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, a quem peço desculpas, porque na hora eu li a lista de oradores erradamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu ouvi ainda há pouco o Senador Humberto Costa dizer, na homenagem ao Senador José Alencar, que na ocasião da definição do Senador José Alencar como vice de Lula, em 2002, setores da esquerda do Partido dos

Trabalhadores se manifestavam contra a indicação do Vice-Presidente José Alencar.

Eu quero dizer que eu estava entre esses, alinhado à esquerda do Partido dos Trabalhadores. Enquanto nesse partido estava, eu estava nessa fileira que se opunha ao Sr. José Alencar como vice do Presidente Lula.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que a atuação do Vice-Presidente José Alencar me surpreendeu e o principal destaque dessa surpresa é a ação dele no combate à lamentável taxa de juros que nós praticamos hoje no Brasil, a maior taxa de juros do Planeta.

Estes são os dois legados desse homem público que devem servir de reflexão para todos nós. Primeiro, é um legado da política, é um legado do Brasil que se quer construir. E aqui vai a fala de alguém, como militante do Partido dos Trabalhadores, que se opôs à definição dele como vice de Lula, e alguém que depois, vendo a atuação dele como Vice-Presidente, e hoje aqui no Senado da República, me presto a homenagear a postura dele pelo grande legado que deixa para o Brasil, e pelo cidadão que percebe concretamente como o Brasil deve ser enquanto uma das maiores economias do Planeta e País do futuro.

E o grande legado que José Alencar deixa para nós é a luta contra as taxas de juros; e todas as vezes que era perguntado, ele manifestava sua opinião. Então isso é que deve servir de ensinamento para todos nós, políticos, para o Executivo, para os que dirigem a nossa política econômica.

O outro grande legado de José Alencar é a luta pela vida. Ele dá esperança para milhões de brasileiros que sofrem e padecem deste transtorno, desta chaga que é o câncer. Ele dá uma demonstração de dedicação à vida, de apego, de destinar-se à luta pela vida.

Então, aqui, Sr. Presidente, falando pelo povo do Amapá e falando pelo Partido Socialismo e Liberdade, eu quero me associar às homenagens já feitas, à Bancada de Minas Gerais aqui nesta Casa, ao Senador Clésio Andrade, ao Senador Itamar Franco, ao Senador Aécio Neves, ao povo de Minas Gerais, ao Partido Republicano Brasileiro, à Marisa, esposa de José Alencar, aos seus filhos Maria da Graça, Patrícia e Josué.

Em relação à vida, tem um trecho de José Alencar que muito me cativou, de uma de suas inúmeras entrevistas que concedeu. Ele dizia: "Não tenho medo da morte, porque não sei o que é a morte". E lembro, salvo engano, em uma sessão aqui no Congresso Nacional, da declaração dele, que dizia, claramente, o seguinte: Não é o câncer que vai me levar. No dia em que Deus quiser me tirar daqui, Deus me tirará, sem

pedir permissão ao câncer. Enquanto Ele quiser, eu estarei aqui vencendo o câncer.

Então, esse brasileiro merece a homenagem de todos nós, pelo exemplo de republicano que dialogou com todas as vertentes políticas, pelo exemplo – e como eu digo, o exemplo sempre arrasta – daquele homem que consegue juntar os contrários.

Nós vimos aqui homenagens, ainda há pouco, de lideranças da bancada ruralista e vemos agora a homenagem de uma liderança do Partido Socialismo e Liberdade, porque essa é a síntese da figura de José Alencar. Alguém que conseguiu juntar os contrários, que teve o seu caráter republicano, a compreensão do que é república, coisa de todos, coisa que pertence a todos, que pertence ao coletivo como princípio de sua atuação política.

E é por isso que nós todos, nesta Casa, devemos nos inspirar nesse belo exemplo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, tenho que me associar a todas essas homenagens ao nosso ex-Vice-Presidente José Alencar.

O Presidente Lula deu declarações, à imprensa de Portugal, muito emocionado, falando sobre a trajetória com José Alencar. Ele, em vários momentos da sua história, disse que não poderia ter havido um melhor Vice-Presidente da República do que José Alencar.

Mas sinto, Sr. Presidente – e quero parabenizá-lo por estar presidindo esta sessão, até o final, de homenagem ao nosso ex-Vice-Presidente –, que nós vamos ter – e várias ligações recebo do meu gabinete – um clima de comoção no País, porque é uma identidade muito grande do homem comum com o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, pela sua história. Na política, o que passa para a gente, para uma nova geração, é um caminho com muita honradez. Há uma frase dele que não me sai da memória: “Não tenho medo da morte. Tenho medo da desonra.”

Mas falar de José Alencar é mais do que falar de política. É falar de sua trajetória de superação, da sua infância pobre, da construção de sua vida empresarial, da vitória junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estou convencido de que aquele caminho de 2002, a vitória do primeiro operário eleito Presidente da República, não teria sido possível sem um empresário do perfil de José Alencar. O Senador Randolfe falou muito bem: muita gente da esquerda tinha preconceito contra

um empresário, um grande empresário, como vice do Lula. Ele rompeu também com isso. Até se demonizava o grande empresário e, quando você olhava o grande empresário, estava lá José Alencar, um homem muito sensível, dedicado às causas populares.

Mas eu queria chamar a atenção e encerrar, Sr. Presidente, falando sobre esta última luta dele: a luta contra o câncer. Eu falava, agora há instantes, com o professor Santini, que é Presidente do Instituto Nacional de Câncer – Inca, e ele dizia que o que o José Alencar fez foi mais do que 70 anos de luta nossa organizada, porque conseguiu enfrentar essa doença com muito otimismo, com bom humor. Mais do que isso: me falava o professor Santini que o Inca tem feito várias pesquisas de opinião e que elas demonstram que as pessoas temem, e é natural, temem o câncer. Só que esse temor acaba sendo uma atitude ruim, pois muitos preferem não fazer exames preventivos, muitos preferem nem fazer exames para saber se possuem ou não a doença. E o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, nesse período dele todo, chamou atenção para a doença, que era necessário fazer os testes, os exames preventivos.

Então, eu acho que essa última luta dele pode ter uma importância muito grande, por um período grande da nossa história.

Eu sugeri ao Presidente do Inca, ao professor Santini, que colocasse o nome do Inca como Instituto Nacional de Câncer José Alencar. Liguei para o Ministro Padilha, Presidente Sarney, Ministro da Saúde, que achou a ideia fantástica. E falava o Presidente do Inca, professor Santini, que não é só uma homenagem a José Alencar. É porque, pela forma como ele enfrentou essa doença, na verdade, se colocarmos o nome do Inca de José Alencar, nós não estaremos apenas homenageando, mas também dando força para as pessoas que enfrentam a doença e que procuram o Inca.

A gente sabe, Sr. Presidente, como é duro o enfrentamento. V. Ex^a mesmo e cada um de nós, em nossas vidas, temos as nossas experiências pessoais. Meu pai morreu de câncer. Foram dois anos duríssimos. Mas sinto que o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar pode, com essa sua história, ajudar ainda muita gente no futuro. Ajudou muita gente sim. Os depoimentos de pessoas que estavam enfrentando essa batalha contra o câncer mostravam sempre como aquele exemplo de José Alencar estava sendo importante. E acho que isso pode ser importante também para o futuro.

De forma que espero que essa sugestão que fiz ao Inca, ao professor Santini, ao Ministro Padilha, seja acatada. Acho que vai ser. E volto a dizer, Sr. Presidente: não só como homenagem, mas para que esse exemplo de luta, de otimismo, de determinação, de

bom humor em um momento como esse, mostre que o câncer pode ser tratado. Ele acreditava nisso, e muita gente acha que não. O câncer pode ser tratado, pode ser curado, e as pessoas têm que enfrentar isso.

Acho que, até na morte dele, ele deixa um grande exemplo, e espero que esse exemplo fique para a nossa história, para a história das pessoas que enfrentam esse tipo de problema. E que fique também para nós da política.

Encerro e agradeço a V. Ex^a pela tolerância, dizendo que a história do nosso ex-Vice-Presidente e ex-Senador desta Casa passa para gente um caminho de muita honradez, de muita decência, que se expressa nesta frase: "Não tenho medo da morte. Tenho medo da desonra".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Acho que a sugestão de V. Ex^a tem o apoio e a compreensão de todos nós do Senado Federal. Como Presidente, quero dar o meu apoio, e acho que estou expressando o sentimento da Casa.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, da mesma forma como os demais companheiros e companheiras aqui se expressaram, eu não poderia deixar transcorrer esse momento, nobres colegas, sem, pelo menos, dizer algo em relação ao nosso ex-Presidente José Alencar.

Eu aprendi a conhecê-lo, quando, em 1999, ele chegava a esta Casa e eu aqui me encontrava, a maneira, o trato dele. Ele contava as histórias, e aí eu até me lembra da minha infância, com meus pais, que não foi muito diferente. Ele vinha da roça, ele começou com um pequeno comércio com a família dele – como é que ele faria a troca de mercadorias com os produtores, ele entregava, e foi indo... Aquela amizade dele, aquela transparência, o jeito de José Alencar nesta Casa. E foi aquilo, durante aqueles anos. Depois, ele foi candidato a Vice-Presidente da República, em 2002. Mesmo assim, quando ia a Santa Catarina, ele costumava ligar para a gente, comunicava, tanto é que a empresa deles, a Coteminas, como é conhecida no Brasil e no mundo, acabou abrindo uma extensão em Blumenau, no nosso Estado.

Mas, eu diria, Sr. Presidente, nobres Colegas, para deixar umas palavras, que ele tem sido um homem com uma lição de vida, como os colegas aqui têm declinado. Passar pelo que ele passou, essas diversas cirurgias, e mesmo assim, em cada cirurgia que ele enfrentava ele dizia à Nação: "Vamos lutar, nada melhor do que um dia depois do outro. Eu tenho fé, vamos torcer por...

viver é viver". Muita gente que passava por pouca coisa em comparação a ele, quando o viam falar depois de ter passado por aqueles dramas, as pessoas terem passado por uma cirurgia, por menor que fosse, às vezes sentiam dificuldade, mas, quando viam aquilo, se sentiam confortadas. Quer dizer, psicologicamente, ele transmitia a muita gente, a milhares deste País o conforto, ele transmitia isso. Ele tinha essa capacidade, nas dores, nas penas, nas privações, de transmitir à gente, à sociedade, essa fé, essa vontade, essa luta, esse conforto de lutar.

Então, eu não poderia deixar de, neste instante, Sr. Presidente, nobres colegas, deixar esse registro aqui nos Anais da Casa em relação ao nosso Vice-Presidente José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também, na condição de coordenador da Bancada Federal do Acre, externar a nossa profunda solidariedade e votos de pesar aos familiares e aos milhões de amigos e admiradores do grande brasileiro que foi o Vice-Presidente José Alencar. José Alencar foi um exemplo em todos os sentidos, porque foi um vencedor.

Ele venceu naquilo que todo brasileiro comum sonha vencer, que é vencer na vida, lutar, subir, avançar naquilo que são seus objetivos, e, por isso, ele pode ser chamado de um autêntico vencedor. José Alencar brincava com todas as condições, em todos os momentos. E dizia que a composição da chapa que teve o Presidente Lula e ele como Vice, era nada mais do que a junção do capital com o trabalho. E assim ele se portava em todas as situações.

Esteve no Acre em 2002, quando o Presidente Lula não pôde se fazer presente. E junto com ele esteve um amigo de juventude que poucos conhecem, mas sempre estava muito atento a tudo o que acontecia com o Vice-Presidente José Alencar, que é o publicitário e jornalista Edgar Melo, uma figura que se solidarizou permanentemente com ele em todos os momentos e por quem o Sr. José Alencar tinha também uma profunda admiração. E, na sua passagem pelo Acre, eu tive o privilégio de acompanhar o encontro desses dois senhores de grande maturidade, de grande conhecimento e de grande vivência de Brasil.

Ao término de uma grande agenda eu pude ouvir do Presidente José Alencar ao nosso companheiro Edgar Melo a seguinte expressão: "Chegou a nossa hora, vamos tomar a nossa". E eles foram tomar uma dose de cachaça no término do dia, de uma grande agenda, porque o Vice-Presidente José Alencar era um autêntico

brasileiro, com todas as práticas comuns de todos os brasileiros ou de grande parte dos brasileiros.

Então, neste momento, Sr. Presidente, eu queria reforçar aqui as palavras do Ministro Gilberto Carvalho que, ao saber da morte do Vice-Presidente José Alencar disse: "Vocês não têm ideia do quanto o Vice-Presidente José Alencar foi importante para o Brasil, do quanto ele foi importante para a governabilidade durante esses oito anos da administração do Presidente Lula". Por isso, todos nós, do Partido dos Trabalhadores, devemos muito – devemos muito – ao Vice-Presidente José Alencar.

Por isso, desejo aqui externar a minha solidariedade aos familiares e dizer que esse nosso sentimento é um sentimento de agradecimento profundo e que aprendemos muito com o Vice-Presidente José Alencar. O Vice-Presidente José Alencar dignificou sobremaneira a função de Vice, com sua discrição, com seu espírito de lealdade, de compromisso, que levou com ele durante todo o exercício do mandato.

Nessa reta final de sua vida, ele foi um lutador, um lutador pela vida até o último segundo, e nos deixou um exemplo de como nos portarmos nesta vida tão transitória que todos temos. Temos de aprender a conviver com a vida e também aprender a conviver com essa transição triste, dificílima que é a morte.

O Vice-Presidente José Alencar nos deixou também este legado de viver sempre batalhando, na luta sempre, até o último momento.

Obrigado, Vice-Presidente José Alencar. Estamos todos orgulhosos do exemplo que o Senhor deu para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, em setembro do ano passado, depois de uma das muitas crises do Senador, nosso querido José Alencar, Vice-Presidente da República naquela época, eu escrevi um artigo no *blog* do Noblat chamado "Ao Mestre com Carinho", em referência a um filme que fez muito sucesso na década de 70.

Eu lembra, naquele artigo – e achava que o Vice-Presidente, Senador José Alencar, já estava nas últimas, e, para nós, graças a Deus, ele ainda resistiu por mais quase sete meses –, escrevi que ele era um homem que podia ser espelho para muitos.

Homem diferenciado, nasceu na Zona da Mata, em Minas, interior pouco promissor; filho de um dono de bicosca – nós chamamos assim no interior -, de uma venda, um lugar que, naquela época, para muitos, era

sinônimo de acomodação. Muito pelo contrário, migrou, foi para uma cidade grande. Aos 18 anos, transformou-se em pequeno empresário. Montou sua primeira loja. Foi um vitorioso. Foi um batalhador. Um empresário reconhecido. Só depois disso, entrou para a política. Para muitos que pensam que não existe vida fora de herança e de contracheque, nosso grande José Alencar foi um exemplo.

Escrevia, já antevendo, o que era uma fatalidade, porque ia realmente acontecer, que José de Alencar era uma espécie, naquele momento, de pai da Nação, porque nos apegamos muito a exemplos, pessoas que se dão inteiramente, e José Alencar era aquela pessoa que todos olhávamos e dizíamos: "Olha, quem me dera ter a fibra de José Alencar! Quem me dera ter o comportamento de José Alencar! Queria pelo menos ter 10% do que era José Alencar".

E ele, no outro dia, para minha surpresa, depois de ter feito uma daquelas cirurgias imensas... O homem não vai sair dessa mais. Ele teve que refazer o intestino. Fez outra cirurgia experimental. No outro dia, à tarde, Presidente Sarney, ele me liga: "Olha, fique tranquilo porque eu não vou agora, não." Ele era muito espirituoso. Duas semanas depois, nos encontramos em uma solenidade em uma das Forças. Ele era homenageado de uma das Forças Armadas.

Ali ele comia como se não tivesse nada; pegava um salgado e comia. "Esse homem não está doente!" Se não me engano, também tomava alguma coisa. Dizia, conversava: "Demóstenes, sabe, você me escreveu aquele artigo, aquela carta, mas quero dizer também para você que você é um homem que deve continuar, que deve ir adiante". Falei: Mas o senhor é um homem tão especial. Depois de feito, nessa luta incessante... Disse: O senhor é um dos grandes homens como aqueles que vêm de Minas, um Tancredo Neves, um Juscelino Kubitschek, um Itamar Franco. Ele disse: "Sou nada, sou um roceiro cuja grande virtude é ser um trabalhador, um homem que me dediquei a vida toda a fazer e a construir. Acredito nas pessoas, Demóstenes". Essa frase ficou em mim, Sr. Presidente, a frase de um homem que acreditava nas pessoas.

Do apego à vida, todos aqui são testemunhas; todos falaram exatamente dessa sua característica. José Alencar viveu bem porque viveu na plenitude daquilo em que acreditava. Transformou-se em um ícone político porque, dentro da política, ele não se transformou. Foi um empresário que deu crédito para que o Partido dos Trabalhadores, para que um trabalhador chegasse à Presidência da República. Quantos não tinham desconfiança do que o Presidente Lula pudesse fazer na Presidência?

E, ele, como vice, muitos diziam: "O José Alencar incomoda porque ele fala, ele tem posição, ele é contra esses juros altíssimos do Banco Central." Mas felizmente era um homem de opinião, era um homem bom, e esse exemplo frutificou e fica para todos nós, Sr. Presidente.

A lembrança que eu tenho dele é de uma figura expressiva, exemplo para o Brasil, e que, nos momentos poucos que eu tive com ele, dizia-me: "Prossiga", como ele prosseguiu até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Prezado Presidente Sarney, Senadores, Senadoras, existem pessoas que nascem e desenvolvem muitos talentos na vida, mas José Alencar desenvolveu talentos extraordinários: talento extraordinário para o trabalho, talento extraordinário que o levou a construir um império no Brasil, saindo do nada; talento extraordinário para constituir uma família extremamente carinhosa, unida, feliz. E presente – pudemos todos nacionalmente acompanhar o que foi o apoio da família, de Dona Marisa nesses últimos anos de vida.

Quero dar aqui um testemunho do talento extraordinário desse homem. Foi quando Lula resolveu que ele seria o Vice, e já estava mais ou menos todos no meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, entendendo que aquela escolha iria prosperar. E foi numa reunião em São Paulo que ele foi apresentado à militância do PT. A situação era de grande tensão porque não era algo fácil; e nem a militância estava muito entusiasmada. Ele começou a falar, e, nesse momento, as pessoas ficaram estarrecidas, porque ele foi contando a sua história, a sua origem, ele foi contando como ele pensava a vida. Eu percebi naquele momento que ele conquistou cada um daquela platéia. Ele foi conectando com cada olhar naquela platéia. As pessoas se sentiram muito irmãs. E, naquele momento, quando terminou a sua explanação, houve uma ovação, Presidente Sarney, que não deixou dúvida alguma de que a escolha havia sido muito acertada, como mostrou que foi.

Acredito que ele foi determinante na eleição do Presidente Lula, foi uma segurança muito grande na segunda eleição do Presidente Lula. E o tempo todo, como conversávamos, Presidente Sarney, ele fez uma oposição leal. E é muito importante para um Chefe de Nação ter um Vice que fale o que pensa, que mostre o outro lado, que seja ele. E ele tinha peso. Mas, ao mesmo tempo, estava junto e leal todo o tempo.

Essa observação que V. Ex^a fez hoje pela manhã calou, porque é verdade. É uma qualidade muito rara

falar o que se pensa para um mandatário da Nação e, ao mesmo tempo, manter a lealdade até o fim.

Depois, quando a doença o assumiu inteiro, nós todos pudemos observar um outro José Alencar, aquele que não conhecíamos. Não tínhamos ainda percebido essa faceta da sua personalidade, essa extraordinária determinação – que ele deve ter tido desde pequeno, porque senão não chegava aonde chegou. E a coragem! Quantas vezes o víamos entrar em um hospital, e era descrito pelos jornais o tipo de problema que havia ocorrido. Todo mundo ou já teve ou já passou perto de alguém que padeceu dessas dores e sabe que as dores deviam ser atrozes. Ele ia, sorria e mostrava a vontade de viver. Um homem fora de série neste sentido, com uma garra de viver extraordinária. Essa força ele levou a milhares de famílias que vivem nesta situação, mas expandiu, porque tenho certeza que todo brasileiro, em algum momento, olhou aquele homem sofrendo e pode dizer: se ele tem coragem para enfrentar isso, eu posso ter também. E não foi só na doença. Ele deu muita força. Acredito que nos últimos anos admirado como ele só o Presidente Lula, Presidente José Sarney. E foi-se um grande brasileiro, mas ficaram grandes exemplos de um extraordinário brasileiro.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^as e Srs. Senadores, sei que neste momento o normal é começar falando para a família do José Alencar, para os mineiros. Mas quero falar, Sr. Presidente, para os jovens brasileiros. Quero que eles tenham a sensação – que não temos todos os dias – do nascimento de um personagem histórico; que eles percebam que hoje, no começo da tarde, no Brasil, nasceu um novo personagem histórico. Personagem histórico que os jovens precisam entender como é que nasce. Ele nasce obviamente, em primeiro lugar, pela vida que ele teve, mas ele nasce sobretudo pela doação que fez ao seu País, a sua Nação.

José Alencar hoje deixou de estar entre nós na vida, mas hoje ele nasceu para a história. Nós perdemos uma figura especial na relação que nós tínhamos, mas nós ganhamos um exemplo a ser seguido por cada um de nós.

Por isto eu falo para os jovens brasileiros, para que eles percebam que, diante do desânimo que eles vivem, diante do sentimento de mágoa que eles têm, diante da frustração que eles têm com aqueles que fazem política, eles têm que perceber que, no meio de tantos de nós, de repente, um deles desaparece para a vida e surge para a história. Desaparece como ser

humano e aparece como ser histórico, como exemplo permanente.

Quero que cada um dos jovens brasileiros hoje entendessem, ao olhar ao redor, ao ver o noticiário, ao perceber quantos estão sofrendo neste País inteiro, entendessem que tiveram o privilégio, estão tendo o privilégio de terem acompanhado a luta de um grande homem, um grande homem de sucesso nos seus negócios, de grande sucesso na vida pública, mas um homem sobretudo de coerência, de capacidade, de resistência inclusive física e por isso, pela resistência, pelo sucesso, pela coerência, pela luta ele vira um personagem histórico. Graças à política. O simples fato de ele ser um homem de sucesso nos negócios não teria feito dele um personagem histórico em que ele se transformou ao viver lutando e ao morrer lutando. Esse personagem histórico nasceu da crença dele na luta política, da sua doação pela política ao seu País e pela capacidade de exercer a política com honradez.

Eu quero deixar esta mensagem aos jovens brasileiros: cada um de vocês tenha a sensação de assistir ao nascimento de um personagem histórico da maior importância no cenário brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, meus cumprimentos aos familiares, aos mineiros e, Senador Crivella, ao PRB, o partido que o acolheu, que fez dele Vice-Presidente e ao qual ele serviu, com tanta honra e tanto orgulho para vocês. Parabéns pelo personagem de que vocês estiveram juntos. Parabéns pelo exemplo histórico que surgiu do PRB para a história brasileira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Eu já inscrevi V. Ex^a depois dos oradores que já estão inscritos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – D. Gleisi Hoffmann, Senadora ilustre desta Casa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, eu havia me preparado para falar aqui sobre o aniversário da minha cidade, Curitiba, que faz 318 anos, mas esse pronunciamento ficará para outra oportunidade, quando homenagearei minha cidade.

Como os demais colegas, como os Senadores do meu partido, quero aqui manifestar a minha tristeza pela morte do nosso Vice-Presidente José Alencar, um homem que aprendemos a admirar e a respeitar nesse convívio da política, nessa caminhada que ti-

vemos durante todos esse anos do Governo do Presidente Lula.

Digo isso com enorme gratidão. Gratidão, porque foi o Vice-Presidente José Alencar que credenciou o projeto que apresentamos ao Brasil e que trouxe credenciamento à candidatura do nosso Presidente Lula, quando, ao seu lado, como Vice-Presidente, possibilitou que Lula fosse eleito Presidente da República. O Vice-Presidente José Alencar trouxe a respeitabilidade de um setor da sociedade com que não tínhamos articulação, com que não tínhamos interlocução. Graças a ele, conseguimos fazer com que o Presidente Lula fosse Presidente deste País e tivéssemos grandes conquistas para o povo brasileiro.

Então, é com muita tristeza e com muito pesar que venho aqui também me somar aos demais colegas nesta homenagem ao nosso Vice-Presidente. E com um carinho muito especial, porque, todas as vezes em que fui recebida pelo Vice-Presidente José Alencar, ele, com aquele seu jeito muito diferente, muito receptivo, de mineiro, muito simples, sempre me tratou com grande deferência.

Tive a honra e a oportunidade de tê-lo em dois momentos nas minhas campanhas eleitorais no Estado do Paraná, tanto em 2006 como em 2010. Tenho certeza de que o apoio que ele me deu, o respaldo que me deu, as palavras de apoio à minha candidatura que proferiu no meu Estado me ajudaram muito.

Então, quero registrar aqui esse pesar, essa tristeza, essa gratidão ao nosso Vice-Presidente e dizer que, com certeza, ele marcou a história deste País. Que amanhã possamos fazer uma grande homenagem a ele aqui, em Brasília, no Palácio do Planalto. Com ele, vai um pouquinho de todos nós.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer esta homenagem. E agradeço ao senhor particularmente, por hoje nos ter recebido e por ter dado oportunidade às mulheres do meu Estado.

Muito obrigada, Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Obrigado à senhora.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente José Sarney, quero me associar às homenagens que estão sendo hoje tributadas a esse grande brasileiro que foi José Alencar. Tive o privilégio de com ele conviver no movimento empresarial e no sistema industrial. Fomos contemporâneos à época em que eu presidia a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, e ele, a Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Depois pude também integrar, na mesma época, a diretoria da Confederação Nacional da Indústria, da qual ele foi Vice-Presidente. Nesse convívio, estreitamos os laços, e pude, então, conhecer aquilo que eu considero de mais expressivo na figura de José Alencar, que foi sempre a sua dimensão humana, uma figura que aliaava a sensibilidade à simplicidade de alguém que, mesmo tendo conquistado na vida uma carreira de sucesso, não perdeu nunca os traços de origem da sua forma simples de conviver, da maneira sempre muito atenciosa com que ouvia as pessoas.

Portanto, trata-se de uma figura humana rara. Mas, se é verdade que a sua ausência deixa-nos um vazio imenso, é verdade também que o seu exemplo de vida, a sua tenacidade, a sua determinação, o seu espírito público devem constituir, sobretudo para as novas gerações, uma inspiração e uma referência.

Registre-se, ainda, a sua conduta irrepreensivelmente ética, seja no âmbito dos negócios privados, seja no exercício da sua atividade como homem público.

Portanto quero neste momento, com muita tristeza, ao expressar esta manifestação, dirigir-me à sua família – a D. Marisa, aos seus filhos -, e quero homenageá-lo por intermédio de Josué, que hoje é uma das maiores expressões do empresariado nacional, e dizer que José Alencar é merecedor de todas as homenagens que foram hoje aqui tributadas à sua memória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, quero também me familiarizar com a família do nosso ex-Senador e nosso ex-Vice-Presidente José Alencar neste momento em que todo o Brasil para refletir sobre as suas contribuições, sobre a sua forma de agir como empreendedor que era, como político que foi e como homem público que contribuiu muito com o debate público no Brasil. Lembro-me aqui de um seminário que fizemos no dia 30 de novembro de 2009, em Fortaleza, dirigida aos jovens, o II Encontro de Jovens Empresários Ibero-Americanos, um seminário voltado para a América Latina para discutir o papel do empreendedorismo, da micro e pequena empresa, do empreendedor individual, o papel da juventude no mundo empreendedor. E o nosso Vice-Presidente, naquele evento, fez uma fala de ânimo, de estímulo à juventude, de esperança, e, ao término, todos de pé aplaudiram-no pela sua forma de conduzir as questões do Brasil, pela sua atuação como empresário e como político e, ao mesmo tempo, pela sua maneira de dialogar com a juventude.

Naquele seminário, ele fazia referência à construção do Simples nacional para a pequena e a micro-empresa, já que dedicara a sua própria vida, desde garoto e como político, à elaboração dessa legislação e, como Vice-Presidente, à mediação, para que pudéssemos ter um entendimento que atendesse às demandas dos Municípios, dos Estados, do Governo Federal, dos empreendedores do Brasil.

É exatamente por isso, Presidente José Sarney, que este Senado se orgulha muito do Senador que aqui esteve ao lado do senhor nesse debate, naquela legislatura, e que o Brasil todo teve como Vice-Presidente, numa grande parceria com o melhor e o maior Presidente do Brasil, que é Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, esses dois homens pegaram o País em situação difícil, mas, com as suas experiências de vida, ambos de origem muito simples – ele, ao lado de Lula, deu uma grande contribuição –, muito fizeram pelo País. Nós podemos dizer que hoje o Brasil é um País mais justo, mais fraterno, mais humano, fruto dessa construção.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui solidarizar-me com a família dele e dizer que José Alencar deixa uma grande lacuna na vida empresarial e na política brasileira, mas Deus o acolherá da melhor forma possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, para o Brasil, é um dia muito triste em razão do falecimento do nosso querido ex-Vice-Presidente José Alencar.

Conhecia o ex-Vice-Presidente José Alencar desde a época lá da Abit – Associação Brasileira da Indústria Têxtil – e sempre acompanhei o trabalho do Dr. José Alencar, do nosso querido Presidente José Alencar, como empresário, como uma liderança incontestável do setor têxtil e, acima de tudo, pela maneira como ele se criou, como ele acreditou num Brasil melhor, com a sua história humilde, o seu trabalho, a sua determinação, a sua fé, que o levaram a ocupar uma das posições mais importantes no setor empresarial do País.

Suas empresas são respeitadas, suas empresas são consideradas entre as boas empresas, as empresas eficientes, competitivas, empresas que têm um olhar atento para os seus trabalhadores, para as suas trabalhadoras.

Essa responsabilidade já vinha sendo assumida ou foi, melhor dizendo, assumida pelo Josué. Acho que o Josué e toda a família do Presidente José Alencar

carregam este grande legado: os grandes exemplos que José Alencar deixou para todos nós.

É importante destacar, Sr. Presidente, a importância do nosso ex-Vice-Presidente José Alencar no projeto político do PT, no projeto político do Brasil. Naquela época – e inclusive a Senadora Marta Suplicy disse aqui –, quando havia uma desconfiança ou um certo distanciamento do PT ou dúvidas do PT com relação a uma candidatura de um empresário como Vice-Presidente dobrando com o Presidente Lula, ele não só encarou esse desafio, que, naquela ocasião, não era fácil, como conquistou as nossas mentes e os nossos corações. E, efetivamente, foi fundamental para o sucesso do Presidente Lula nos seus oito anos de mandato.

O Vice-Presidente José Alencar fazia o contraponto, representava a sabedoria, o equilíbrio. Era o bom conselheiro nos momentos difíceis por que o Presidente Lula e o nosso Governo passamos, sempre de uma maneira muito sólida. Uma das características importantes do Vice-Presidente José Alencar era a simplicidade, a forma direta como tratava as coisas, sempre de maneira serena, equilibrada, simpática, mineira.

Quando o vi na política, lembro bem. E todas as vezes em que me encontrava com ele, ele me perguntava: "Quando vamos repetir aquela carreata que fizemos em Campo Grande?" Ele nunca se esqueceu disso que ocorreu nos idos de 2002, Senador Pimentel.

Portanto, eu acho que ficaram os exemplos, a pertinácia, a determinação.

O Vice-Presidente José Alencar, até o último minuto, viveu a vida intensamente, acreditou na vida, não entregou os pontos. E virou uma verdadeira referência para todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, o Brasil está de luto hoje, mas ficou a imagem do grande homem, do Vice-Presidente José Alencar, empresário, político, dono de uma família exemplar.

E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar Dona Mariza, seus filhos, e desejar que Deus os ilumine, os abençoe neste momento difícil. E quero dizer que não vai ser fácil continuarmos esta tarefa de espírito público, determinação, amor ao Brasil, dignidade que o ex-Vice-Presidente José Alencar nos deixou.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a nossa solidariedade à família do Vice-Presidente José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a que fiz um requerimento e dei entrada na Secretaria do Con-

gresso, onde já havia um do Deputado Miro Teixeira, para nós promovermos a realização de uma sessão solene em homenagem ao Sr. José Alencar Gomes da Silva, que nos deixou na tarde de hoje.

Sr. Presidente, como Líder do Partido, eu não poderia ter outra atitude e gostaria de expressar o profundo pesar que os 12 Deputados Federais do PRB e eu, um Senador e Líder do Partido na Casa, sentimos nesta hora trágica em que nos deixa o nosso maior líder.

O Presidente José Alencar Gomes da Silva é fundador do meu Partido. Nós éramos os dois do PL, e ele, nas controvérsias da vida, achando que já havia cumprido a sua missão no Partido então Liberal, hoje Partido da República, resolve sair do Partido. Naquele momento, todas as grandes agremiações foram ao seu gabinete em romaria para convidá-lo, e ele decidiu, ao meu lado, fundar o PRB, o que marcou a gênese deste Partido.

Sr. Presidente, não chora apenas o PRB. Hoje chora a Mantiqueira, chora a Zona da Mata, chora a zona do garimpo, chora o Caraça, chora o lobo guará pela morte de um dos mineiros mais autênticos, mineiro na maneira de pensar, mineiro na maneira de sentir, de reagir, coração sem ódio, mineiro na maneira de construir a política, com prudência, medindo cada palavra.

Não há, nos registros históricos, na crônica política do nosso País, nenhum deslize, nenhuma palavra que desmereça a sua trajetória política impecável. Foi o Vice-Presidente que sonhou o Brasil que talvez ele não tenha visto, mas, no último ano, crescendo a 7,5%, ele vislumbrou nos horizontes dos seus sonhos.

Sr. Presidente, parodiando Carlos Drummond de Andrade, que foi outro grande mineiro, eu, que convivi com José Alencar, posso dizer que havia uma estrada que saía de Muriaé e ia até o seu coração. Por essa estrada, passavam seus pais, seus irmãos, seus tios, seus amigos de infância, as mais ternas lembranças que ele trazia no seu coração.

Perdemos o Vice-Presidente, um servidor do povo, um amigo de todos, um brasileiro devotado, um pai de família, um irmão, um filho, um amigo. Perdemos a figura física, Sr. Presidente, mas o exemplo dos seus ideais, o ânimo que acalentava sua alma há de residir no espírito de cada um dos membros do PRB, e haveremos de levar o seu legado.

O meu Partido, Sr. Presidente, foi no passado as mais profundas considerações do Vice-Presidente; é, na atualidade, a sua afirmação; e há de ser, no futuro, Sr. Presidente, o legado da sua memória, a herança da sua vida pública e política.

Quero também me solidarizar, como fizeram meus ...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Desculpe-me, Presidente, já vou terminar.

Mas queria me solidarizar com a família do Presidente José Alencar, com a sua esposa, companheira de 50 anos, que, neste momento, deve estar com o coração estraçalhado de saudade, o grande amor da sua juventude. Imagino a perda das suas duas filhas e de Josué.

Que Deus nos console, a sua família e o Brasil, neste momento tão difícil.

Quero avisar também que o corpo dele será amanhã aqui velado, no Palácio do Planalto, e sepultado na terra que ele tanto amou, na Terra das Alterosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na vida pública, uma das atribuições que mais pesam é, sem dúvida alguma, a de lamentar a perda de homens públicos da magnitude de um José Alencar. É com muito pesar que pranteamos essa grande perda para o Brasil como um todo; uma lacuna para a classe política e também para a classe empresarial. Ainda haveremos de sentir a falta de José Alencar por muitos anos.

Tive a honra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e a oportunidade de conviver um longo período com José Alencar, quando ele, exatamente pelo PMDB, enobrecia este Senado da República, onde chegou legitimado por mais de três milhões de votos dos mineiros. Foram anos, sem dúvida alguma, muito profícuos para o Senado Federal.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me concede um aparte, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Senador Valadares, com muita honra, com muito prazer, apesar da hora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP)

Fazendo soar a campainha.) – Senador Valadares, S. Exª está encaminhando um requerimento, não há aparte, mas eu já inscrevi V. Exª como orador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Assim como na iniciativa privada, Sr. Presidente, Alencar também brilhou na seara política. Não por outro motivo foi escolhido Vice-Presidente do Presidente Lula na eleição de 2002, desejo que já manifestara antes

em algumas vezes reservadas que tivemos ao longo da convivência aqui no Senado Federal.

A trajetória de José Alencar tem peculiaridades que se harmonizam com o homem público José Alencar. Mesmo alcançando os maiores postos na sua dupla militância, empresário de sucesso e político destacado, Alencar conservou a simplicidade que trouxe de sua terra natal, Muriaé, em Minas Gerais. Alencar tampouco perdeu a marca do empreendedor que o acompanha desde sempre.

As singularidades desse predestinado vão mais além, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Já aos 14 anos estava ajudando o pai, Antônio Gomes da Silva, na pequena loja de tecidos no interior. Emancipado pelo pai, Alencar virou empresário aos 18 anos quando abriu seu primeiro comércio. Lá ele vendia tecidos, calçados e um pouquinho de tudo, como é comum nos estabelecimentos comerciais do interior do Brasil.

Sua obstinação o levou a projetos sempre maiores poucos anos depois. Assim, construiu a Companhia Industrial de Roupas União dos Cometas que foi o embrião da empresa Coteminas, conglomerado que hoje conta com 16 mil funcionários e 11 unidades em todo o Brasil, com um dos parques têxteis mais modernos do País. Este é outro traço marcante de José Alencar: a busca pela modernidade, a busca pela eficiência.

A formação precoce de José Alencar e seu espírito empreendedor acabaram, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por forjar uma alma independente, irrequieta e livre por natureza. Quando a grande parte do empresariado mantinha reservas contra a candidatura do Presidente Lula, em 2002, foi José Alencar o empresário responsável por superar esse preconceito, aceitando ser candidato a vice na chapa vitoriosa daquele ano. Alencar, naquele momento, era ainda vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias.

Sua natureza independente, arrojada, voltaria a se manifestar dentro do próprio Governo que ele ajudou a eleger. Alencar formava uma espécie de exército de um homem só, combatendo, dentro do Governo, as altas taxas de juros praticadas pelas autoridades monetárias de então. O futuro, Sr. Presidente, se encarregou de demonstrar que Alencar estava com a razão. Quando os juros finalmente baixaram, o Brasil entrou em uma espiral de crescimento econômico que favoreceu exatamente aos menos favorecidos.

A obstinação e a vontade de fazer o certo são, sem dúvida alguma, os maiores legados de José Alencar. Em uma resistência incomum, Alencar desafiou, sempre com bom humor, a doença que vinha lhe afigindo há anos. A resistência heroica só pode ser explicada pela suprema vontade de viver. Foram nada menos que 17 intervenções cirúrgicas que debilitariam muitos

outros nas mesmas circunstâncias. Mas ele, dia a dia, passou por mais essa provação e foi vencendo seu inimigo até que, enfim, já cansado, pôde, finalmente, descansar.

Aos brasileiros, aos homens públicos e aos empresários cumpre honrar, Sr. Presidente, a tenacidade e o espírito público de José Alencar. Que ele repouse em paz perto de Deus, que saberá, sem dúvida alguma, acolhê-lo em um lugar merecido, onde ele possa descansar depois de tantas batalhas pesadas.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaríamos de fazer em nome da bancada do PMDB no Senado Federal.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, permutando com o Senador Paulo Paim, eu gostaria de ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço.

Sr. Presidente, o PSB não poderia deixar de fazer a sua manifestação de pesar, de expressar o seu sentimento diante de perda tão irreparável provocada com a morte do ex-Vice-Presidente José Alencar, que, durante sua vida, seja como empresário, seja como político, denotou, demonstrou qualidades excepcionais.

Homem dedicado ao trabalho, homem dedicado aos seus amigos e à vida partidária. Consagrou-se na vida pública como Vice-Presidente da República, alcançando-se, colocando-se no mesmo pé de igualdade a mineiros que ilustraram a história das Alterosas como um Juscelino Kubitschek, como um Tancredo Neves, que honraram a política do nosso Brasil.

Morreu o homem e fica a fama, como diz o provérbio popular. A fama de homem empreendedor, na iniciativa privada, e a fama de homem coerente na vida política.

Naquele período, Sr. Presidente, em que Lula se candidatava mais uma vez à Presidência da República, em 2002, muitas dúvidas existiam no setor empresarial com relação à candidatura do nosso Presidente. A escolha de José Alencar como Vice-Presidente reforçou, sem dúvida alguma, as pretensões daqueles que queriam mudar o Brasil, porque a sua presença na chapa com o Presidente Lula trouxe a tranquilidade, trouxe a certeza de que a palavra empenhada de Lula, os compromissos assumidos por seu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e por todos aqueles que o apoiam seriam cumpridos à risca, como de fato aconteceu.

José Alencar manteve-se ao lado do Presidente Lula até a undécima hora, até a última hora. Não o decepcionou em nenhum momento. A sua cruzada em favor da baixa de juros, como disse o Senador Renan Calheiros, demonstrou a sua sabedoria, demonstrou o seu comprometimento com a economia nacional porque, a partir dessa luta, os empreendimentos foram realizados nos mais diferentes setores com a queda dos juros e, consequentemente, com o aumento dos investimentos.

Por isso, a palavra do PSB neste instante é de pesar, mas também de orgulho porque teve a honra e a alegria de tê-lo a seu lado, e governando, nesses oito anos, ao lado do Presidente Lula.

Em Sergipe, tivemos a grande satisfação de receber-lo em praça pública, num dos grandes comícios que ali Lula realizou, e ele dizia que o técnico tem a sua força, tem a sua importância, mas o político, no contexto da história, no contexto do desenvolvimento das Nações, tem uma importância muito maior porque o político ouve o povo, o político ouve a comunidade, ouve a sociedade e se casa inteiramente com os seus sentimentos.

Por essa razão, Sr. Presidente, José Alencar fez história, fez fama e conseguiu quase a unanimidade, se não a unanimidade, neste País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Comunico ao Plenário que não haverá sessão plenária nem reunião de Comissão amanhã.

Também mantendo a sessão deliberativa ordinária da próxima quinta-feira, mantido o mesmo painel de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Presidente, Senador José Sarney, Sras Senadoras e Srs. Senadores, eu não posso fazer, neste momento, uma simples leitura do sentimento que toma conta do meu coração, sentimento de pesar pelo falecimento do nosso ex-Vice-Presidente e amigo, irmão José Alencar Gomes da Silva. Tenho de falar, Presidente José Sarney, mesmo correndo o risco da emoção, mas falar com o coração.

Tive o privilégio, eu diria com toda a emoção, o privilégio de conviver e aprender com José Alencar, por longo tempo, desde a década de noventa. Lá nos idos de noventa, José Alencar, Presidente da Confederação das Indústrias de Minas Gerais, e eu, Presidente da Confederação das Indústrias do Estado do Pará, éramos ao mesmo tempo Vice-Presidentes da Confederação Nacional da Indústria, então presidida pelo Senador Albano Franco. Tínhamos assento lá e

discutíamos em conjunto as questões que transpunham o setor industrial brasileiro.

Desde esse tempo, Senador Paulo Paim, José Alencar já se preocupava com as questões sociais do Brasil. Desde esse tempo, José Alencar já se colocava em oposição aos juros, que deixavam o trabalhador brasileiro em situação de dificuldade, Senador Renan, em relação àqueles que podiam ter vantagem na ciranda financeira. Ele era de uma transparência, de uma lealdade e de uma determinação que contagiava todos nós, todos nós que éramos seus companheiros.

José Alencar, que nasceu em Muriaé, no interior de Minas Gerais, veio de uma família de poucas rendas eu diria, de uma família com dificuldades. Aqui já foi falado, por vários Senadores que me antecederam, da sua origem humilde. Mas ele, desde muito moço, mostrou a sua capacidade empreendedora. Desde muito moço, mostrou que era capaz de gerar empregos, Senador Paulo Paim. Lançou-se como empreendedor e chegou ao patamar de grande industrial brasileiro, um dos maiores do Brasil, chegando a ter a sua indústria, a Coteminas, como a maior produtora têxtil do mundo, competindo com as indústrias chinesas, que trabalhavam no sentido de colocar o setor têxtil brasileiro quase em dificuldade.

Mas ele, de forma...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...teñaz, resistiu, (*fora do microfone*) venceu as dificuldades, Senador Sarney, e fez a sua Coteminas, hoje tão bem presidida pelo seu filho Josué, continuada pelo seu filho Josué. A doença, essa doença terrível que é o câncer, não o abateu. Ele deu uma lição à Nação brasileira de como enfrentar, com coragem, a doença.

Em nenhum momento, ele se deixou abater, muito ao contrário. Em todas as declarações que dava à Nação brasileira, ele não se mostrava abatido; ao contrário, ele levava uma mensagem de otimismo, agradecia à Deus e dizia que recebia de Deus mais do que merecia.

Ainda na posse da Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) - ...Dilma, o Presidente José Alencar – e eu termino, Presidente Sarney – pronto, de terno, no Hospital Sírio Libanês, para vir a Brasília, para assistir à posse, e só não veio porque os médicos o impediram de viajar.

Eu estive, e lembro como se fosse hoje, com ele pela última vez – ele no exercício da Presidência –, participando da assinatura do ato que instalava a Universidade Federal do Oeste do Pará, no meu Estado. Eu estava presente e ele, como Presidente. Isso em

novembro do ano passado, pouco mais de quatro, cinco meses atrás, e ele lá, como Presidente, participando solenemente desse ato.

Tenho certeza de que José Alencar deixou para a Nação brasileira um exemplo que será seguido por todas as gerações futuras. O Brasil deve muito a esse homem e a sua figura será pranteada por todos nós.

Que Deus dê à sua alma o brilho na eternidade, para ser seguida por todos os brasileiros como uma estrela permanente a brilhar no céu da nossa Pátria!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar a todas as manifestações no dia de hoje que foram aqui apresentadas a esse nosso guerreiro José Alencar.

Eu diria que José Alencar deixa um legado importantíssimo, meu caro Jorge Viana, para todos nós: caráter de um homem que soube amar a vida, um homem que soube lutar pela vida, um homem que, acima de tudo, fez dos seus atos exemplos de vida. Portanto, é o máximo, neste momento, de que nos podemos lembrar.

Recordo-me que, quando da morte do meu pai, Jorge, dizia do sofrimento que é a perda, que é você estar ali ao lado de alguém muito próximo seu que se vai. Mas, quando alguém que se vai, quando alguém que parte é alguém que construiu não à parte, mas no todo; não separado, mas em conjunto; quando alguém que parte é alguém que deixou esse legado, a dor física é superada pela certeza desse legado importante que essa pessoa que se vai deixa entre nós. Assim é a figura de José Alencar.

Conversava agora há pouco com o Senador Marcelo Crivella, meu caro Presidente José Sarney, e comentávamos exatamente sobre uma passagem bíblica que diz assim: “Honre teu pai e tua mãe para que te prolonguem os teus dias aqui na terra”. Assim fez José Alencar. Honrou a família em cada passo, em cada atitude. Honrou inclusive a relação com o próximo, porque também é um ensinamento bíblico aquele que fala de amar a Deus sobre todas as coisas. É preciso exercitar exatamente amar ao próximo como a si mesmo. Assim foi José Alencar.

Bravo, lutador, enfrentou todo tipo de resistência e de dificuldade, desde sua juventude. Soube ter na vida empresarial esse mesmo legado a que me referi, Jorge, de caráter, de retidão.

Esse mesmo legado que deixa conosco agora, ele levou da vida empresarial para a vida política. Tri-

lhou de forma irretocável na vida política aquilo que ele vivia dentro de casa.

Viveu, durante anos e anos, no seu círculo empresarial, empreendedor, algo que é, inclusive, de muitas das muitas experiências, motivo de exemplo. Ele agiu da mesma forma como se portava em seu ambiente familiar, com o mesmo tipo de retidão, tratando as coisas com verdade e, principalmente, na lealdade.

Assim, exerceu a Vice-Presidência da República por dois períodos, ao lado do nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. Um companheiro que chegou exatamente para agregar apoio ao Presidente Lula, e muito mais do que trazer apoio de fora, ele pôde levar o apoio ao lado, o apoio presente, a firmeza.

Portanto, enfrentar uma batalha como enfrentou José Alencar, só alguém que efetivamente teve Deus como referência e usou, a partir desse ensinamento, a oportunidade de exercitar os ensinamentos cristãos em sua relação.

Foram treze anos de batalha contra essa enfermidade que é o câncer. E ele a derrotou, porque a suportou durante esses treze anos e deu a todos nós uma verdadeira lição de vida.

Por isso, meu caro Presidente, quero encerrar aqui dizendo que José Alencar se foi, mas o câncer não conseguiu, em hipótese alguma, apagar aquilo que ele deixa permanentemente entre nós, uma verdadeira lição de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em nome do Partido Progressista, meu partido nesta Casa, eu gostaria de me associar às homenagens que justamente se prestam a um dos brasileiros mais ilustres na data de hoje. Com seu falecimento, ficamos de certa forma um pouco órfãos de um personagem que tanta riqueza, tanta contribuição deu à vida política nacional, seja como Senador, como ex-Vice Presidente da República e, sobretudo, pelo exemplo que deu como pai de família, como líder político, como empresário, acima de tudo. Isso porque temos a mesma origem. Claro que não sou empresária, mas saindo de uma família pobre, através do estudo, consegui chegar à universidade e hoje estou aqui e agradeço a todos que estenderam a mão.

José Alencar encarna o sonho brasileiro, o sonho de todas as pessoas que fizeram esforço pessoal e usaram o seu talento, a sua capacidade e a sua solidariedade, em certa medida, sua generosidade, para chegar onde chegou.

A jornalista Eliane Cantanhêde foi convidada pela Editora Sextante para escrever a biografia autoriza-

da de José Alencar. É muito bom para o Brasil essa memória, retratando a vida deste grande homem que homenageamos nesta tarde em que ele nos deixa, é realmente uma ode à vida, mas, sobretudo, uma ode a um homem que foi exemplo para todos nós, políticos, exemplo para todos os empresários, porque construiu uma grande empresa.

E vou me valer até do que escreveu para a Editora Sextante, responsável pela iniciativa brilhante desta biografia, na apresentação de *José Alencar – Amor à Vida: A Saga de um Brasileiro*.

José Alencar Gomes da Silva comporta várias biografias numa só: self made man, autodidata, homem que apoiou o golpe militar e aderiu às “Diretas Já”, representante patronal que desafiou seus pares e integrou a chapa dos líderes dos trabalhadores, empresário milionário que subverteu a luta de classes e se tornou Vice do torneiro mecânico eleito Presidente da República. E, enfim, ícone da luta contra o câncer.

Diz nesta apresentação da biografia feita por Eliane Cantanhêde, ilustrando a vida e mostrando quem foi José Alencar:

Típico patriarca, Alencar foi o menino pobre que estudou até a primeira série do antigo ginásial, saiu de casa aos 14 anos, abriu sua primeira loja aos 18, venceu, cresceu e construiu um império. Não satisfeito, exerceu forte militância empresarial e evoluiu para a política partidária. Apaixonou-se pelos palanques. Sonhou um dia ser Presidente da República e revolucionar o Brasil.

Em toda essa trajetória [escreveram os editores da Sextante], jamais abandonou as origens e a fé em um país mais desenvolvido e mais justo, nem se afastou dos pais, dos irmãos e dos sobrinhos, tornando-se o eixo em torno do qual girou uma numerosa família para quem ele é simplesmente “Zezé”.

[Para muitos e para o Presidente, o Zé Alencar.]

Casado com Mariza, a moça mais bonita de Caratinga, pai de Maria da Graça, Patrícia e Josué – o herdeiro no controle dos negócios –, Alencar tem cinco netos e duas bisnetas. Na opinião de alguns dos mais respeitados médicos brasileiros, ele é um desafio, quase um milagre [escreveram os editores da Sextante]. Para milhões de brasileiros, um comovente exemplo de amor à vida.

É esta saga de um brasileiro com tantas histórias e “causos” para contar que chega agora às mãos dos leitores brasileiros, pela pena da jornalista Eliane Catanhêde, muito sensível e primorosa nos seus textos, (...)

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...que está chegando às livrarias a biografia de José Alencar.

Essa biografia marca o lançamento também de um novo selo da Editora Sextante, Primeira Pessoa, dedicado a obras de não ficção com ênfase em biografias, autobiografias, relatos, depoimentos e livros-reportagem.

Temos que agradecer essa iniciativa da Editora Sextante e sobretudo à jornalista Eliane Catanhêde pelo patrimônio cultural, histórico, de memória que nos deixa com essa primorosa biografia.

É uma honra trazer, dizem eles, à luz este novo selo com a biografia de brasileiro que se tornou exemplo de homem público na atividade empresarial, na política e no cotidiano da luta contra o câncer. A palavra que ninguém gosta de pronunciar sai da boca do Vice-Presidente com a naturalidade e a transparência de quem fala de um resfriado. O câncer não é um resfriado, mas uma doença...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...que pode e deve ser enfrentada com obstinação e com muita esperança.

José Alencar, no que descreve a nossa colega Eliane Catanhêde, fez dele um super-homem no traço de um adolescente com a coragem que teve para vencer essa doença. Ou alguém dono de “fé inabalável”, na expressão de um dos milhares de brasileiros que escreveram ao longo dos últimos oito anos para o gabinete da Vice-Presidência da República. Ou ainda um amante da vida, um homem que renasce dia após dia, cirurgia após cirurgia, internação após internação.

Um dia, Alencar ouviu de seu pai que o importante na vida é poder voltar. Ele, de fato, voltou muitas vezes. Voltou a Ubá. Voltou a Belo Horizonte. Voltou à representação empresarial depois de perder uma eleição sofrida.

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Voltou ao comércio de tecidos depois de uma breve incursão pela negociação de café. Voltou à Vice-Presidência da República, reeleito na chapa de Lula. Porém, o mais importante – e aqui transcrevo o que disseram os editores da Sextante, na apresentação dessa biografia –, o que não está ao alcance de qualquer mortal, foi o retorno à vida. As palavras do pai se revelaram proféticas, e aí está o filho, de volta à vida incontáveis vezes, agora de corpo e alma à disposição dos leitores – agora, mais de alma, na sua história, na biografia escrita por Eliane Catanhêde.

José Alencar, a quem eu, na condição de jornalista, muitas vezes entrevistei, Presidente José Sarney, assim como fiz com V. Ex^a, como Presidente da República, fez um combate duro à taxa de juros, aos juros altos. E, mesmo participando de um Governo, sabia representar bem os anseios e as demandas de sua categoria...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...e também os anseios e as demandas sociais.

Internado em um dos centros de maior atenção e referência na Medicina, em São Paulo, ele se lembrava dos pobres que não têm acesso aos mesmos recursos da Medicina e hospitalares.

Esse foi o homem que deixou hoje a nossa convivência, um homem que deixou um legado de honestidade, de integridade, de amor à vida, mas de amor, sobretudo, ao seu País e à sua Minas Gerais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wilson Santiago, na verdade, eu já usei da palavra na abertura da sessão de hoje à tarde, às 14 horas. Eu falei de Mário Covas e também do nosso querido Vice-Presidente José Alencar.

Presidente Sarney, que está saindo neste momento, eu quero destacar que falei, da tribuna, sobre o livro *A Pátria somos todos*, cuja apresentação foi feita pelo meu querido amigo, agora falecido, Zé Alencar. Ele fez uma abertura de três páginas e comenta que o livro é uma homenagem a todos aqueles que construíram o Rio Grande e, consequentemente, este País. Quando faz uma homenagem a toda formação do povo gaúcho, ele comenta também, claro, o nosso trabalho aqui, no Congresso Nacional.

Mas eu não quero falar do livro. Eu quero, neste momento, Sr. Presidente, dizer que tive a alegria de conviver, por inúmeros momentos, com o nosso querido Vice-Presidente da República, que faleceu no dia de hoje.

Houve um episódio que eu vou registrar aqui e eu tenho certeza de que os dirigentes da Fiergs, no Rio Grande do Sul, haverão de buscar essa fita gravada quando José Alencar termina uma palestra para todo o PIB gaúcho. No último minuto, ele mete a mão no bolso, tira um papelzinho como este, todo amassado, e declama um dos clássicos do Cartola, falando do nosso povo, das favelas, do samba, da caminhada, da construção e do nosso compromisso com a história da construção de um mundo melhor para todos.

Esse é o José Alencar que eu conheci e que aprendi, a cada dia, a respeitar. Vou aqui me dar o direito de não só citar os seus familiares que eu conheci, a Sr^a Mariza Gomes da Silva, o Josué Gomes da Silva, a Maria Graça Gomes da Silva, a Patrícia Gomes da Silva, mas vou aqui falar, numa homenagem muito singela, do seu maior escudeiro além da sua família. Quero falar de seu chefe de gabinete, Antônio Adriano da Silva.

O Antonio acompanhou o nosso querido ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República por décadas, eu diria. O Adriano, como era conhecido como chefe de gabinete, estava sempre à disposição dos Senadores, Deputados, daqueles que queriam dialogar com o nosso Vice-Presidente, que atendia a todos, mesmo quando estava no exercício da Presidência da República.

Eu termino, Sr. Presidente, só lembrando que tenho muito orgulho e que vou guardar este livro com muito carinho, com as palavras, aqui, desse homem que, sem sombra de dúvida, é uma referência para todos nós, uma referência como político, uma referência como homem, uma referência como pai de família e a referência como um guerreiro, um lutador, que enfrentou tudo aquilo que alguém pode imaginar contra o câncer.

Ele peleou, peleou. Ele sabia que um dia teria que fazer a viagem, e fez a viagem interna no dia de hoje, mas a peleia dele foi bonita, e o Brasil só tem que dizer: "Palmas, palmas a você, meu querido amigo, José Alencar". (*Palmas.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paulo Paim, pelas palavras que todos nós reconhecemos como exemplares para todos os brasileiros.

Com a palavra, o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras ainda presentes nesta sessão de hoje, eu estava no meu gabinete e assistia à TV Senado, ouvindo atentamente todos os Senadores que fizeram uso da palavra, e confesso a vocês, eu que perdi meu pai muito cedo – meu pai foi assassinato com 42 anos –, ouvindo a palavra dos colegas aqui, cheguei a me comover, porque o Vice-Presidente José Alencar, como já foi dito aqui por vários oradores que usaram esta tribuna, foi uma pessoa que, com certeza, vai ficar marcada na história política, na história empresarial deste País.

Passaram aqui oradores de todos os partidos, todos sempre reconhecendo o legado, o trabalho que esse homem prestou a todos nós. Eu digo todos nós, porque todos nós acompanhamos essa luta, a luta pela vida. Lembro que, em todas as vezes que o nosso Vice-Presidente recorria a um hospital, a uma UTI, virava uma corrente, Senador Paulo Paim, de brasileiros, torcendo para que ele se restabelecesse. Esse homem conseguiu tocar, sim, o sentimento de todo o povo brasileiro. Daí, hoje é um dia muito triste para todos nós.

E eu queria aqui, em nome do meu Partido, o Partido da Mobilização Nacional, também prestar as minhas homenagens a esse cidadão brasileiro que deu uma contribuição muito grande.

Com um gesto de humildade, esse grande empresário aceitou ser Vice de um homem humilde, como foi o nosso Presidente Lula, e deu uma contribuição muito importante ao governo do Presidente Lula.

Ficam aqui o nosso reconhecimento, em meu nome e em nome do povo acriano, e o nosso agradecimento à família do Sr. José Alencar Gomes da Silva. Se procurássemos aqui palavras, não teríamos palavras, porque vários oradores já aqui usaram todos os adjetivos que nós poderíamos falar. Mas, com certeza, esse homem deixou o seu nome gravado, com letras maiúsculas, na história do nosso País.

Então, ficam aqui os meus parabéns à família, aos companheiros do PRB – ouvi aqui o Senador Crivella, muito combativo. Ele era um amigo pessoal. Eu tive a oportunidade de conversar com o Senador Crivella sobre uma vez em que ele foi visitá-lo na UTI lá em São Paulo, e ele me falava da vontade que o nosso Vice-Presidente tinha de vencer essa batalha. E eu diria que a venceu. Venceu, porque ele deixou um exemplo para todos nós, um exemplo de luta, de garra.

É isso aí.

José Alencar, vá em paz!

O PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu queria me somar a todos e a todas que, nesta Casa, expressaram solidariedade à família, à Dona Marisa, aos filhos, aos familiares desta figura humana extraordinária que tive o privilégio de conhecer e conviver. E não o chamaria de Vice-Presidente José Alencar. Entendo que o correto é o chamarmos de Presidente José Alencar. Ele deixou uma história de vida que é uma espécie de pedagogia da ética, do vencedor, do modelo do exemplo de vida para nós todos brasileiros. Foi também uma referência e um exemplo como empreendedor, mostrando que, com princípios, com determinação, com luta, pode-se vencer na vida.

Depois de se tornar uma referência no mundo empresarial brasileiro, ele aceitou o desafio de participar da vida pública como político. Esta Casa teve o privilégio e a honra de tê-lo como Senador.

O PT, meu partido, diferente de outros que também sonhavam ter como parceiro José Alencar, teve a honra e o privilégio de estabelecer com ele uma parceria política que mudou a história do nosso País.

Na época, eu era Governador do Acre e acompanhava de perto os movimentos do Presidente Lula e do PT na busca de estabelecer uma chapa de candidato a Presidente e a Vice-Presidente que pudesse, de alguma maneira, atrair a atenção do País e, a partir dali, ganhar a confiança do povo e iniciar um trabalho

que pudesse mudar a vida do nosso povo e mudar o nosso País.

O Presidente Lula, com a história de vida que tem, achava pouco a sua experiência política, o seu partido, os seus propósitos. E, para completar esse compromisso com o Brasil, encontrou talvez um dos mais exemplares brasileiros. E foi exatamente na figura de José Alencar Gomes da Silva que o Brasil viu uma chapa de candidatos a Presidente que, por si só, já era uma revolução na história das disputas para Presidente no Brasil. Ganharam a confiança do povo, venceram as eleições. E aí, quem não conhecia José Alencar, pôde ver a figura extraordinária que ele era e continuará sendo para nós. Dizem, eu acredito, que o poder revela as pessoas, e ali o Brasil viu uma figura humilde, determinada, honesta.

Chamo-o de Presidente porque ele, como Vice-Presidente, foi a pessoa que mais assumiu a Presidência da República na história da nossa República, mais tempo exerceu a Presidência e deixou um exemplo de como se deve comportar no segundo mais importante cargo do nosso País. Nenhum conflito, meu caro amigo e Senador Paim, nenhum conflito, com ele sempre reafirmando a sua identidade.

Ninguém lutou mais do que José Alencar para que o Brasil atentasse para as taxas de juros. Ele mesmo, tendo um dos maiores patrimônios do Brasil, foi um avalista, diuturnamente, da política do Presidente Lula de estender a mão para os excluídos. Ele deu a garantia que o Brasil não conhecia. O Brasil já teve muitos conflitos entre o titular do posto e seus vices. Aliás, o Brasil vivia quase um trauma, quando o assunto era esse.

José Alencar nos fez conhecer uma nova era. Foi muito além de um outro grande Vice-Presidente, Marco Maciel, muito além. Governou junto com o Presidente Lula. Foi de fato Presidente da República. Mas, depois de tantas lições, o Presidente José Alencar deixou, talvez, a maior delas. Depois de ter vencido tantos desafios, ele nos deixou, talvez, o maior e o melhor ensinamento, quando nos ensinou, a todos e a todas, a importância da vida.

A vida está vulgarizada no mundo e, no nosso País, não tem valor para muitos. A vida, para muitos, é um sentimento cristão, é o mais nobre dos sentimentos cristãos. José Alencar, com sua experiência, vivência, humildade e simplicidade, ensinou-nos a dar valor à vida e, mais do que isso, nos ensinou a lutar pela vida.

Eu acho que essa é a lição que se espalhou pelo País. Ninguém mais, depois dessa luta de José Alencar pela vida, pode achar que o seu problema é maior do que o dos outros. Dezessete cirurgias, infinitas entradas em hospitais, e sempre o mesmo sorriso na saída, sempre a mesma palavra de esperança, para vencer

o desafio que o tempo lhe trouxe de uma doença incurável. Foi mais de uma década de luta.

Eu tenho muito orgulho de ter convivido com ele, de ter sonhado com ele, de ter aprendido com ele.

Em meu nome, em nome do atual Governador do Acre, Tião Viana, e sei que também em nome do meu colega Anibal e de todas as colegas e os colegas, aqui quero prestar solidariedade, esse sentimento de amor à família do Presidente José Alencar, sua esposa, Dona Marisa, seus filhos, seus netos e seus amigos.

Por fim, eu queria lembrar aqui de um outro mineiro, João Guimarães Rosa.

Encerro, lendo um trecho de uma poesia que talvez expresse bem a vida extraordinária dessa figura extraordinária, desse brasileiro que ajudou a deixar o Brasil melhor para as brasileiras e para os brasileiros de menor posse, dessa figura que nos ensinou que a luta por bens materiais pode ser parte da vida, do interesse do ser humano, mas que ela pode até ser alcançada sem prejuízo à sensibilidade, à preocupação com aquele que não tem, com aquele que não sabe, com aquele que não pode.

Eu gostaria que ficasse constado nos Anais do Senado este pequeno trecho de João Guimarães Rosa, que diz:

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta, esfria,

aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

Essa palavra "coragem" tem sido deturpada como algo que só se apresenta por pessoas que têm força, que se mostram superiores. Mas, se nós formos estudar a origem da palavra coragem, coragem é a ação do coração. É isto que significa coragem: a ação do coração.

E acho que essa frase, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, talvez expresse essa figura humana.

Foi um homem que fez da sua ação uma ação do coração. Por isso, ele deu certo nesta vida. Por isso, eu tenho certeza de que ele está sendo bem acolhido, nesta hora, no coração, nas orações de todos os brasileiros, de todas as brasileiras. E para nós, cristãos, ele certamente está sendo acolhido pelo nosso Pai.

Então, somando-me aos meus colegas, deixo aqui esse reconhecimento em nome do povo do Acre, que ele ajudou, que ele tentou estimular, falando de sua vida, chorando lá no Acre, contando sua história de vida, que nos deixou tantas lições.

Que a família dessa figura tão extraordinária, com quem tive o privilégio de conviver e de ser amigo, possa receber de todos nós nossa solidariedade e, de alguma maneira, que possamos estar perto da família, da D. Marisa e de seus filhos, neste momento de sofrimento, de dor e de perda, e que o Brasil possa

fazer o reconhecimento do que significa a vida de um homem digno, ético, honrado como foi o Presidente José Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria inicialmente abraçar, de forma afetuosa, a família do Presidente José Alencar, sua esposa, Dona Mariza, seus filhos, seus amigos, neste momento de dor e de perda.

Mas eu não poderia deixar de registrar a minha mais profunda admiração pelo nosso José Alencar. E digo nosso porque o Presidente José Alencar se tornou patrimônio do povo brasileiro. Ao longo da minha existência de 51 anos, não conheço uma outra pessoa por quem eu tenha tido tanta admiração como tenho admiração pelo Presidente José Alencar.

Não tive a oportunidade e o privilégio de conviver com ele, como tiveram muitos dos nobres Pares desta Casa. Falo aqui como um admirador, um admirador do homem público e um admirador do ser humano.

O Presidente José Alencar reunia duas características que sempre me impressionaram muito: sua profunda seriedade no trato da coisa pública e, ao mesmo tempo, o seu mais refinado bom humor na sua vida pessoal.

O Brasil deve muito a José Alencar; o Presidente Lula, grande parte do sucesso obtido pelos dois Governos do Presidente Lula e pelo nosso País, nos últimos 8 anos, deve-se ao Vice-Presidente José Alencar, que contribuiu, com sua sabedoria, com sua crença neste País, com seu otimismo, com sua relação com o setor produtivo, para quebrar preconceitos, quebrar paradigmas, para que o Brasil pudesse se desenvolver, reduzindo as desigualdades sociais, reduzindo as desigualdades regionais.

E me lembro das declarações irreverentes do Vice-Presidente José Alencar, sempre defendendo com muita coerência, muitas vezes até discordando de uma posição majoritária do Governo, em relação ao aumento dos juros. E ele tanto falou que o Governo, nos seus anos seguintes, passou a adotar a política de redução de juros.

Mas o que mais me impressionava no Presidente José Alencar, na pessoa de José Alencar, era sua determinação, sua coragem, a tranquilidade com que ele enfrentava as adversidades, a tranquilidade e o bom humor com que ele vencia a morte. Internava-se nos hospitais sempre para fazer mais uma cirurgia – como disse o Senador Jorge Viana, foram 17 cirurgias. Era

absolutamente impressionante, parecia um milagre o bom humor e o otimismo com que ele saía dos hospitais acreditando na vida porque tinha uma missão a cumprir. E a missão do Presidente José Alencar era de servir ao povo brasileiro e de servir ao Brasil.

Impressionava-me o Presidente José Alencar e, na pessoa de José Alencar, o seu profundo amor ao Brasil e o seu profundo amor à vida. Tenho convicção de que o exemplo de José Alencar será farol a iluminar a trajetória deste País, a trajetória do nosso povo. E feliz o País, feliz a geração que pôde conviver com um homem com as qualidades de José Alencar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta tarde, em nome do PDT, em nome da população do meu Estado, o Estado de Rondônia, nos solidarizar com toda a população brasileira, em especial, com a população mineira pela perda desse grande líder, nosso ex-Presidente, ex-Vice-Presidente José Alencar, nos solidarizar com toda a sua família.

José Alencar, empresário, ex-Senador, ex-Vice-Presidente, ex-Presidente da República, que fez um grande contraponto com o ex-Presidente Lula nesses oito anos de mandato. Um empresário bem-sucedido com um líder sindical governaram nosso País; governaram nosso País com muita maestria, parecia que a convivência daquele empresário com aquele líder sindical natural, era coisa que nasceu junto com eles. E fizeram realmente, dando um exemplo de como se governa, um exemplo de humildade, um exemplo de sabedoria.

Sua história de vida é um exemplo da força empreendedora do brasileiro. Esse mineiro da Zona da Mata, décimo primeiro filho de um comerciante e de uma dona de casa, começou a vida profissional como vendedor de tecidos e, ao longo da vida, construiu uma das mais importantes indústrias têxteis em nosso País.

Foi uma liderança respeitada entre empresários, industriais, de todo o nosso País. E como bom líder levou sua experiência como administrador para a política, governando o nosso País. Sua passagem pelo Senado foi marcada pela defesa do setor produtivo, da reforma tributária e pela busca da redução dos juros, bandeira que também defendeu na condição de Vice-Presidente brasileiro. Muitas vezes, criticou a política econômica de seu próprio Governo. Com certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, elas tiveram grande influência nas decisões que nos levaram ao controle da inflação e à estabilidade econômica brasileira.

O Brasil hoje é uma economia estável graças também à persistência do nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, um homem persistente em tudo o que fez e na luta, principalmente, pela vida. Deixa, com isso, um grande exemplo para todos nós brasileiros.

É de homens assim que o Brasil precisa. Espero que possamos seguir os seus passos em nome da Bancada do PDT. Digo que vamos continuar lutando pela reforma tributária, pela redução dos juros e pela defesa do setor produtivo do nosso País.

Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Acir, me permite um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com prazer, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Hoje, na abertura dos trabalhos às 14 horas, eu fiz uma citação e quero fazer o aparte a V. Ex^a, que é Líder do PDT, fala pelo seu Partido. Eu diria que José Alencar entra para a história como aqueles homens que marcaram o seu tempo e que serão inesquecíveis. E me permita aí fazer uma homenagem ao nosso querido PDT, sabe o carinho que eu tenho pelo PDT, dizendo que José Alencar quem sabe esteja lá no alto agora, tomando um chimarrão com Leonel Brizola, com João Goulart, com Getúlio e com Mário Covas. Eu faço este aparte nesse sentido. Eu tenho um carinho muito grande por esses líderes que aqui citei, poderia ter lembrado Pasqualini, poderia lembrar Ulysses Guimarães, que foi o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, mas são homens que marcaram o seu tempo, é inegável. Já faleceram, mas a história deles vai ser contada geração a geração, como falamos, com os erros e acertos de Getúlio, como falaremos de outros que tiveram muito mais acertos do que erros. Mas eu tenho um carinho muito grande por Brizola, por João Goulart, e naturalmente Zé Alencar continua aqui no meu coração. Faço um aparte a V. Ex^a cumprimentando o PDT e, naturalmente, o nosso Vice-Presidente que perdemos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pelo seu aparte, Senador Paim.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Queria um aparte também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora. Com o maior prazer.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu não poderia também deixar de me manifestar em nome do PSOL, do Partido Socialismo e Liberdade, de toda a nossa Bancada aqui no Senado, porque nós queremos também externar aos familiares, amigos do ex-Vice-Presidente da República e ex-Senador José Alencar, e a todos, o seu percurso e a sua trajetória partidária, que, pelo que nós pudemos acompanhar, ele também fez muitos amigos nesse caminho. Então, eu queria externar o meu mais profundo pesar pelo falecimento

ocorrido. Não é possível falar numa situação extrema, de morte, sem considerar e transmitir à Dona Marisa, que foi sua companheira de toda uma vida, as nossas condolências, e em nome do povo paraense também que, de uma forma ou de outra, na condição de Vice-Presidente da República, ele correu o Brasil, ele emocionou muitas pessoas, sobretudo nesse último período, desde o início do seu tratamento. Eu sou solidária também, porque fui vitimada por um câncer. Felizmente, consegui vencer essa briga com a doença. Tenho o privilégio de estar viva hoje aqui, curada, podendo neste momento me solidarizar com a família e amigos, porque ele foi um lutador. Acho que ele extrapolou todos os limites das dificuldades que são peculiares a essa doença, que só sabe quem passa por ela. Por muito tempo, ele resistiu e resistiu em nome da vida, em nome do amor à vida, coisa que muitos brasileiros infelizmente não conseguem por tanto tempo permanecer vivos como ele permaneceu. Eu queria agradecer a V. Ex^a a oportunidade de fazer um aparte e falar da nossa tristeza também que se junta à tristeza do povo brasileiro. Obrigada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora, pelo seu aparte, pelas suas colocações sempre pertinentes e muito importantes, neste momento. Temos grandes momentos para lembrar do nosso ex-Vice-Presidente.

Senador Paim, V. Ex^a lembra junto comigo da última visita do ex-Vice-Presidente ao Congresso Nacional ao final do ano, quando tivemos o prazer de recepcioná-lo. Aliás, ele, sempre muito inspirado, deu uma aula de perseverança, de vontade de viver a todos nós, brasileiros. Foi um dia especial.

Temos muitos momentos para lembrar do ex-Vice-Presidente, mas aquele dia foi um dia especial. O Congresso se levantou para aplaudir o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar. Foi um dia muito emocionante para todos nós. Vai ficar a imagem, no meu coração, a lembrança daquele dia, daquele José Alencar forte, resistindo, lutando contra a natureza, tentando driblá-la, e dizendo que não tinha medo da morte. No dia em que Deus quisesse o levaria, sem nenhum problema, mas somente no dia em que Deus quisesse.

Quero dizer simplesmente: descanse em paz, nosso Vice-Presidente José Alencar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Acir, V. Ex^a, em nome do PDT, registra de fato a história de José Alencar e a figura, a pessoa humana que ele comprovou ao longo da vida. Quando V. Ex^a cita alguns exemplos, algumas passagens na convivência com o ex-Vice-Presidente da República José Alencar, quando o nosso Acir registra isso, Senador Paim, lembramos do dia 2 de fevereiro de 2010, na abertura do período legislativo. Na oportu-

tunidade, ele reconheceu a importância do Congresso Nacional, fez um relato da sua vida, relatou também o enfrentamento à própria doença de que estava acometido e, com naturalidade, deixou a critério de Deus o seu destino. Naquele momento, emocionou a todos nós. Foi aplaudido de pé naquele instante. Por essa razão, aquela data entendo como marcante não só para o Congresso Nacional, como para a história do Brasil. Um homem como José Alencar reconhecendo a sua situação, o momento em que vivia, foi reconhecido pela população. Ele, também conformado com a situação em que se encontrava, por essa razão, entregava o seu destino a Deus. Foi uma forma de despedida aquele instante aqui no Congresso Nacional

V. Ex^a, Senador Acir, em nome do PDT, registra o posicionamento de V. Ex^a e do seu Partido, o que também se estende ao posicionamento de todos que aqui estão e falaram no dia de hoje.

Então, o dia de hoje é emocionante e marcante para a vida de todos nós, de todos os brasileiros. Por isso, estamos todos de luto, como está de luto o Brasil. Parabéns a V. Ex^a! (Pausa.)

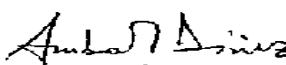
O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa requerimentos que passo a ler:

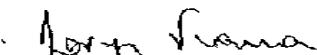
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 292, DE 2011

Requeremos, nos termos do § 1º, do Art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, de autoria do ex-Senador Tião Viana, que: "Altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica).

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.

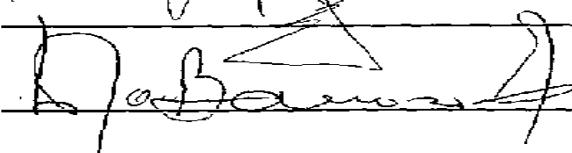

Senador ANÍBAL DINIZ
PT/AC





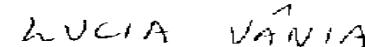


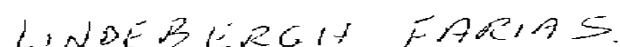




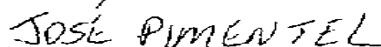












COBAS10/3laraANITA ESCREVOWallace MoraesDPAIMTatiaÁLVARO DIASReaparecerDDonaButsylicyMARAA SUPILYGabriellyPEDRO SIMONGuilhermeMOZILDOQuellaGuGleisiAlcolumbreWizWZJosé RorizJR



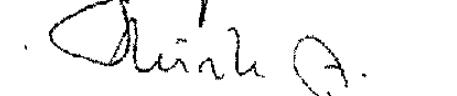
CÁCERES LUCENA



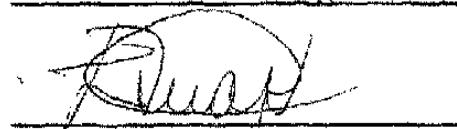
ALVARO DIAS



ACIR



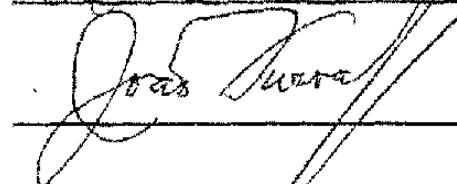
históvan.



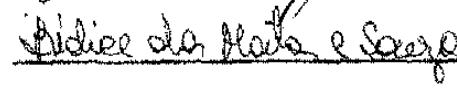
Eduardo Azeredo



ANTONIO CARLOS VALADARES



José Durval



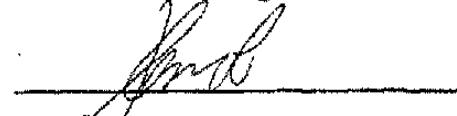
Lúcio Alves de Souza



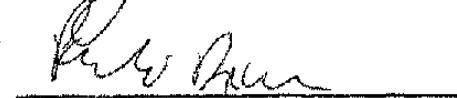
VANESSA GRAGGIOTIN



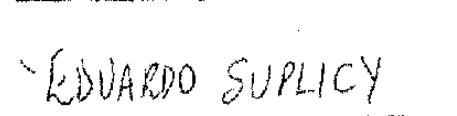
RENOLENTE RODRIGUES



ZÉ LOBO



ÁLVARO DÓRIA

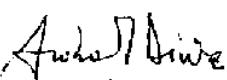


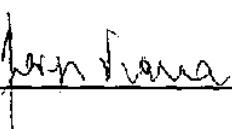
EDUARDO SUPLICY

REQUERIMENTO Nº 293, DE 2011

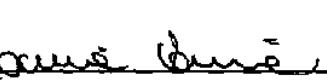
Requeremos, nos termos do § 1º, do Art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do ex-Senador Tião Viana, que: "Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.

Sala de Sessões, 29 de março de 2011.


Senador ANÍBAL DINIZ
PT/AC













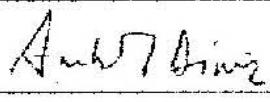


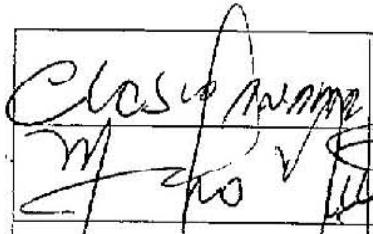
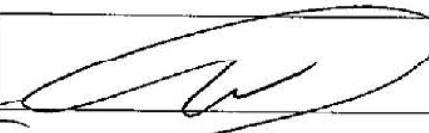
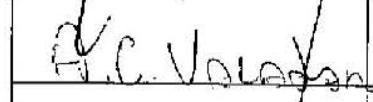
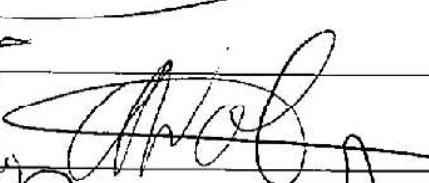
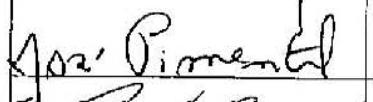
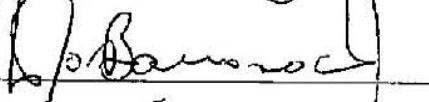
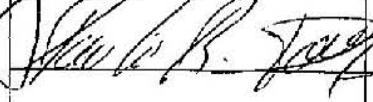
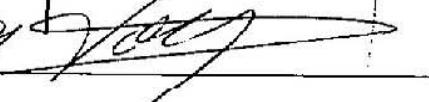
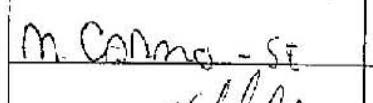
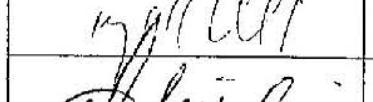
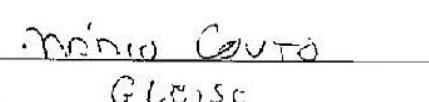
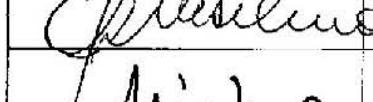
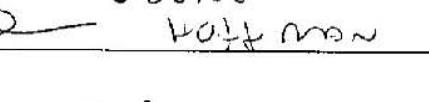
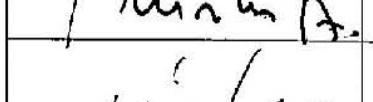
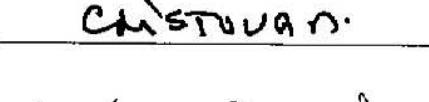
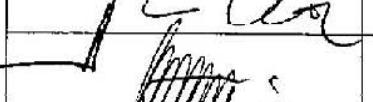
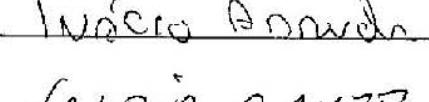
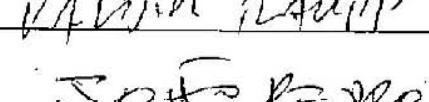
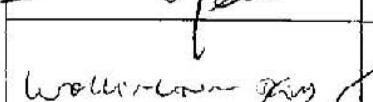
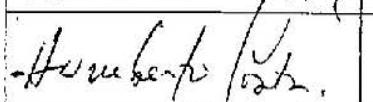
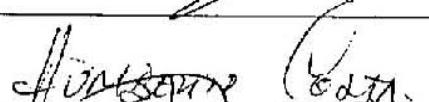
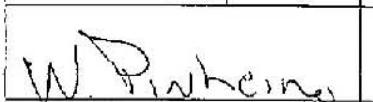
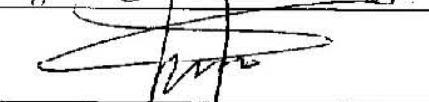
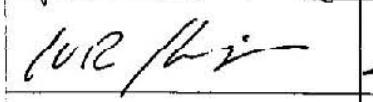
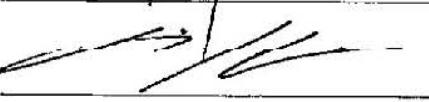


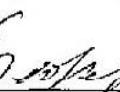
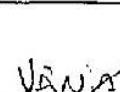
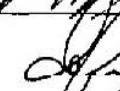






 | Para todos os projetos relacionados. |
| Renato Janine Ribeiro |  | Para todos os projetos relacionados. |
| Angela Portela |  | Para todos os projetos relacionados. |

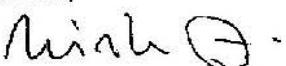
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos

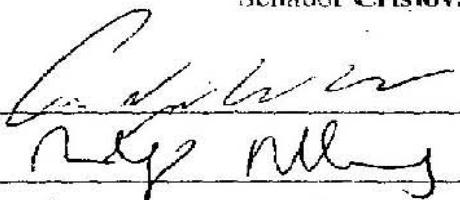
		relacionados.
	Gian Angelo	Para todos os projetos relacionados.
	Agostinho Nunes Faria	Para todos os projetos relacionados.
	Pedro Júnior	Para todos os projetos relacionados.
	Sérgio Vicente Claudio	Para todos os projetos relacionados.
	Lucio Viana	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Cicero Luiz da Cunha	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
	Ana Rita	Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.
		Para todos os projetos relacionados.

REQUERIMENTO Nº 295, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado 375/2005, que estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.

Sala das Sessões,


Senador Cristovam Buarque

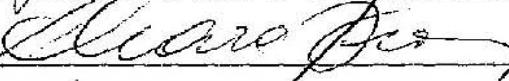

Senador Colbe


Senador Regis

LÍDICE DA MATA


Senador Alvaro Dias

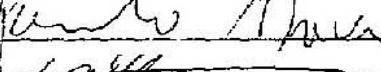
AMÔNIO CARLOS VALADARES


Senador Alvaro Dias

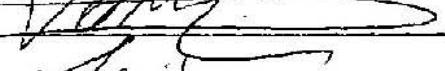
ALVARO DIAS


Senador Moisés

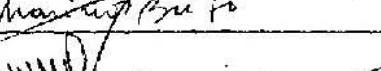
MOISÉS


Senador Paulo Paim

PAULO PAIM


Senador Paulo Paim

PAULO PAIM


Senador Marinho

MARINHO


Senador Neide Bukman

NEIDE BUKMAN


Senador João Durval

JOÃO DURVAL


Senador Eduardo Azeredo

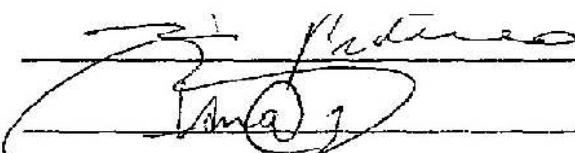
EDUARDO AZEREDO


Senador José Vicente

JOSÉ VICENTE ALMEIDA

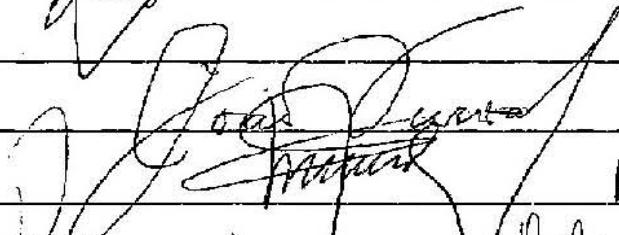

Senador Francisco Dornelles

FRANCISCO DORNELLES

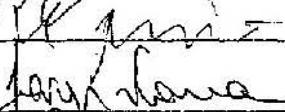
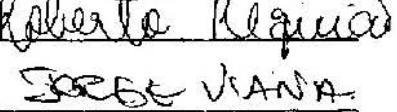
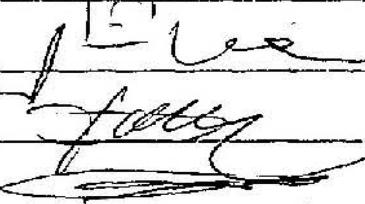
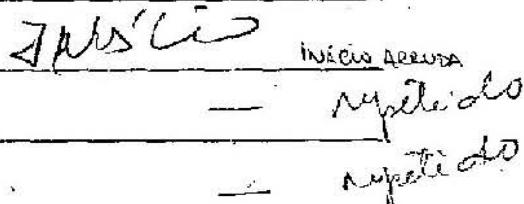
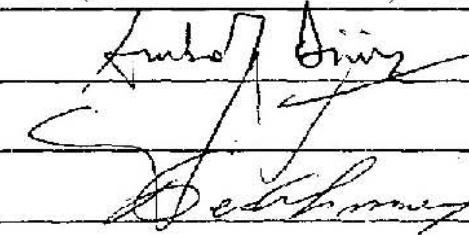
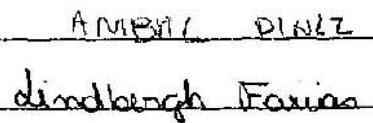

PT/4 M ^{JOÃO PEDRO}
WELLINGTON DIAS
AVANTIA - PT/ES
RANOLFE RODRIGUES



VALMIR RAMALHO



WALTER PINHEIRO


Roberto Requião
José VIANA
Jair Bolsonaro
Inácio ARRUDA
— repetido
Amílcar DINIZ
Dindburgh Farina

REQUERIMENTO Nº 296, DE 2011

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento e consequente continuidade das proposições a seguir listadas:

- Proposta de Emenda à Constituição 20, de 1999;
- Proposta de Emenda à Constituição 56, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 301, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 327, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 438, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 440, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 457, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 478, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 496, de 2003;
- Projeto de Lei do Senado 524 de 2003;
- Proposta de Emenda à Constituição 37, de 2004;
- Projeto de Lei do Senado 113, de 2004;
- Projeto de Lei do Senado 196, de 2004;
- Projeto de Lei do Senado 267, de 2004;
- Projeto de Lei do Senado 316, de 2004;
- Projeto de Lei do Senado 341, de 2004;
- Proposta de Emenda à Constituição 51, de 2005;
- Proposta de Emenda à Constituição 15, de 2006;
- Proposta de Emenda à Constituição 32, de 2006;
- Proposta de Emenda à Constituição 47, de 2006;
- Projeto de Lei do Senado 118, de 2006;
- Projeto de Lei do Senado 227, de 2006;
- Projeto de Lei do Senado 252, de 2006;
- Projeto de Lei do Senado 260, de 2006;
- Projeto de Lei do Senado 277, de 2006.

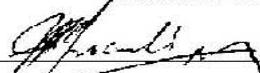
Sala das Sessões,

Senador DEMÓSTENES TORRES

Nome

1. Cyro Miranda

Assinatura



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

2. Delcídio Amorim



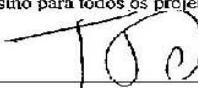
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

3. Waldemir Moka



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

4. Francisco Dornelles



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

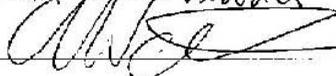
5. INÍCIO PIRENA

Antônio Carlos Valadares



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

6.



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

7.

Valdir Raupp



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

8.

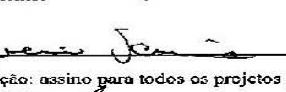
Bento Maggi



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

9.

Wiana Vainá



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

10.

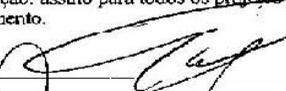
Argo Ayala



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

11.

ELCÉSIO D'ÁVILA



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

12.

Aécio Neves

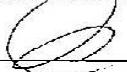


Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

Nome

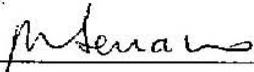
13. Marco Minn

Assinatura



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

14. Marisa Serrano



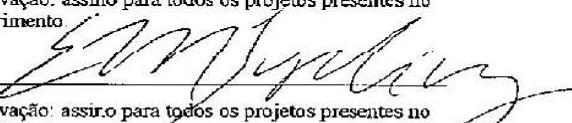
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

15. Cassiano Maldonado



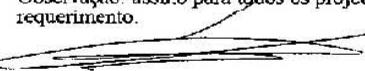
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

16. Eduardo Suplicy



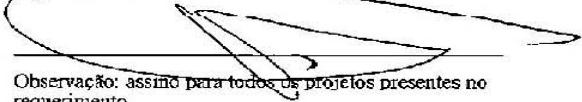
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

17. Mozarildo

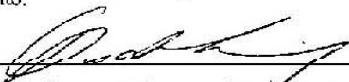


18. Namorife

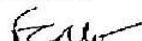
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

19. Dárcio Simon

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

20. FERNANDO COLARES

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

21. Éunicio Oliveira

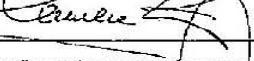
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

22. Marcelo Crivella

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

23. Ana Amélia

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

24. HUMBERTO COSTA

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.



Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

25. Jair Bolsonaro

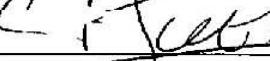
Nome

Assinatura

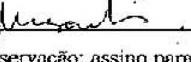
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

26. Pedro Taques

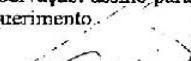
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

27. Marina Dornelles

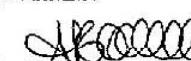
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

28. Garibaldi Alves

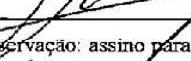
Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

29. Angela Portela

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.

30. Paulo Paim

Observação: assino para todos os projetos presentes no requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 297, DE 2011

REQUEREMOS, nos termos dos artigos 154, § 5º e 199, § 1º, c/c art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **Sessão Especial** para comemoração do **Dia do Administrador**, a realizar-se no dia 15 de setembro de 2011, no Período do Expediente.

Sala das Sessões,

Senador CYRO MIRANDA
PSDB/GO

Frank J. St
Walter J. St
Frank J. St

Paul R. Foster
Audrey Foster
Wadean Wren
Katherine Foster
Lindbergh Faries

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência esclarece ao Plenário que a solicitação contida no **Requerimento nº 297, de 2011**, é para o Período do Expediente da sessão do dia 15 de setembro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 298, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 214, com observância do disposto no art. 215, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em

conjunto do Projeto de Lei da Câmara n.º 4, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado n.º 94, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador Wellington Dias.

REQUERIMENTO N° 299, DE 2011

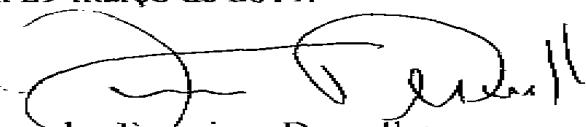
Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal requeiro que o Projeto de Lei do Senado 50 de 2011, que *Insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940 para incluir os casos de anencefalia fetal*, seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS. – Senador Humberto Costa.

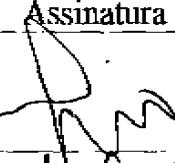
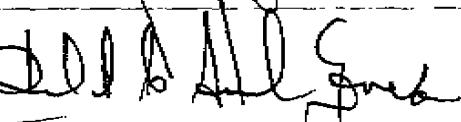
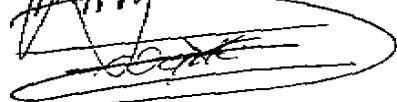
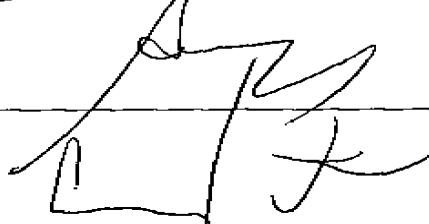
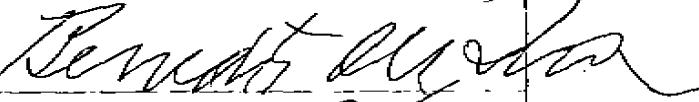
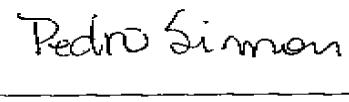
REQUERIMENTO Nº 300, DE 2011

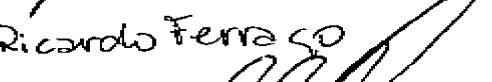
Requer, nos termos do § 1º do art. 332, do Regimento Interno, o desarquivamento e consequente continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, que “adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear”.

Sala das Sessões, em 29 março de 2011.


Senador Francisco Dornelles
(Líder do PP)

Nome	Assinatura
1. <i>Mari se Senna</i>	<i>M. Senna</i>
2. <i>Ana Amélia</i>	<i>Ana Amélia</i>
3. <i>LOBAO</i>	<i>LOBAO</i>
4. <i>Eduardo Braga</i>	<i>Eduardo Braga</i>
5. <i>Cyro Moreira</i>	<i>Cyro Moreira</i>
6. <i>Roberto Requião</i>	<i>Roberto Requião</i>

	Nome	Assinatura
7.	Sérgio Petecão	
8.	Decídio do Amaral	
9.	Jáneira Cezarotto	
10.	Valdir Raupp	
11.	Renato Reis	
12.	Alayso Vaz	
13.	Lindberg	
14.	Marina Brit	
15.	Wenceslau	
16.	Bruno	
17.	Roberto	
18.	SRHPE	
19.	Destinatário	

	Nome	Assinatura
20.	Angelo Portela	
21.	Ricardo Terra	
22.	Marcos	
23.		
24.	Alvaro Dias	
25.	Adelio Gurgacz	
26.	Felipe Ribeiro	
	Edvaldo Braga	

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler:

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 301, DE 2011

Requeiro Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José de Alencar Gomes da Silva.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José de Alencar Gomes da Silva.

Justificação

José de Alencar deixará um vazio sem igual porque poucos personagens da vida pública brasileira demonstraram tanto espírito público, desprendimento e lealdade.

Não cremos que José de Alencar tenha nos deixado, porque homens da sua estirpe não morrem, apenas seguem a trajetória em outro plano.

José de Alencar tinha o condão de tornar permanentes seus pensamentos, suas palavras e obras. Será difícil nos esquecermos do largo e franco sorriso deste mineiro de Muriaé, que pautava a conduta pela humildade.

José de Alencar não deixou de lado a alegria nem mesmo diante da doença que lhe foi maltratando e o levou a se submeter a sucessivas operações.

Com uma força inexorável, José de Alencar lutava como um bravo e teimava em desafiar o câncer, em enganar a morte.

Pela lição de honestidade, ética e moral aplicadas ao convívio familiar, empresarial e político, José de Alencar merece este voto, como singela homenagem a um homem que servirá de exemplo as futuras gerações. – Senador **Cyro Miranda**, PSDB-GO.

REQUERIMENTO N° 302, DE 2011 – PLEN

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições desta Casa, seja consignado, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, do Excelentíssimo Senhor José Alencar Gomes da Silva, ex-Vice-Presidente da República e ex-Senador, bem como a apresentação de condolências à família do parlamentar e ao Estado de Minas Gerais.

Justificação

Faleceu na tarde de hoje, dia 29 de março de 2011, José Alencar Gomes da Silva após uma longa e difícil batalha contra o câncer.

Filho de Antônio Gomes da Silva e Dolores Peres Gomes da Silva, começou a trabalhar com sete anos de idade, ajudando o pai em sua loja. Tinha 14 irmãos e irmãs. Quando fez quinze anos, em 1946, foi trabalhar como balonista numa loja de tecidos conhecida por “A Sedutora”. Em maio de 1948, mudou-se para Caratinga, para trabalhar na “Casa Bonfim”. Notabilizou-se como grande vendedor, tanto neste último emprego, quanto no anterior. Ainda durante sua infância, entrou para o movimento escotistas.

Iniciou sua carreira empresarial aos dezoito anos, com a ajuda do irmão Geraldo Gomes da Silva, que lhe emprestou quinze mil cruzeiros. Em 31 de março de 1950, abriu a sua primeira empresa, denominada “A Queimadeira”, localizada na cidade de Caratinga. Vendia diversos artigos: chapéus, calçados, tecidos, guarda-chuvas, sombrinhas, etc. Manteve sua loja até 1953, quando decidiu vendê-la e mudar de ramo.

Iniciou seu segundo negócio na área de cereais por atacado, ainda em Caratinga. Logo em seguida participou – em sociedade com José Carlos de Oliveira, Wantuil Teixeira de Paula e seu irmão Antônio Gomes da Silva Filho – de uma fábrica de macarrão, a “Fábrica de Macarrão Santa Cruz”.

No final de 1959 seu irmão Geraldo faleceu. Assumiu então os negócios deixados por ele na empresa União dos Cometas. Em homenagem ao irmão, a

razão social foi alterada para Geraldo Gomes da Silva, Tecidos S.A.

Em 1963, constituiu a Companhia Industrial de Roupas União dos Cometas, que mais tarde passaria a se chamar Wembley Roupas S.A. Em 1967, em parceria com o empresário e deputado Luiz de Paula Ferreira, fundou, em Montes Claros, a Companhia de Tecidos Norte de Minas, Coteminas. Em 1975, inaugurava a mais moderna fábrica de fiação e tecidos que o País já conheceu.

A Coteminas cresceu e hoje são onze unidades que fabricam e distribuem os produtos: fios, tecidos, malhas, camisetas, meias, toalhas de banho e de rosto, roupões e lençóis para o mercado interno, para os Estados Unidos, Europa e Mercosul.

Na vida política, foi presidente da Federação das Indústrias do testado de Minas Gerais, presidente da FIEMG (Sesi, Senai Iel, Casafam) e vice-presidente da Confederação Nacional da indústria. Candidatou-se às eleições para o governo de Minas Gerais em 1994 e, em 1998, disputou uma vaga no Senado Federal, elegendo-se com quase três milhões de votos. No Senado, foi presidente da Comissão Permanente de Serviço de Infra-Estrutura – CI, membro da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos e membro da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Foi, ao inicio, um vice-presidente de muita personalidade, ao assumir o cargo em 2003, tendo sido uma voz discordante dentro do governo contra a política econômica defendida pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, que mantém os juros altos na tentativa de conter a inflação e manter a economia sob controle.

Já a partir de 2004, passou a acumular a vice-presidência com o cargo de Ministro da Defesa. Por diversas oportunidades, demonstrou-se reticente quanto a sua permanência em um cargo tão distinto de seus conhecimentos empresariais, mas a pedidos do presidente Lula, exerceu a função até março de 2006. Nesta ocasião, renunciou para cumprir as determinações legais com o intuito de poder participar das eleições de 2006. Foi considerado pela **Revista Época** um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009.

Em 25 de janeiro de 2011, recebeu a medalha 25 de janeiro da prefeitura de São Paulo. Ao entregar a medalha ao ex-vice-presidente, a Presidente Dilma Rousseff ressaltou: “Eu tenho certeza de que cada brasileira e brasileiro deste imenso País gostaria de estar agora em São Paulo – esta cidade-síntese do espírito empreendedor do País que completa hoje 457 anos de existência – para entregar junto conosco a Medalha 25 de Janeiro ao nosso eterno vice-presidente da República, José Alencar.” Já, Alencar disse: “Não pos-

so me queixar. A situação está tão boa que não tem como melhorar, todo mundo está rezando por mim". Apesar de estar em uma cadeira de rodas, ele ainda até brincou com o público dizendo: "Aprendi com Lula que os discursos devem ser como um vestido de mulher: nem tão curtos que possam escandalizar, nem tão longos que possam entristecer".

Pelos grandes serviços prestados ao País, dedicando sua vida pública aos interesses de toda a nação brasileira, requeiro em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB as devidas e justas homenagens ao grande homem público José Alencar Gomes da Silva.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB

REQUERIMENTO Nº 303, DE 2011

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Vice Presidente da República José de Alencar:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) representação nos funerais;
- c) apresentação de condolências à família e ao

Estado.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Wilson Santiago**.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

À publicação.

Não havendo mais oradores inscritos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Wilson Santiago...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fiquei de dar um informe aos autistas de todo o País. Está confirmado que, no dia 2, sábado, vamos acender as luzes aqui do Congresso, focando a entrada e as duas torres. Está confirmado já, com a presença do Presidente Sarney, às 18h. Alguns Senadores já confirmaram presença.

Quero também dizer aos autistas que, na quinta-feira, nós da Comissão de Direitos Humanos vamos votar o projeto que regulamenta o direito dos autistas. Era essa a informação.

Agradeço, mais uma vez, Senador Wilson Santiago, a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paulo Paim, pela iniciativa.

Senador Viana, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para informar à Casa que nós tínhamos programado, pela Comissão do Meio Ambiente do Senado, que amanhã estariámos no Município de Porto Velho, em Rondônia, tendo em vista os acontecimentos nas usinas de Jirau e também de Santo Antônio. Então, estava programada essa visita para quinta-feira.

Para amanhã, estava programada uma visita da comissão temporária, criada pelo Senador Lindbergh, a Angra dos Reis.

Tendo em vista o falecimento do ex-Vice-Presidente, tomamos a decisão de suspender as duas agendas, tanto a ida ao Rio de Janeiro amanhã, como a ida a Rondônia na quinta-feira. Em respeito ao falecimento de José Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago Bloco/PMDB - PB) Os Srs. Senadores Ciro Nogueira e Wilson Santiago enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, A propósito dos 20 anos da Lei nº 8.213/1991, mais conhecida como lei das cotas para deficientes – 20 anos a serem completados no próximo mês de julho – vale à pena destacar que existem levantamentos que mostram que, entre as quinhentas maiores empresas do País, somente um vírgula cinco por cento das vagas são preenchidas por pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que a referida lei estabelece que empresas com cem empregados ou mais devem preencher de 2 a 5% das vagas com mão de obra dos portadores de necessidades especiais. O que é pior: os empresários apontam que a dificuldade de contratação deve-se ao fato da falta de qualificação dessas pessoas.

Desta forma, vivemos o seguinte impasse: a lei obriga a contratação, mas não existe no mercado mão de obra qualificada para o cumprimento da norma.

Qual a solução apontada para permitir uma maior contratação de deficientes e fazer com que a lei seja cumprida?

A alternativa apresentada pelo meio empresarial e já implementada, com o apoio do Ministério Público

do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego em vários estados brasileiros, a flexibilizar a fiscalização do cumprimento da cota legal pelas empresas, desde que essas se comprometam em contratar pessoas com deficiência como aprendizes.

Assim, Senhor Presidente, visando beneficiar os portadores de necessidades especiais que não conseguem entrar no mercado de trabalho, bem como atender as exigências das empresas, acabo de apresentar projeto de lei que deverá corrigir essa situação.

O projeto pretende autorizar a contratação de pessoas com necessidades especiais na condição de aprendizes e que essa contratação seja contabilizada na cota obrigatória da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – justamente a lei das cotas para deficientes.

O nosso objetivo, senhoras e senhores senadores, é possibilitar a qualificação da mão de obra de pessoas com deficiência, abrindo espaço para que elas estejam aptas a entrar no mercado de trabalho como profissionais.

Vejam bem: com a aprovação desse projeto de lei, estaremos dando oportunidade de emprego às pessoas com deficiência em três frentes: na qualidade de aprendizes; dentro da cota obrigatória; e pela capacitação profissional propriamente dita.

Quero destacar que faço parte da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e permanecerei atento às questões relacionadas às dificuldades dessas pessoas, propondo soluções e trabalhando pela melhoria de vida dos deficientes em todo o País. É um compromisso que trago comigo desde a Câmara dos Deputados.

Finalmente, senhor Presidente, gostaria de contar com o apoio de todos nessa luta.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores,

Morre o ex-vice-presidente José Alencar

O ex-vice-presidente da República José Alencar morreu na tarde desta terça-feira (29). Ele estava internado “com quadro de subocclusão intestinal (obstrução do intestino com sangramento), em condições gravíssimas”, conforme o boletim médico divulgado. Conhecido pelo largo sorriso, bom humor e otimismo, Alencar fez 14 cirurgias e dois implantes de *stent* (cateter com um pequeno balão na ponta) devido ao entupimento de artérias. A maior parte das cirurgias foi para combater o câncer, doença contra a qual luta desde 1997. Ele dizia não ter medo da morte, mas lutava sempre pela vida.

Nascido em Muriaé na Zona da Mata mineira, em 17 de outubro de 1931, o ex-vice-presidente da República José Alencar Gomes da Silva foi senador por Minas Gerais e um dos maiores empresários daquele estado, onde fundou a Coteminas, sua principal empresa, que atua no ramo têxtil.

Começou a exercer a vice-presidência da República no dia 1º de janeiro de 2003, depois da vitória do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2004, Alencar passou a acumular a vice-presidência com o cargo de ministro da Defesa, onde ficou até março de 2006. No governo, destacou-se também por reclamar das altas taxas de juros vigentes no país, que chegou a chamar de “criminosas”.

Filho de Antônio Gomes da Silva e Dolores Peres Gomes da Silva, Alencar começou a trabalhar aos 7 anos de idade, ajudando o pai em sua loja. Com 15 anos, foi trabalhar como balcônista numa loja de tecidos e, aos 18 anos, começou seu próprio negócio, contando com a ajuda de seu irmão Geraldo Gomes da Silva. Era casado com Mariza, com quem comemorou bodas de ouro e teve três filhos: Maria da Graça, Patrícia e Josué. Também teve netos e bisnetos.

Em 31 de março de 1950, abriu sua primeira empresa, denominada A Queimadeira, localizada na cidade de Caratinga (MG), onde vendia diversos artigos, tais como chapéus, calçados, tecidos e guarda-chuvas. Manteve essa empresa até 1953, quando decidiu vendê-la e mudar de ramo.

Iniciou seu segundo negócio na área de cereais por atacado, ainda em Caratinga. Depois, participou, em sociedade com José Carlos de Oliveira, Wantuil Teixeira de Paula e seu irmão Antônio, de uma fábrica de macarrão. Em 1963, constituiu a Companhia Industrial de Roupas União dos Cometas, que mais tarde passou a se chamar Wembley Roupas S.A.

Em 1967, em parceria com o empresário Luiz de Paula Ferreira, fundou, em Montes Claros (MG), a Companhia de Tecidos Norte de Minas, Coteminas. A empresa cresceu e conta, atualmente, com 11 unidades que fabricam e distribuem fios, tecidos, malhas, camisetas, meias, toalhas de banho e de rosto, roupões e lençóis para o mercado interno, Estados Unidos, Europa e países do Mercosul.

Vida pública

Alencar foi presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outros cargos. Candidatou-se às eleições para o governo de Minas Gerais em 1994, pelo PMDB, mas não foi vitorioso.

Em 1998, disputou uma vaga para o Senado ainda pelo PMDB e conseguiu se eleger com quase 3 milhões de votos. Atualmente integrava o PRB.

No Senado, Alencar foi presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e integrou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também participou como membro efetivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Como vice-presidente da República, foi voz discordante dentro do governo contra a política econômica defendida pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Sua crítica principal recaiu sobre o método de fixar altas taxas de juros para conter a inflação e manter a economia sob controle. Alencar assumiu várias vezes a Presidência da República, por ocasião das viagens internacionais de Lula. Chegou a ser considerado pela **Revista Época** um dos cem brasileiros mais influentes do ano de 2009.

Em setembro de 2009, disse que pretendia disputar mais uma vez o cargo de senador nas eleições de 2010, caso conseguisse se recuperar dos problemas causados pelo câncer. Em abril de 2010 anunciou, entretanto, que não iria mais disputar as eleições para o Senado nem para qualquer outro cargo. Acrescentou que tal decisão foi tomada após conversa com Lula.

Ele voltaria mais uma vez ao Congresso, no dia 2 de fevereiro de 2010, quando discursou – como vice-presidente da República – durante a cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos, emocionando deputados e senadores ao falar de sua luta contra o câncer. Na ocasião, foi aplaudido de pé, e confessou sentir saudades do tempo em que foi senador por Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago Bloco/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se na próxima quinta-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2011 (PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 510, DE 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2011, que regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Univer-

sidade-Empresa para o Apoio à Inovação; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 510, de 2010).

(Lida no Senado Federal no dia 24.03.2011)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 13.12.2010)

Prazo final prorrogado: 07.04.2011

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

Pareceres sob nºs 7 e 8, de 2010, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que oferece; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável à Emenda nº 1-CCJ.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008 (nº 94/1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas*, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 50, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2011 (nº 2.912/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 49, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro.

5

REQUERIMENTO Nº 246, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 246, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Fundo Nacional de Recursos Hídricos)*

6

REQUERIMENTO Nº 249, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 249, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais e Ecossistêmicos)*

7

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.*

8

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de*

distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Redefinição das dimensões da área de reserva legal)

9

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Novo Código Florestal)*

10

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 08, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

11

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2011

Requerimento nº 255, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (inclui critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos).*

12

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2011

Requerimento nº 256, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (vedações a empresas que utilizem trabalho escravo).*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago Bloco/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 20 horas e 7 minutos.)

**1ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 10 de fevereiro de 2011.**

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e onze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinam, também, a lista de comparecimento as seguintes Senadoras e Senadores: Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente; Wilson Santiago, Segundo Vice-Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Ribeiro, Segundo-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; João Durval, Segundo Suplente de Secretário; Maria do Carmo Alves, Terceira Suplente de Secretário; e Vanessa Grazziotin, Quarta Suplente de Secretário. Encontra-se ausente, por motivo justificado, o Senador João Vicente Claudino, Terceiro-Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença e esclarece aos demais membros sobre o funcionamento das reuniões da Mesa e da Comissão Diretora do Senado Federal, distinguindo suas atribuições. Faz relato sobre as realizações promovidas pela gestão da Mesa anterior, biênio 2009/2010, exemplificando: atas e Diários do Senado com veiculação em dia; lançamento do Portal da Transparência na página do Senado Federal na Internet; redução das horas extras pagas; ponto eletrônico; corte de despesas; sistema Siga Brasil para o acompanhamento das matérias orçamentárias; sistemas de comunicação da Casa com a estruturação da TV digital; página do Senado com notícias em tempo real; e introdução do sistema Wi-Fi no Plenário. Pondera que, com as novas tecnologias, a democracia representativa está em crise, há uma tendência de substituição da democracia representativa e de quem representa o povo: a opinião pública, os jornais, os parlamentares? Como em geral os jornais não divulgam suficientemente o trabalho do Senado, esta Casa precisa evoluir em seus meios de comunicação para mostrar o que ela faz em prol da sociedade. Esclarece sobre sua forma de trabalhar em colegiado, sem entretanto poder abdicar das decisões que são privativas do Presidente da Casa. Fica estipulada periodicidade de reunião da Mesa a cada 15 (quinze) dias, às quintas-feiras, às 10 horas, sempre que houver pauta a deliberar, que deverá ser entregue

aos membros da Mesa, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, de forma eletrônica ou impressa. A seguir, apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta Ata e que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Membros da Mesa.

**1^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 10 de fevereiro de 2011.**

PAUTA

1. ABERTURA

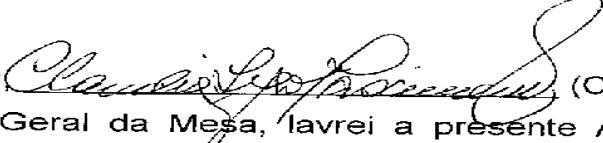
2. COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO ART. 1º DO ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 16, DE 2009

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
Of. GSCM nº 001/2010, de 17.12.2010	Cyro Miranda	Alameda Ricardo Paranhos, nº 1500, Quadra 246, Lote 4, Setor Marista, Goiânia/GO CEP: 74180-050
Of. nº 003/2011-GSAD, de 17.01.2011	Aníbal Diniz	Rua Rio Grande do Sul, nº 351 – Bairro: Centro – Rio Branco/AC
Of. GSANARITA/008 de 05.01.11	Ana Rita	Rua Desembargador Ferreira Cocalho, 113, Praia do Suá, Vitória/ES CEP: 29052-210 Telefone: (27) 9943-0143
Of. s/nº, de 20.01.11	Aloysio Nunes Ferreira	Avenida Paulista, 967, 12º Andar – São Paulo/SP CEP: 01311-100
Of. nº 01/2011 (GSWP), de 27.01.11	Walter Pinheiro	Ed. Salvador Trade Center – Bairro Caminho das Árvores – Salvador/BA CEP: 41820-020 Tel: (71) 3453-2087
Of. nº 004/2011, de 31.01.11	Casildo Maldaner	Rua Saldanha Marinho, 374 – Edifício Zigurate – Sala 903 – Centro – Florianópolis/SC

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
Of. s/nº, de 01.02.11	Pedro Taques	Avenida Rubens de Mendonça, nº 2254 – Edificio Amercian Business Center, Sala 1001, 10º Andar – Cuiabá/MT CEP: 78050-000
Of. 010/109-GSGH, de 01.02.11	Gleisi Hoffmann	Alameda Dom Pedro II, nº 97, Conjunto 04, Bairro Batel – Curitiba/PR CEP: 80420-060 Telefone: (41) 3077-7131
Of. nº 001/2011-GSIFRA, de 01.02.11	Itamar Franco	Av. Getúlio Vargas, 455 – 5º Andar – Centro – Juiz de Fora/MG CEP: 36010-110
Of. nº GSLHEN 002/2011, de 01.02.11	Luiz Henrique	Rua São Francisco, 110 – Centro – Joaíville/SC CEP: 89201-140
Of. nº 00011/2011-GSAAME, de 02.02.11	Ana Amélia	Rua General Câmara, nº 432 – Sala 503 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP: 90010-230
Of. nº 023/2011-GSAM, de 02.02.11	Armando Monteiro	Rua General Joaquim Inácio, 412 – Salas 1001 e 1002 – Ed. Jadan Center – Ilha do Leite – Recife/PE CEP: 50070-270
Of. nº 006/2011, de 02.02.11	José Pimentel	Avenida da Universidade, 2290 – Benfica – Fortaleza/CE CEP: 60020-180 Telefone: (85) 3231-1331
Of. GSRR nº 005/2011, de 03.02.11	Randolfe Rodrigues	Avenida Machado de Assis, 27 – Centro – Macapá/AP CEP: 68900-066
Of. GJV nº 011/2011, de 02.02.11	Jorge Viana	Rua Rui Barbosa, 435 – Sala 204 – Centro – Rio Branco/AC
Of. nº 004/2011-GSBMAG, de 08.02.11	Blairo Maggi	Av. Miguel Sutil, 8000 – Jardim Mariana – Ed. Santa Rosa Tower, Sala 1303 – 13º Andar – Cuiabá/MT CEP: 78040-700

3. OUTROS ASSUNTOS

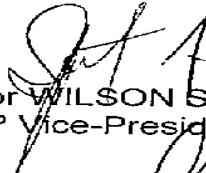
Iniciada a apreciação da pauta, o Sr. Presidente dá conhecimento aos presentes das comunicações relativas ao art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, que “autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares”. Os ofícios constando o endereço completo das localizações dos escritórios parlamentares são encaminhados à Diretoria-Geral para as devidas providências. Esgotada a pauta legislativa e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, E, para

constar, eu  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 10 de fevereiro de 2011.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente


Senadora MARTA SUPILCY
1ª Vice-Presidente

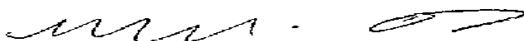

Senador WILSON SANTIAGO
2º Vice-Presidente

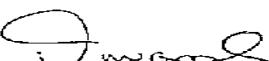

Senador CÍCERO LUCENA
1º Secretário


Senador JOÃO RIBEIRO
2º Secretário


Senador CIRO NOGUEIRA
4º Secretário


Senador JOÃO DURVAL
2º Suplente de Secretário


Senadora MARIA DO CARMO ALVES
3ª Suplente de Secretário


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
4ª Suplente de Secretário

**2^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 03 de março de 2011.**

Às dez horas e trinta minutos do dia três de março de dois mil e onze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinam, também, a lista de comparecimento as seguintes Senadoras e Senadores: Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente; Wilson Santiago, Segundo Vice-Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Ribeiro, Segundo-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; e Vanessa Grazziotin, Quarta Suplente de Secretário. Encontram-se ausentes por motivo justificado, os Senadores João Vicente Claudino, Terceiro-Secretário; e João Durval, Segundo Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta Ata e que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Membros da Mesa.

**2^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 03 de março de 2011.**

PAUTA

1. ABERTURA

**2. COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO ART. 1º DO ~~ATO~~ DA
COMISSÃO DIRETORA N^o 16, DE 2009:**

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
Of. nº 0019/2011- GSAPRT, de 08.02.11	Angela Portela	Avenida Santos Dumont, nº 238, Bairro 31 de Março – Boa Vista/RR CEP: 69305-340
Of. nº 16/2011, de 10.02.11	Roberto Requião	Rua Eduardo Carlos Pereira, nº 3.136 – Curitiba/PR CEP: 80610-170
Of. nº 0014/2011- GSEOLI, de 08.02.11	Eunício Oliveira	Avenida Desembargador Moreira, 2849 – Cobertura – Centro Comercial Flávio Carneiro – Bairro Meireles – Fortaleza/CE Telefone: (85) 3224-9898 / 1533
Of. nº 028/2011- GSVREG, de 15.02.11	Vital do Rego	Rua Nilo Peçanha, 541 – Loja 101 – Bairro da Prata – Campina Grande/PB CEP: 58400-515
OFGSCNOG nº 0029/2011, de 10.02.11	Ciro Nogueira	Rua Antônio Chaves, 1975 – Bairro Noivos – Teresina/PI CEP: 64045-340 Telefone: (86) 3221-6654 Fax: (86) 3221-2777
Of. s/nº, de 15.02.2011	Lobão Filho	Rua Paula Francinete nº 100, Olho D'Água – São Luis/MA CEP: 65067-550
Of. nº 044/10- GSJPED, de 16.02.2011	João Pedro	Rua 08 – Casa 292 – Conjunto Castelo Branco – Parque 10 de Novembro – Manaus/AM CEP: 69055-260
Of. GSLMAT 017/2011, de 16.02.2011	Lídice da Mata	Rua Jacobina, 64 – Salas 501/502, do Edifício Empresarial Rio Vermelho – Bairro Rio Vermelho – Salvador/BA
Of. GSWMOKA 081/2011, de 22.02.2011	Waldemir Moka	Rua Maranhão, 308 – Vila Célia – Campo Grande/MS CEP: 79022-560
Of. nº 047/2011- GSEBRA, de 22.02.2011	Eduardo Braga	Alameda Portugal, 109 – Quadra 07 – Ponta Negra – Manaus/AM CEP: 69037-023 Telefone: (092)3643-9511/3643-9510 Fax: (092)3643-9531

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
Of. nº 021/2011- GSANEV, de 23.02.2011	Aécio Neves	Rua Paraíba, 1000 – Conjunto 901 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG CEP: 30130-141 Tel/Fax: (31) 3261-0121
Of. GSPDAV nº 042/11, de 22.02.2011	Paulo Davim	Av. Salgado Filho, 2190 – Empresarial Portugal Center – Salas 123/125 – Lagoa Nova – Natal/RN CEP: 59056-000 Telefone: (84) 3206-1015 Fax: (84) 3206-1954

3 – MUDANÇA DE ENDEREÇO DE ESCRITÓRIO DE APOIO ÀS ATIVIDADES PARLAMENTARES

Ofício / Data	Senador(a)	Endereço
OF.GSACV nº 014/2011, de 17.02.2011	Antonio Carlos Valadares	Av. Pedro Paes Azevedo, 194 – Galeria Center Sul – Loja 101 – Bairro Salgado Filho – Aracaju/SE

Observação: o endereço anterior constou da Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 08 de abril de 2010.

4. OUTROS ASSUNTOS

Iniciada a apreciação da pauta, o Sr. Presidente dá conhecimento aos presentes das comunicações relativas ao art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, que “autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares”. Os ofícios constando o endereço completo das localizações dos escritórios parlamentares são

encaminhados à Diretoria-Geral para as devidas providências. A seguir, o Sr. Presidente esclarece que determinou à Secretaria-Geral da Mesa a elaboração de um Projeto de Resolução do Congresso Nacional, a ser submetido inicialmente aos membros da Mesa, com a finalidade de alterar a Resolução nº 1, de 2002-CN, com vista a aprimorar a apreciação de Medidas Provisórias. A seguir, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, faz distribuir documento sobre o novo plano de expansão das comunicações do Senado Federal. O Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal apresenta o plano que, após debate e sugestões, por determinação do Sr. Presidente, passa a fazer parte da presente Ata. Esgotada esta parte da reunião, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às onze horas e dez minutos. E, para constar, eu *Claudia Lyra Nascimento* (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

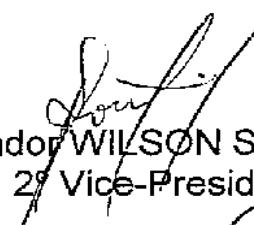
Senado Federal, em 3 de março de 2011.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas
à Ata da 2ª Reunião da Mesa, realizada em 03.03.11)



Senadora MARTA SUPLICY
1ª Vice-Presidente



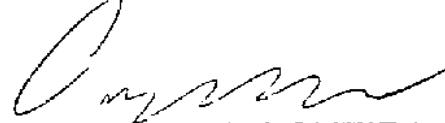
Senador WILSON SANTIAGO
2º Vice-Presidente



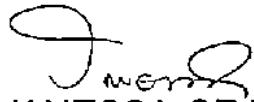
Senador CÍCERO LUCENA
1º Secretário



Senador JOÃO RIBEIRO
2º Secretário



Senador CIRO NOGUEIRA
4º Secretário



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
4ª Suplente de Secretário

Documento publicado na presente Ata:

- Plano de Expansão das Comunicações do Senado Federal.

*Intitular-se à pta da 2^ª
 Reunião da Mesa da Rede Senado de Rádio e Televisão
 Senado Federal. 26.03.11*

TV Senado

A TV Senado possui 26 consignações de canais em UHF de televisão nas capitais e vem instalando estações retransmissoras analógicas nas capitais desde 2006, contando hoje 10 estações, além da estação geradora de Brasília. Só não recebeu do Ministério das Comunicações consignações para Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis.

Da mesma maneira, solicitou canais de TV Digital para todas as capitais, tendo recebido, até o momento, consignações para Porto Alegre, Goiânia, São Paulo e Brasília. Em Brasília, instalou uma estação de transmissão digital em dezembro e, em São Paulo, a TV Senado transmite sinal digital em canal e equipamento cedidos pela TV Câmara.

TV Senado em UHF Analógico – Evolução da Implantação

Local	Início da operação
Brasília (DF)	5 Fev 1996 – Estação Geradora
	11 Mai 2007 – Estação retransmissora / Gama
Salvador (BA)	20 Nov 2006
Manaus (AM)	29 Nov 2006
João Pessoa (PB)	25 Jan 2007
Fortaleza (CE)	10 Jul 2007
Recife (PE)	10 Out 2007
Natal (RN)	14 Set 2008
Rio de Janeiro (RJ)	27 Nov 2008 – Cobertura parcial / Zona Oeste
Cuiabá	23 Out 2009
Rio Branco	17 Jan 2011

TV Senado em TV Digital – Evolução da Implantação

Local	Início da operação
São Paulo (SP)	29 Abril 2010 – Subcanalização da TV Câmara
Brasília (DF)	20 Dez 2010

Retransmissoras TV Senado – Cidade/População:

	Cidade	População	% Brasil
1	Brasília	2.562.963	
2	Salvador	2.676.606	
3	Manaus	1.802.525	
4	João Pessoa	723.514	
5	Fortaleza	2.447.409	
6	Recife	1.536.934	
7	Natal	803.811	
8	Rio de Janeiro Zona Oeste	6.323.037	
9	Cuiabá	551.350	
10	São Paulo	11.244.369	
11	Rio Branco	335.796	
	TOTAL	31.008.314	16%
	BRASIL	190.732.694	

Retransmissoras TV Senado – Por Região:

Região	Cidades Atendidas	Pop.	Capitais Não Atendidas	Pop.
Norte - 2	Manaus	1.802.525		
	Rio Branco	335.796		
			Macapá	397.913
			Porto Velho	426.558
			São Luís	1.011.943
			Boa Vista	284.258
Nordeste - 5			Belém	1.392.031
	Recife	1.536.934		
	Fortaleza	2.447.409		
	João Pessoa	723.514		
	Natal	803.811		
	Salvador	2.676.606		
			Teresina	814.439
Sudeste - 2			Aracaju	570.937
			Maceió	932.608
	São Paulo	11.244.369		
	Rio de Janeiro Zona Oeste	3.161.518		
			Rio de Janeiro Zona Leste	3.161.518
Sul - 0			Vitória	325.453
			Belo Horizonte	2.375.444
			Porto Alegre	1.409.939
			Florianópolis	421.203
Centro-Oeste - 2			Curitiba	1.746.896
	Brasília	2.562.963		
	Cuiabá	551.350		
			Goiânia	1.301.892
			Campo Grande	787.204
TOTAL		11		17

➤ População total da cidade do Rio de Janeiro - 6.323.037

Proposta de Cronograma 2011 / 2012

Região	Capitais Não Atendidas	População	Ano de Instalação	Ano de Instalação	Custo Estimado (R\$)
Norte	Macapá	397.913	2011		1.000.000,00
	Porto Velho	426.558		2012	1.000.000,00
	São Luís	1.011.943	2011		1.000.000,00
	Boa Vista	284.258		2012	1.000.000,00
	Belém	1.392.031	2011		1.800.000,00
Nordeste	Teresina	814.439	2011		1.000.000,00
	Aracaju	570.937		2012	1.000.000,00
	Maceió	932.608		2012	2.200.000,00
Sudeste	Rio de Janeiro	3.161.518		2012	2.200.000,00
	Zona Leste				
	Vitória	325.453		2012	1.000.000,00
Sul	Belo Horizonte	2.375.444	2011		2.200.000,00
	Porto Alegre	1.409.939	2011		2.200.000,00
	Florianópolis	421.203		2012	1.800.000,00
Centro-Oeste	Curitiba	1.746.896	2011		1.800.000,00
	Goiânia	1.301.892		2012	1.800.000,00
	Campo Grande	787.204	2011		1.800.000,00
	Palmas (TO)	208.000		2012	1.000.000,00
			8	9	

Custo Médio de um Sistema Completo de Transmissão Analógico ou Digital = R\$ 1.500.000,00 (de R\$ 1.000.000,00 a R\$ 2.200.000,00)

Estimativa de Despesa

2011	2012
8 Estações Retransmissoras de TV R\$ 14.000.000,00	9 Estações Retransmissoras de TV R\$ 11.800.000,00

Rádio Senado

A Rádio Senado já recebeu do Ministério das Comunicações consignações para canais FM para 19 capitais e a cidade de Porto Nacional, na periferia e com alcance para a capital Palmas, no Estado do Tocantins. A Rádio não obteve ainda canais para Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Vitória.

Rádio Senado – Evolução da Implantação

Local	Início da operação
Brasília	28 Dez 1996
Natal	4 Nov 2008
Cuiabá	21 Ago 2009
Fortaleza	10 Mar 2010
Rio Branco	21 Dez 2010

	Cidade	População	% Brasil
1	Brasília	2.562.963	
2	Fortaleza	2.447.409	
3	Natal	803.811	
4	Cuiabá	551.350	
5	Rio Branco	335.796	
	TOTAL	6.701.329	3,5%
	BRASIL	190.732.694	

Emissoras Rádio Senado FM – Por Região:

Região	Cidades Atendidas	Pop.	Capitais Não Atendidas	Pop.
Norte - 1			Manaus	1.802.525
	Rio Branco	335.796		
			Macapá	397.913
			Porto Velho	426.558
			São Luís	1.011.943
			Boa Vista	284.258
Nordeste - 2			Belém	1.392.031
			Recife	1.536.934
	Fortaleza	2.447.409		
			João Pessoa	723.514
	Natal	803.811		
			Salvador	2.676.606
Sudeste - 0			Teresina	814.439
			Aracaju	570.937
			Maceió	932.608
			São Paulo	11.244.369
Sul - 0			Rio de Janeiro	6.323.037
			Vitória	325.453
			Belo Horizonte	2.375.444
			Porto Alegre	1.409.939
			Florianópolis	421.203
			Curitiba	1.746.896
	Brasília	2.562.963		

Centro-Oeste - 2	Cuiabá	551.350		
	Goiânia		1.301.892	
	Campo Grande		787.204	
	Porto Nacional (TO) *		49.143	
	TOTAL	5		22

Proposta de Cronograma 2011 / 2012

Região	Capitais Não Atendidas	População	Ano de Instalação	Ano de Instalação
Norte	Macapá	397.913	2011	
	Porto Velho	426.558		2012
	São Luís	1.011.943	2011	
	Boa Vista	284.258		2012
	Belém	1.392.031	2011	
	Manaus	1.802.525	2011	
Nordeste	Teresina	814.439	2011	
	Aracaju	570.937		2012
	Maceió	932.608		2012
	João Pessoa	723.514	2011	
	Salvador	2.676.606		2012
Sudeste	Rio de Janeiro	3.161.518		2012
Sul	Florianópolis	421.203		2012
	Campo Grande	787.204	2011	
	Porto Nacional (TO) *	49.143		2012
TOTAL	15		7	8

Custo Médio de um Sistema Completo de Transmissão de Emissora FM = R\$ 500.000,00 (de R\$ 350.000,00 a R\$ 650.000,00)

Estimativa de Despesa

2011	2012
7 Estações FM R\$ 3.500.000,00	8 Estações FM R\$ 4.000.000,00

Recursos para o Programa de Expansão da Rede Senado de Rádio e Televisão

ORÇAMENTO Secretaria Especial de Comunicação Social - SECS	ORÇAMENTO Secretaria Técnica de Eletrônica - STEL	TOTAL
R\$ 49.740.781,00	R\$ 10.980.000,00	R\$ 60.720.780,00


Fernando Cesar Mesquita
Diretor

Brasília – DF, 03 de março de 2011

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

29/03/2011

Terça-feira

- 10:30 Recebe as Senadoras Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy acompanhadas de Mulheres Executivas Paraná**
Sala de Audiências
- 11:00 Lançamento do aplicativo do Senado para o iPhone**
Sala de Audiências
- 11:30 Recebe o Senador Luiz Otávio acompanhado do Senador Peruano Miguel Alvear**
Sala de Audiências
- 11:40 Recebe o Senhor Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**
Sala de Audiências
- 12:30 Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2011 - Confederação Nacional da Indústria**
SBN Quadra 1 bloco C - Auditório - Edifício Roberto Simonsen
- 15:30 Recebe o Senhor Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo**
Sala de Audiências
- 15:45 Recebe a Senadora Martha Suplicy**
Sala de Audiências
- 16:00 Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

Leitura: 16/03/2011

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

PTB

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (4)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (3)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.03.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
PTB	
1.	

**4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS
TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
1.	

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 10/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rolemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (8)	1. VAGO (6)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (5)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaio Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
(1)	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

PTB

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁵⁾

PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 220 páginas

OS: 11086/2011